

MAPEANDO A VIOLÊNCIA
E INTIMIDAÇÃO CONTRA
MULHERES DEFENSORAS
DOS DIREITOS BASEADOS
NO SEXO E/OU QUE NÃO
SUBSCREVEM À TEORIA DA
IDENTIDADE DE GÊNERO



MAPEANDO A VIOLÊNCIA
E INTIMIDAÇÃO CONTRA
MULHERES DEFENSORAS
DOS DIREITOS BASEADOS
NO SEXO E/OU QUE NÃO
SUBSCREVEM À TEORIA DA
IDENTIDADE DE GÊNERO

Copyright © 2023 por Correnteza Feminista.

Todos os direitos reservados. O presente conteúdo pode ser compartilhado com créditos e não deve ser usado para fins comerciais.



Pesquisa realizada por:



correnteza
feminista

Subscvem em apoio à presente pesquisa as
organizações e coletivos abaixo:



As Feras



Coletiva Mariz



Coletiva SO.MA
(Sociedade-Matriarcal)



Coletivo de Mulheres Feministas
de Raiz de Santa Catarina



Mulheres Associadas
Mães e Trabalhadoras do Brasil



Militância Materna



Movimento Infância Plena



No Corpo Certo



Organiza Mulher Rio



QG Feminista



Resiliência Espaço
Cultural & Atelier



WDI Brasil

INTRODUÇÃO

06

DIREITOS BASEADOS NO SEXO:
interdição do debate e graves restrições e violações de
direitos humanos de meninas e mulheres

11

METODOLOGIA

18

RESULTADOS

VISÃO GERAL

21

ANÁLISE DOS RESULTADOS

38

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

57

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

66

ANEXOS

69



Psicóloga graduada em Universidade Federal há mais de 10 anos, já atuei por anos em ambientes hostis para mulheres, como é o caso das Forças Armadas, mas jamais experimentei tamanha violência durante a minha carreira, como após a subscrição do Conselho Federal de Psicologia à Teoria da Identidade de Gênero.

INTRODUÇÃO

Na última década, testemunhamos a intensificação de uma nova reação patriarcal e misógina no Brasil, dirigida contra meninas e mulheres em espaços físicos e virtuais, públicos ou privados. Na prática, essa nova onda toma a forma de ataques que se enquadram como graves restrições e violações aos direitos humanos de meninas e mulheres, previstos na *Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher* (aqui referida pela sigla “CEDAW”, por seu nome em inglês).

Apesar de os ataques serem realizados, impulsionados ou defendidos por pessoas, organizações e setores de um amplo espectro político, é preocupante o protagonismo de atores localizados no campo progressista e de defesa dos direitos humanos – entre eles, partidos políticos, órgãos de imprensa, organizações da sociedade civil, sindicatos, corporações e outras entidades do setor privado. Em muitos dos casos, os ataques a meninas e mulheres são realizados diretamente ou chancelados por autoridades do Estado brasileiro (que ratificou a CEDAW em 1984¹) por meio do

sistema judiciário, de servidores/as e instâncias de instituições públicas de ensino e de outros órgãos estatais.

O alvo de tais ataques são meninas e mulheres que defendem direitos baseados no sexo – ou que criticam, divergem ou simplesmente não subscrevem às teorias pós-modernas de identidade de gênero. Promovendo campanhas de difamação em grande escala, os agressores frequentemente as retratam como “fascistas”, “nazistas”, entre outros adjetivos que as vinculam à extrema-direita, tentando assim justificar a violência contra essas meninas e mulheres. Tal associação falaciosa entre crítica ao gênero e extrema-direita promove o anti-intelectualismo, na medida em que busca apagar o acúmulo de diversas intelectuais e militantes da chamada segunda onda do feminismo, bem como o trabalho de feministas materialistas e marxistas, que se opõem há décadas à premissa de “gênero” como uma identidade.²

No rastro do anti-intelectualismo, promove-se um revisionismo histórico sem precedentes, que ignora também a longa tradição feminista latino-americana de crítica à agenda do “gênero”, associada ao apagamento da categoria “sexo” e à perda de autonomia política e financeira de organizações fe-

¹Cf. DECRETO Nº 4.377, 13 de setembro de 2002. **Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher**, de 1979, e revoga o Decreto no 89.460, de 20 de março de 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4377.htm. Último acesso em: 13/06/2023

ministas do nosso continente ao longo dos últimos 30 anos. Nesse sentido, é notável a capitulação de muitas organizações ao ajuste estrutural neoliberal e às teorias estadunidenses e européias pós-modernas que sustentaram essa imposição econômica no campo acadêmico e ideológico.³

O presente documento se origina da preocupação de mulheres e coletivos feministas no Brasil com o grave cenário de restrições e violações de direitos humanos de meninas e mulheres no país, em contrariedade às obrigações internacionais do Estado brasileiro de eliminação da discriminação contra a mulher. Tem como base dados quantitativos e qualitativos, obtidos por meio de formulário digital, a respeito de padrões de violência cometidos contra meninas e mulheres que defendem seus direitos com base no sexo e/ou que não subscrevem à teoria da identidade de gênero (VER METODOLOGIA, ITEM 2, A SEGUIR). O relatório é firmado por 9 organizações e coletivos feministas brasileiros, que se posicionam e atuam à esquerda do espectro político nacional, em defesa dos direitos humanos e com especial enfoque nos direitos das mulheres e crianças. Vale notar, ainda, que 56% das respondentes da presente pesquisa são filiadas ou apoiadoras de partidos da esquerda, e 26%, de partidos da centro-esquerda.

² Raymond (1979); Brodribb (1992); Bell & Klein (1996); Jeffreys (2003).

³ Velázquez-Herrera (2021).

Por meio da sistematização dos resultados, este documento busca informar à Relatora Especial da ONU sobre Violência Contra a Mulher, Reem Alsalem, a respeito da situação no Brasil e, assim, buscar o engajamento de tal organismo e do Estado brasileiro na proteção e efetiva garantia dos direitos de meninas e mulheres no país. Para tanto, a presente pesquisa conta, além da presente introdução, com uma caracterização das restrições e violações de direitos humanos de meninas e mulheres que defendem seus direitos baseados no sexo e se posicionam de forma crítica às teorias de identidade de gênero, com explicação da metodologia da pesquisa realizada e uma sistematização dos resultados, inclusive por meio da identificação de padrões de ocorrências e tipos de ataques.



*Fui cassada de um cargo de confiança por não
subscrever à Teoria Queer.*

DIREITOS BASEADOS NO SEXO:

interdição do debate e graves restrições e violações de direitos humanos de meninas e mulheres

Há menos de dez anos, a representante do escritório da ONU Mulheres no Brasil, Nadine Gasman, divulgava os alarmantes dados sobre violência contra meninas e mulheres no mundo – que apontavam, entre outras coisas, que 7 em cada 10 mulheres são ou serão vítimas de violência –, atestando: **“nascer mulher tem definido a vida e a existência social do gênero feminino⁴”**. Nos dias de hoje essa afirmação sujeitaria a porta-voz da ONU a xingamentos, ataques em redes sociais, ameaças e à provável pressão pública por sua demissão, conforme corrobora nossa pesquisa.

Graças ao trabalho de análise e organização política de mulheres em todo o mundo, muitas delas militantes feministas, pudemos entender que meninas e mulheres não escolhem e não possuem vocação para sofrer violência, mas sim que nascer do sexo feminino possui implicações práticas, uma vez que o patriarcado aloca meninas e mulheres em uma posição subordinada na hierarquia sexual em relação aos homens. Ou seja, o sexo biológico humano é uma realidade material que, no patriarcado, é utilizada para condicionar a vida

⁴ Cf. SOARES, Ana. **Violência: nascer mulher define existência social, diz ONU**, Terra, 2014. Disponível em: [https://www.terra.com.br/noticias/mundo/violencia-nascer-mulher-define-existencia-social-diz-onu,1f73983035526410VgnVCM3000009af154d0RCRD.html#:~:text=%E2%80%9CNascer%20mulher%20tem%20definido%20a,voz%20da%20institui%C3%A7%C3%A3o%2C%20Nadine%20Gasman](https://www.terra.com.br/noticias/mundo/violencia-nascer-mulher-define-existencia-social-diz-onu,1f73983035526410VgnVCM3000009af154d0RCRD.html#:~:text=%E2%80%9CNascer%20mulher%20tem%20definido%20a,voz%20da%20institui%C3%A7%C3%A3o%2C%20Nadine%20Gasman.). Último acesso em: 13/06/2023.

de meninas e mulheres a uma série de restrições e violências específicas aos seus corpos sexuados, incluindo desde o aborto seletivo de fetos do sexo feminino⁵ até a mutilação genital feminina, casamento forçado, estupro, exploração sexual, tráfico humano, feminicídio, violência obstétrica e uma miríade de outras violências. Meninas e mulheres são submetidas a tais violências independentemente de aderirem ou não aos estereótipos da feminilidade, de modo que o marcador sexo é fundamental para o entendimento do sistema patriarcal.

Como a violência tem natureza **sexual** – no sentido de que recai especificamente sobre os corpos sexuados de meninas e mulheres –, também deve ser este o enfoque das medidas de proteção, de garantia de direitos, de prevenção e de eliminação de todo tipo de violência contra meninas e mulheres. É nesse sentido que a CEDAW define, em seu artigo 1, a expressão “discriminação contra a mulher” como:

“toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo.”

⁵O aborto seletivo de fetos do sexo feminino, em razão da preferência de famílias por filhos do sexo masculino, fez com que 45 milhões de mulheres deixassem de nascer nos últimos 50 anos. Cf. CHAO, F.; GERLAND, P.; COOK, AR; ALKEMA L. *Systematic assessment of the sex ratio at birth for all countries and estimation of national imbalances and regional reference levels*. *PNAS*, EUA, vol. 116, n.19, p. 9303–9311, abril, 2019. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6511063>. Erratum in: *Proc Natl Acad Sci U S A*. 2019 Jul 2;116(27):13700. PMID: 30988199; PMCID: PMC6511063. Último acesso em: 11/06/2023.

Considerando a gravidade e a natureza específica da violência contra meninas e mulheres, é uma condição essencial para o exercício pleno de seus demais direitos e liberdades que as mesmas tenham garantidos seus direitos à liberdade de expressão e pensamento para falar, pesquisar, se manifestar pública e politicamente, escrever e se organizar em torno de pautas relacionadas à realidade material de seu sexo, livres de violência, intimidação, ameaças e coação. E que possam exercer tais direitos com o apoio e a proteção de autoridades e órgãos do Estado brasileiro, que se comprometeu, entre outras coisas, a implementar medidas destinadas a garantir a participação plena de meninas e mulheres em todas as esferas da sociedade e a eliminar preconceitos e práticas de qualquer natureza baseados “em funções estereotipadas de homens e mulheres” (artigo 5, a, CEDAW).

Apesar das obrigações internacionais do Estado brasileiro sob a CEDAW, meninas e mulheres estão sendo alvo de violência, de restrições e violações de direitos humanos por discordarem de perspectivas teóricas acerca da sua própria luta, o feminismo. Entendemos ainda que não é possível garantir os direitos das mulheres se não há uma definição objetiva do termo mulher. Nesse sentido, apresentamos no Anexo 01 a resposta do Ministério das Mulheres do Brasil, obtida por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI), que denota incoerência e fragilidade na aderência à CEDAW, uma

vez que tal convenção define “mulher” como a pessoa do sexo feminino, e no entanto, o referido Ministério se recusa a fornecer uma definição de “mulher”.

Os tipos de ataques, restrições e violações descritos aqui não são exclusivos ao Brasil, mas refletem o cenário global. Em declaração publicada em 22 de maio de 2023, a Relatora Especial da ONU sobre Violência contra Mulheres e Meninas, Reem Alsalem, externou sua preocupação com a escalada de **violência contra as mulheres e a intimidação contra as pessoas por expressarem pontos de vista divergentes acerca de sexo, gênero e identidade de gênero, e afirmou que está vendo as liberdades de expressão e de organização de mulheres serem cerceadas nos países do Norte Global**, muitas vezes com apoio do poder público⁶. A declaração pública, que não incorre em ataques ou generalizações sobre nenhum grupo específico, foi suficiente para a própria Relatora ser alvo de campanha de difamação e pedidos de retratação⁷.

Elaboramos a presente pesquisa para compreender o contexto brasileiro desta violência - que inclui (mas não se limita a) coação, intimidação, violência verbal e física, perda de empregos, de renda, impossibilidade de prosseguir com pesquisas acadêmicas e científicas, perda de bolsas, processos judiciais e administrativos, entre outros. Buscamos fornecer

⁶ Cf. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Statement by Ms. Reem Alsalem: Special Rapporteur on violence against women and girls*. Genebra, 2022. Disponível em: <https://www.ohchr.org/sites/default/files/documents/issues/women/sr/statements/2023-05-19-statement-sr-vawg.pdf>. Último acesso em: 13/06/2023.

⁷ Cf. Campanha digital feita em apoio à Relatora: https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeoxR-f5DydBL6Uc_9Li-ruq0m7Y5h7y7VS-dNmy-Uc42_4NoQ/viewform; AWID. *There is no place for anti-trans agenda in the UN*. Maio de 2023. Disponível em: <https://www.awid.org/news-and-analysis/there-no-place-anti-trans-agendas-un>.

uma visão preliminar acerca das diversas manifestações de ódio contra mulheres e meninas que defendem direitos baseados no sexo e/ou questionam ou não subscrevem à teoria da identidade de gênero, acontecendo em território nacional e sendo amplamente fomentadas pelo Estado, mídia, figuras públicas e organizações do terceiro setor.

Nesse sentido, mais pesquisas, levantamentos e processos de escuta precisam ser realizados para que possamos compreender essa nova e exponencial forma de violência contra meninas e mulheres – protagonizada por entidades e atores que defendem, para outros temas, pautas de direitos humanos. Somente assim seremos capazes de proteger o direito de mulheres e meninas de se organizarem coletivamente, participarem ativamente da vida cívica e pública com segurança, bem como de expressarem suas preocupações e opiniões acerca de algo fundamental para o desenvolvimento da equidade e emancipação de mulheres e meninas.

Ainda que preliminares, os resultados obtidos na presente pesquisa são estarrecedores. Colhemos relatos de mulheres que, no contexto de embates relacionados a sexo e gênero, foram agredidas fisicamente, perseguidas nos seus trabalhos, processadas, extorquidas; que tiveram a vida dos filhos e filhas ameaçadas, suas pesquisas suspensas. Mulheres que precisaram mudar de cidade, ou até mesmo que atentaram

contra a própria vida, em razão da gravidade da violência sofrida. É preocupante a cumplicidade do Estado brasileiro no referido cenário de violência contra meninas e mulheres, que são transformadas em alvo por divergirem de uma teoria pós-moderna que foi, apenas recentemente, transplantada da academia estadunidense direto para as políticas públicas e a jurisprudência brasileiras, de forma vertical e sem debate público ou participação popular significativos.



Sou professora de redação e estava explicando sobre pobreza menstrual para uma turma de terceiro ano do ensino médio de um colégio particular e as alunas progressistas da sala tentaram me intimidar a dizer que homem menstrua ou usar menstruante ou pessoa que menstrua, visto que, em minha fala, só utilizei termos como meninas, garotas, mulheres. Fui advertida pela coordenação de que elas reclamaram que minha postura era excludente e no ano seguinte fui demitida da escola sem explicações.

METODOLOGIA

Os dados foram levantados por meio de um formulário digital (VER ANEXO 2) com perguntas de seleção e uma pergunta de resposta livre, onde meninas e mulheres poderiam redigir seus relatos. Para garantir a veracidade das respostas, a identificação de cada respondente foi obrigatória. O formulário foi divulgado sobretudo via redes sociais e para grupos próximos. Esse método de amostragem-por-conveniência não é prejudicial aos resultados finais dado o objetivo da pesquisa, a saber: identificar o perfil das vítimas e colher relatos, não nos propondo, portanto, a levantar dados percentuais gerais.

No entanto, verifica-se duas limitações importantes. A primeira é inerente à pesquisa digital: apenas pessoas com acesso à internet e alfabetizadas foram capazes de responder, o que acaba por limitar o alcance da própria pesquisa em termos de diversidade de respondentes. A segunda é inerente ao tema da pesquisa: o medo imposto às mulheres. Como foram recolhidos dados pessoais, ainda que houvesse total comprometimento com o anonimato por parte das pesquisadoras, muitas mulheres relataram a preferência

por não responder⁸. A divulgação também foi prejudicada considerando o medo de mulheres e meninas de sofrerem retaliação por divulgarem a pesquisa. Para tentar mitigar ambos os problemas, foi feito um esforço considerável de divulgação silenciosa e alcançou-se um total de 366 respostas. As principais descobertas dizem respeito a padrões gerais contidos nos relatos e nas respostas por seleção.

ESCLARECIMENTO

Com o objetivo de proteger as pesquisadoras envolvidas na presente pesquisa de eventual perseguição e violência e, assim, preservá-las de qualquer dano à sua integridade física, psicológica, legal e financeira, bem como de seus familiares, a identidade das mesmas não será divulgada.

⁸Tal fenômeno é compreensível dado que mesmo mulheres que são figuras públicas de referências em suas áreas de atuação e com poder aquisitivo, como J. K. Rowling e Chimamanda Ngozi, foram e ainda são alvo de campanhas de difamação e violência por se posicionarem nesse debate. Atualmente, uma militante feminista brasileira, Isabela Cêpa, é ré em um caso emblemático, por se expressar sobre o tema nas redes sociais. Mais sobre esse caso e outras tentativas de criminalização do debate sob alegação de transfobia podem ser vistos em: <https://4w.pub/criminalized-for-transphobia>.



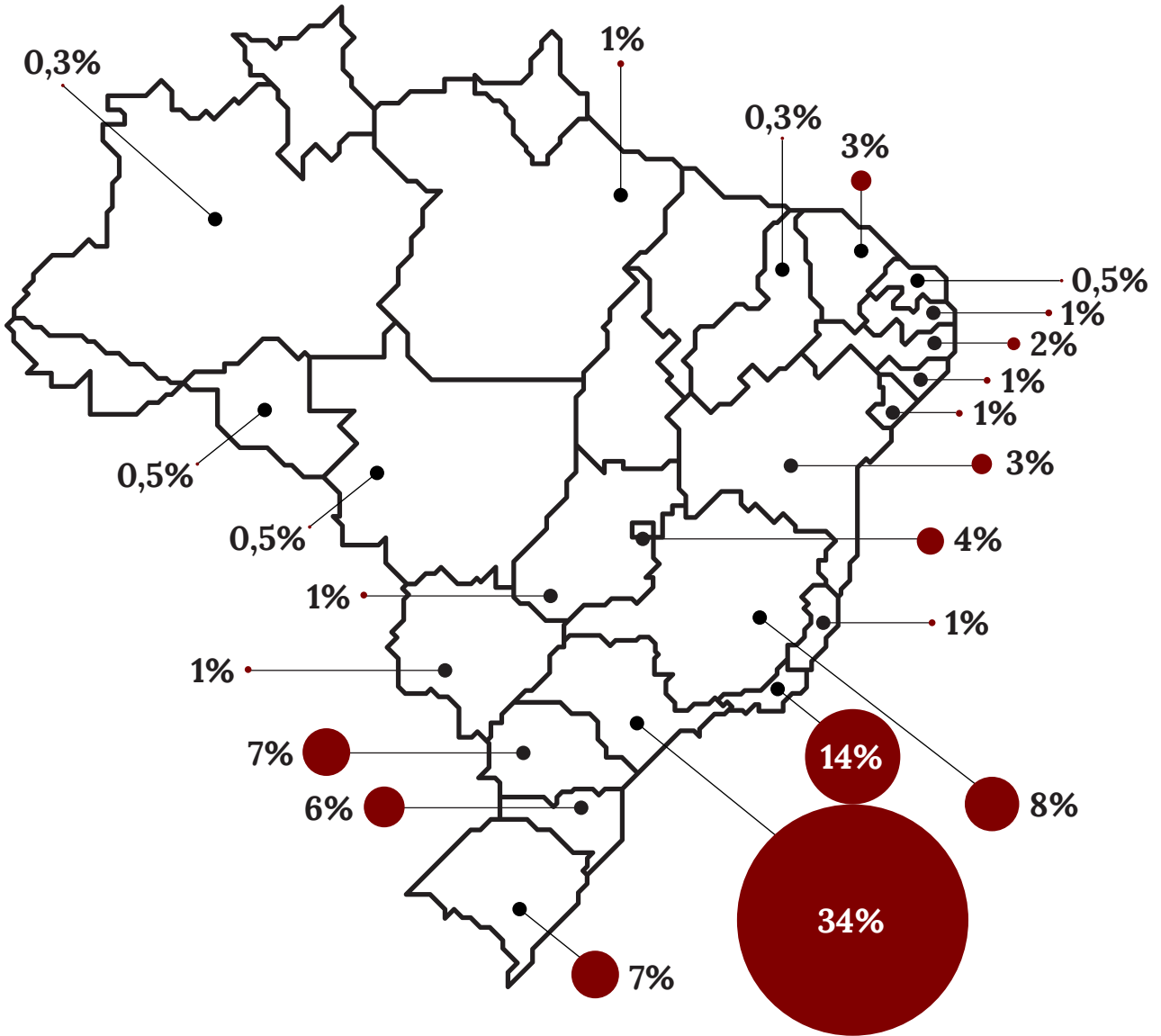
Comecei a ser exposta e degradada na internet por duas estudantes travestis. Passou pro meio físico também. Gritavam atrás de mim quando eu passava. Colocavam cartazes com meu nome me difamando. Me denunciavam por nazismo na ouvidoria. Após isso fui intimada na pró-reitoria e fui obrigada a ouvir sermão sem espaço para defesa. Recebia ligações e mensagens e isso durou meses. Não demorou para que eu tivesse meu primeiro ataque de pânico no caminho da universidade. Parei de ser capaz de pegar transporte público. Não conseguia sequer ficar sozinha. Tranquei o curso. Fui ao psiquiatra e comecei a me medicar. Perdi 10kg e demorei de 6 meses a 1 ano pra me reerguer. Me foi arrancado um ano da minha vida. Me arrancaram a sanidade mental e muito dinheiro gasto para recuperá-la. Mas acima de tudo me arrancaram a dignidade.

RESULTADOS

Os resultados apresentados nos gráficos a seguir refletem as 366 respostas recebidas no formulário digital. Na “Análise de Resultados”, os resultados e conclusões apresentados também consideram os 155 relatos recebidos no campo de resposta livre. Note-se que na versão pública desse relatório constarão apenas 145 relatos, uma vez que 10 das mulheres que enviaram relatos autorizaram que eles fossem divulgados somente à Relatora especial da ONU.

PERFIL DAS RESPONDENTES

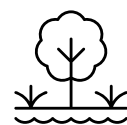
Estado de Residência



Domicílio



Urbano



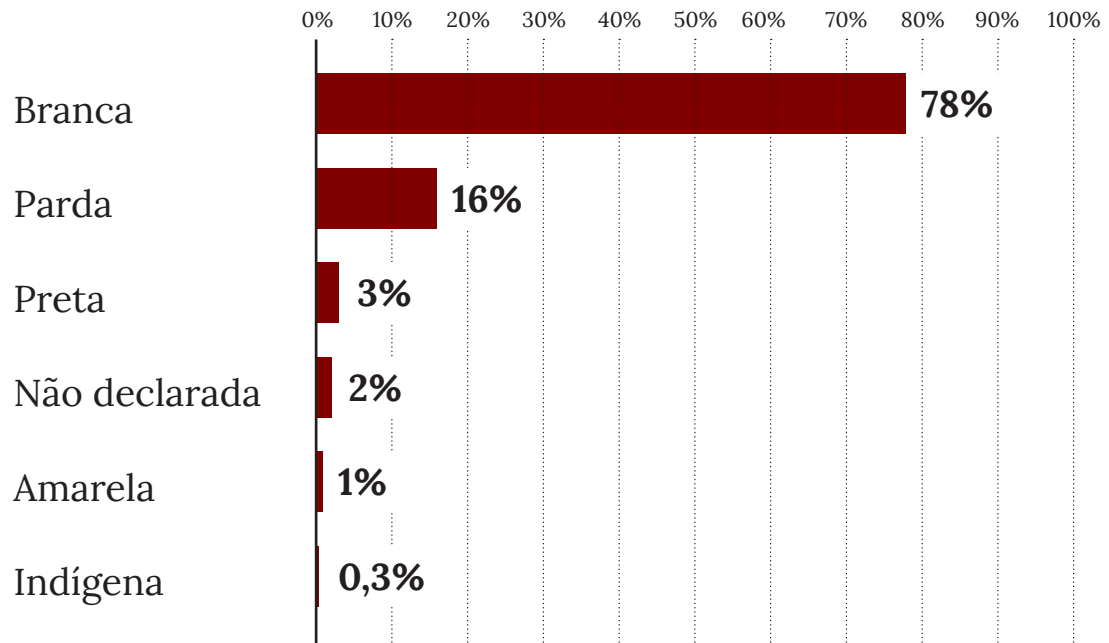
Rural

98%

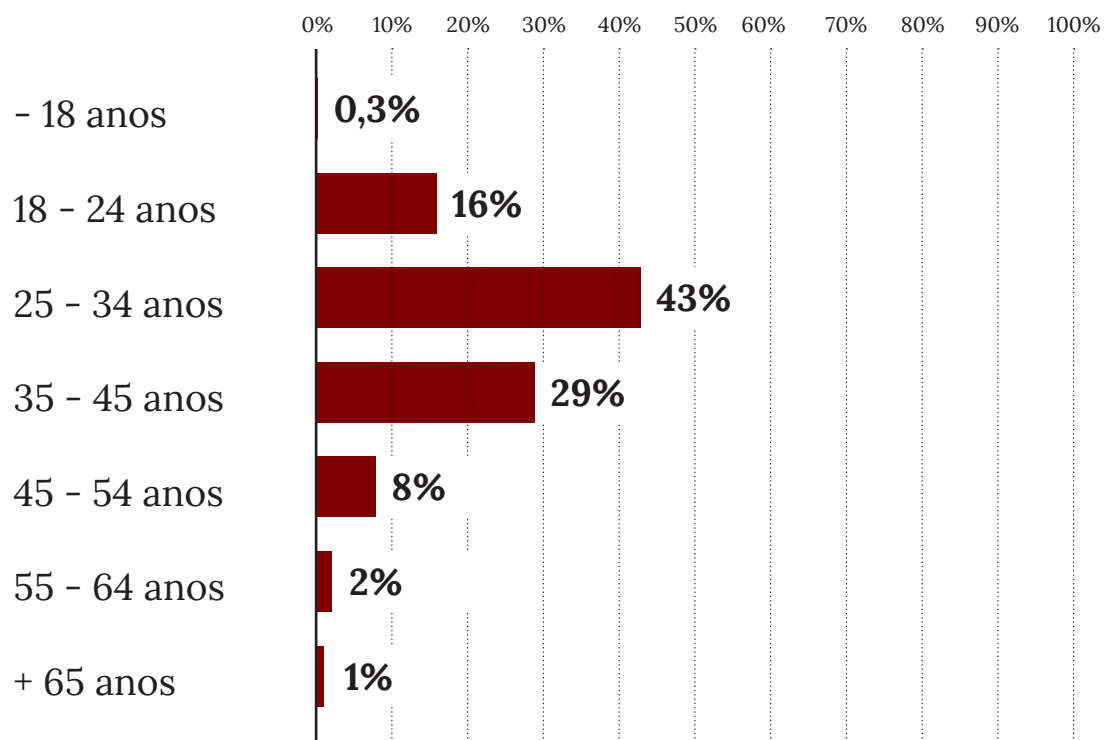
2%

Cor / Raça / Etnia

Seguindo os critérios do censo de 2010.

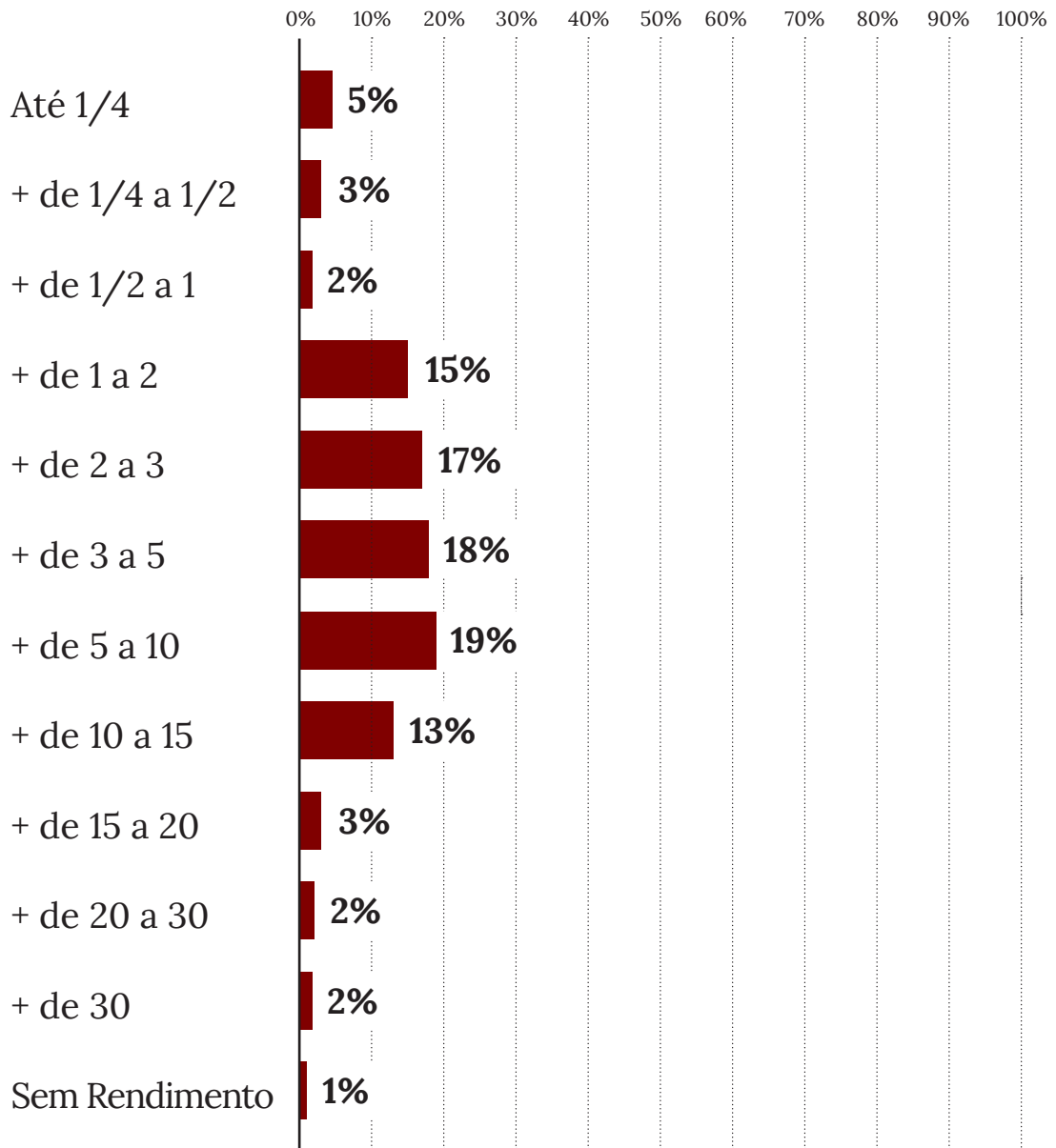


Faixa etária



Renda Domiciliar

Seguindo os critérios do censo de 2010



***SALÁRIO MÍNIMO BASE: R\$ 1.320**



São Mães:

Sim



33%

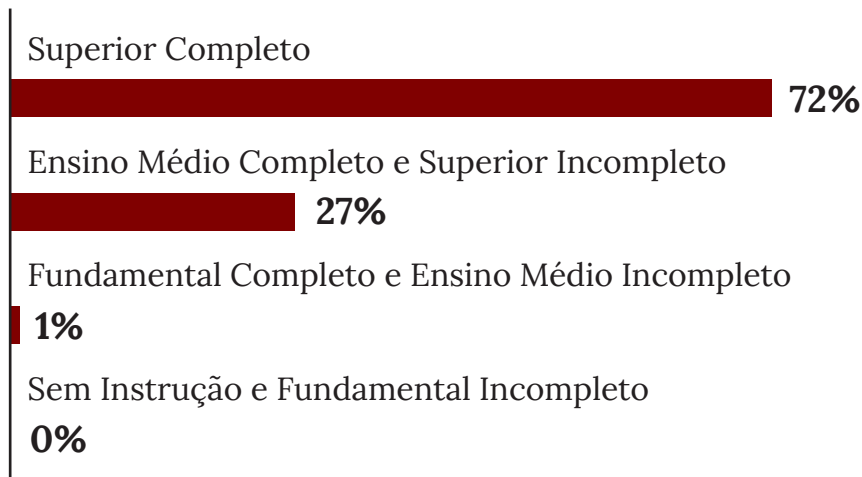
Não



67%

Escolaridade

Seguindo os critérios do censo de 2010.

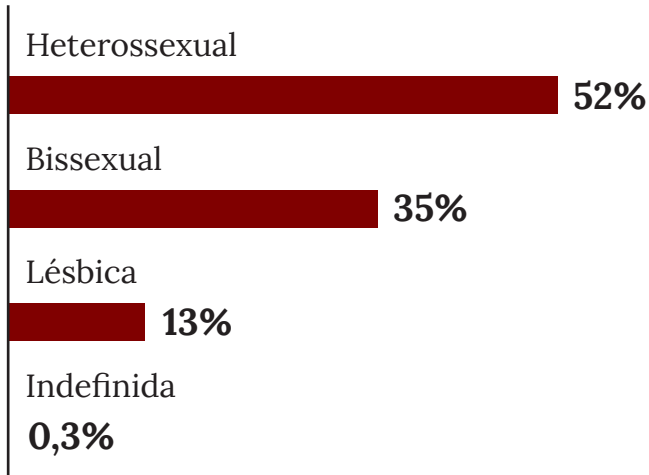


Ocupação

Seguindo os critérios do censo de 2010.



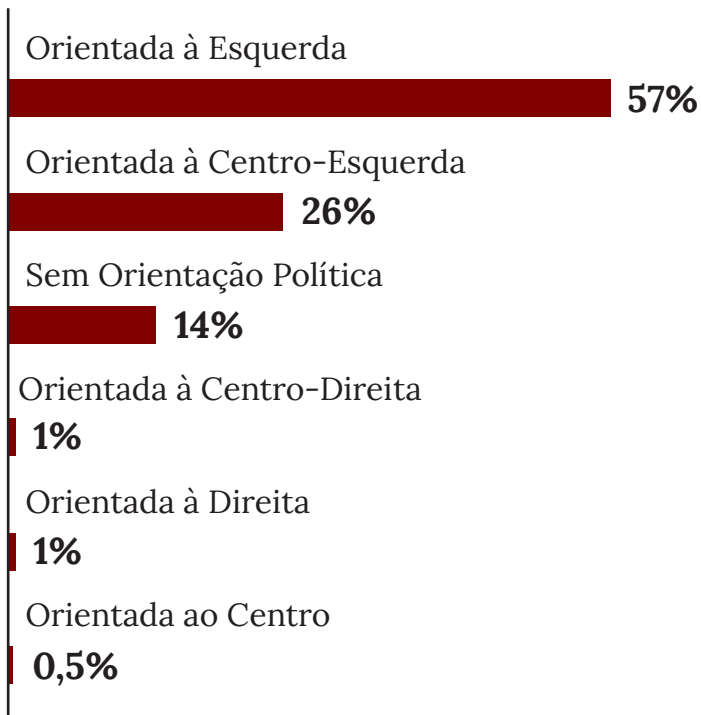
Orientação Sexual



Subscreve a Alguma Identidade de Gênero

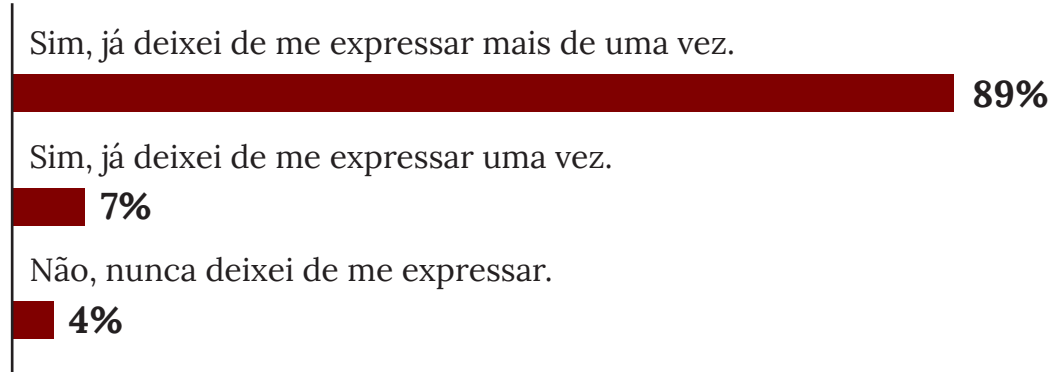


Orientação Política

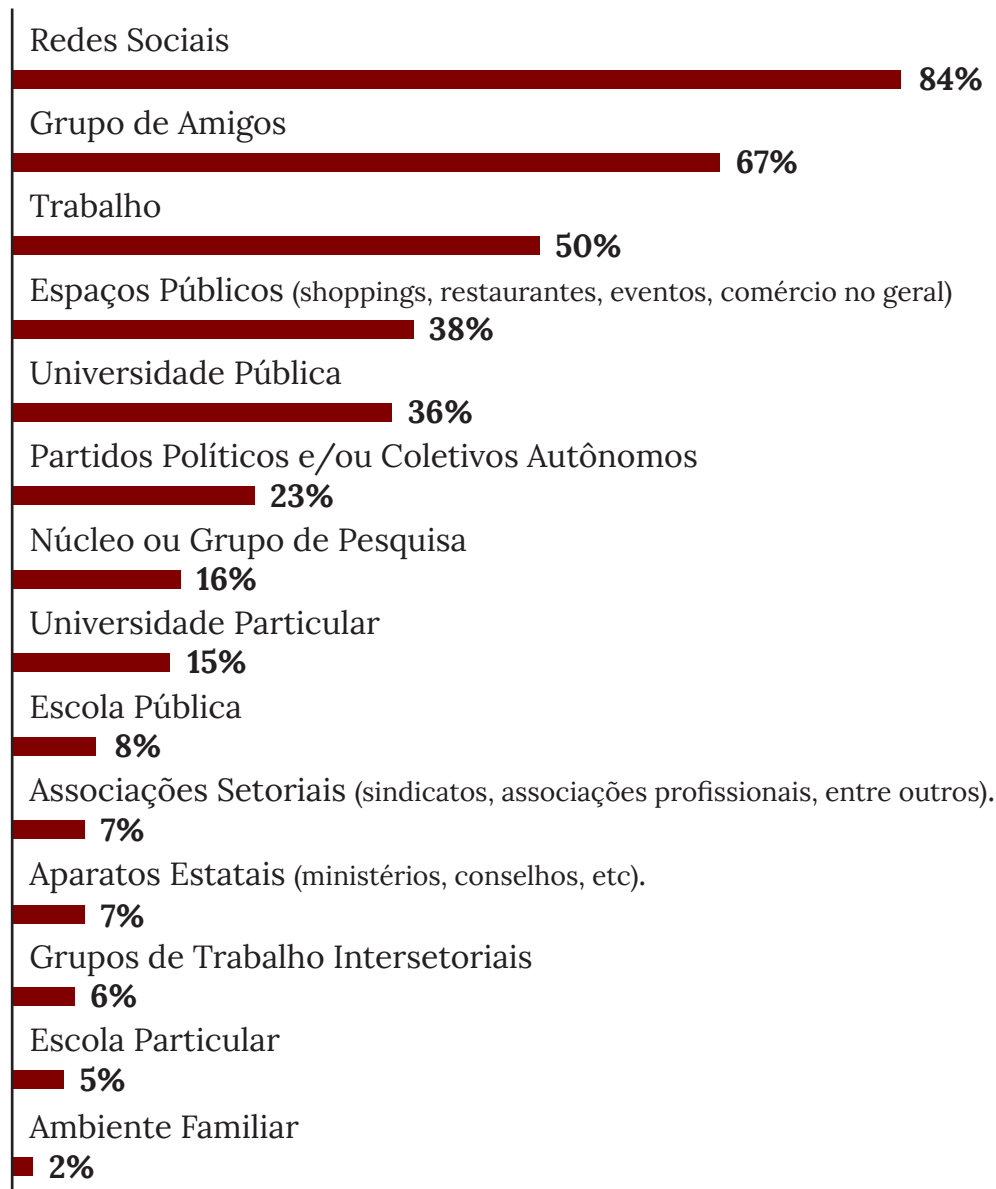


Acerca da violência e intimidação sofrida pelas respondentes por defenderem direitos baseados no sexo

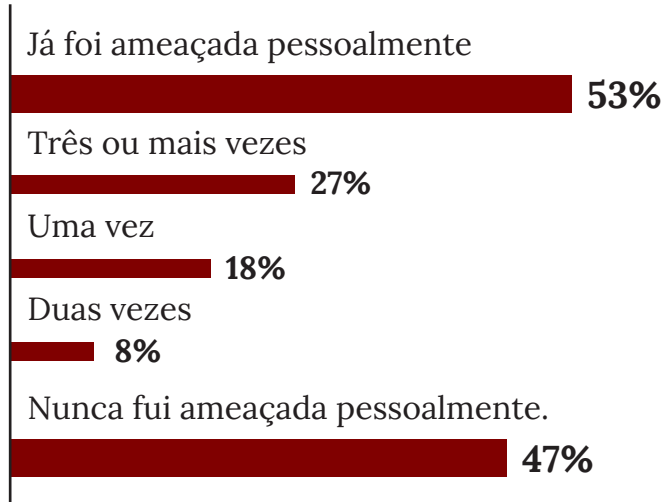
1 - Já deixou de expressar a sua opinião acerca das necessidades dos direitos das mulheres baseados no sexo por medo de sofrer retaliações?



1.1 - Local(is) que mais condiz(em) com o local onde o(s) fato(s) aconteceuu(ram).



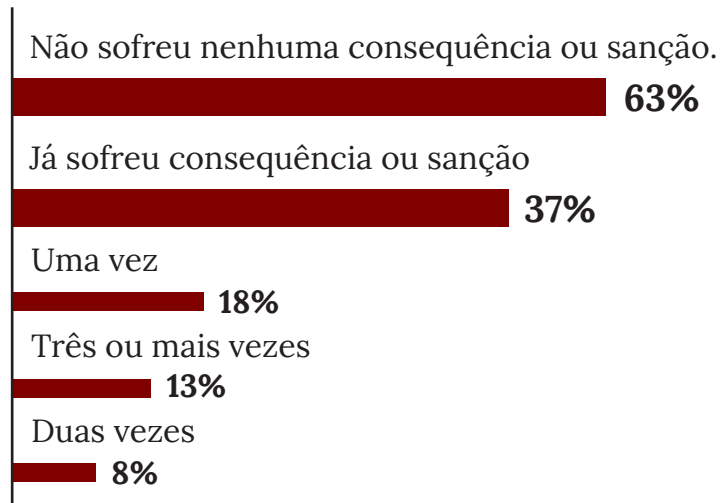
2 - Você já foi ameaçada pessoalmente por expressar sua opinião acerca das necessidades dos direitos das mulheres baseados no sexo?



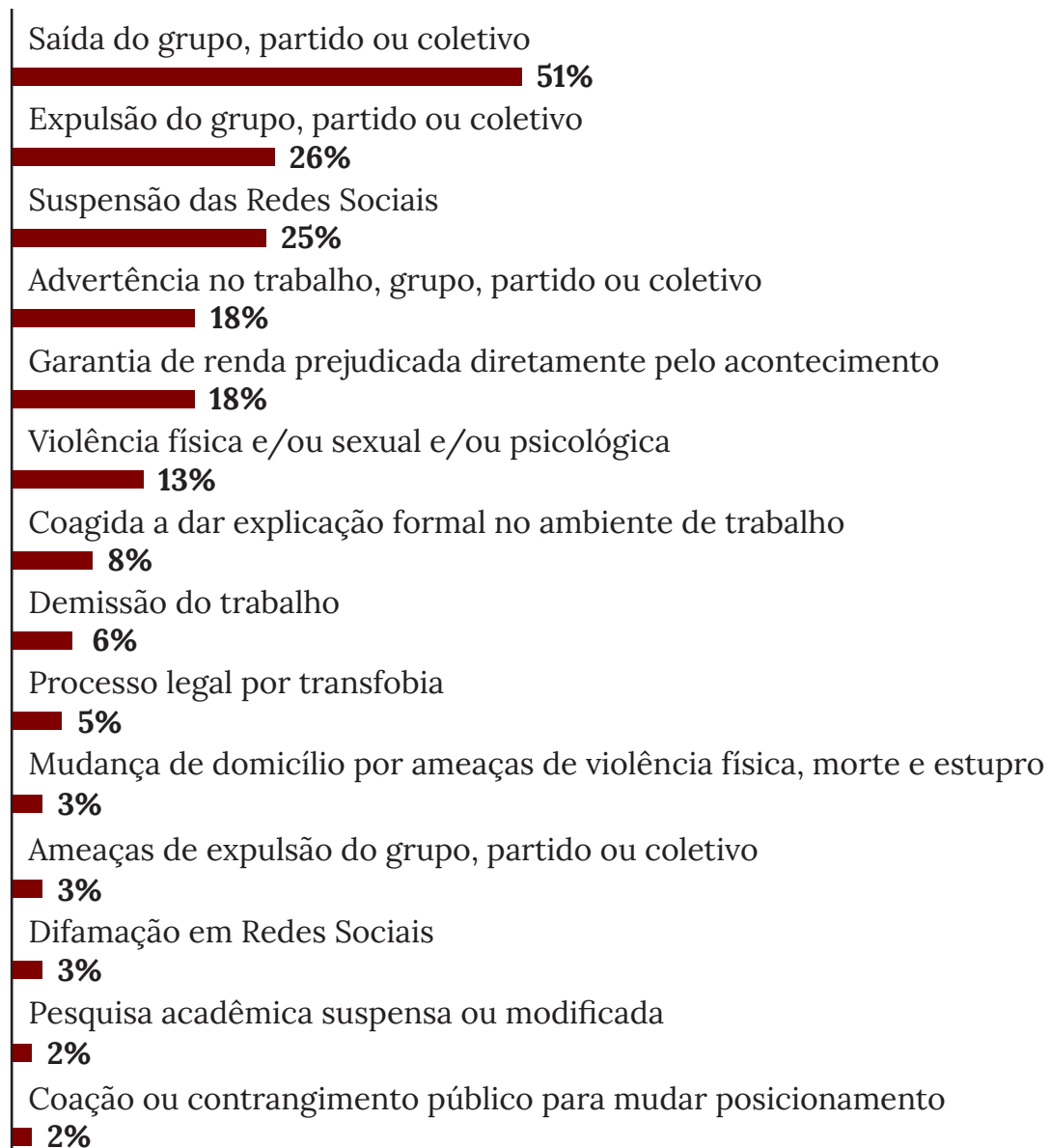
2.1 - Local(is) que mais condiz(em) com o local onde o(s) fato(s) aconteceuu(ram).



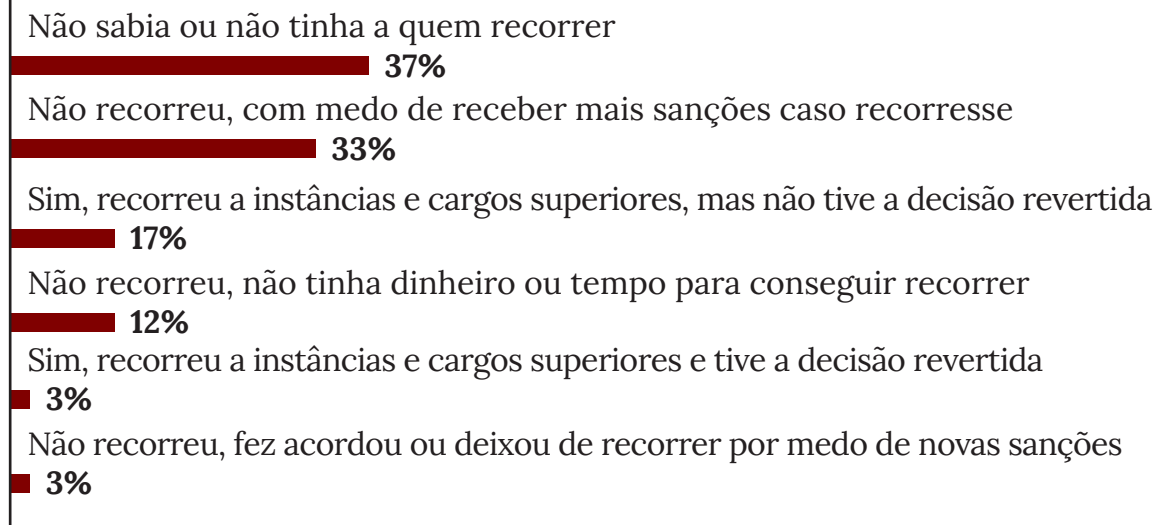
3 - Você já sofreu algum tipo de consequência ou sanção material, social ou legal por expressar sua opinião acerca das necessidades dos direitos das mulheres baseados no sexo?



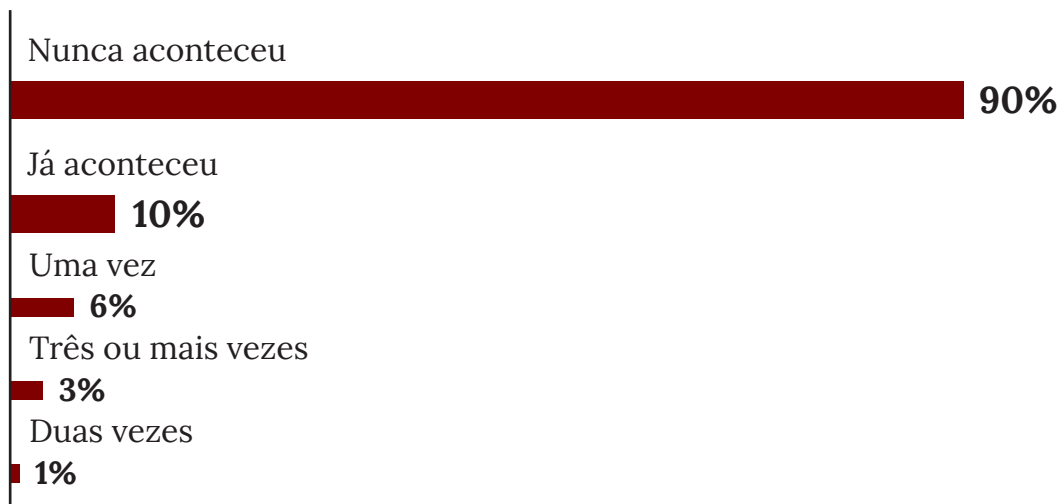
3.1 - A(s) consequência(s) que mais condiz(em) com os fatos:



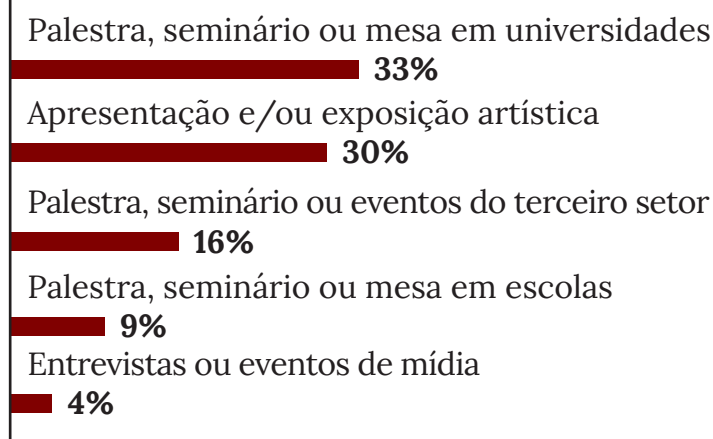
3.2 - Forma(s) que procurou recorrer à decisão tomada:



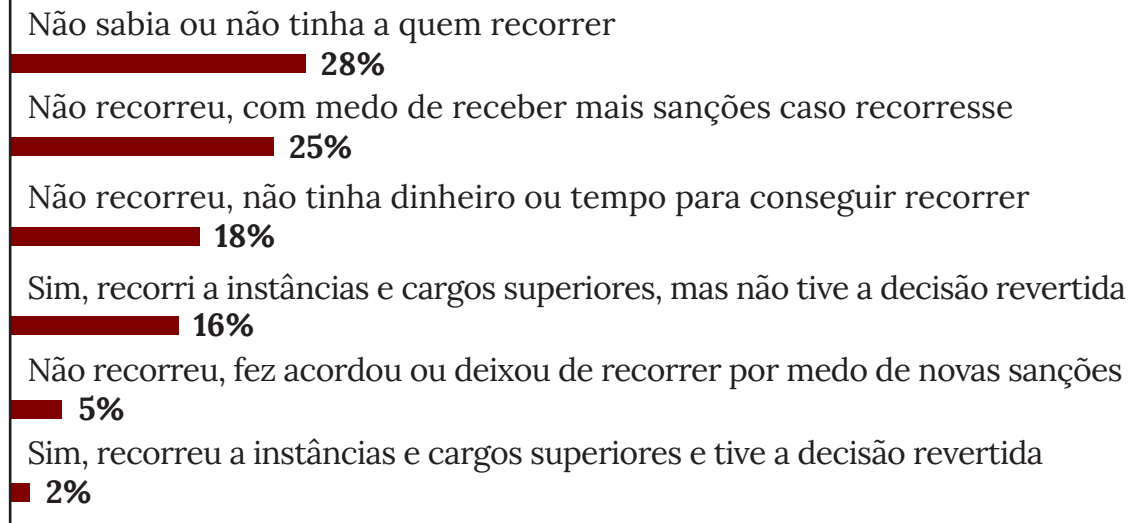
4 - Você já teve algum evento ou presença em evento cancelada por defender direitos das mulheres baseado no sexo?



4.1 - Perfil(s) que mais condiz(em) com o evento:

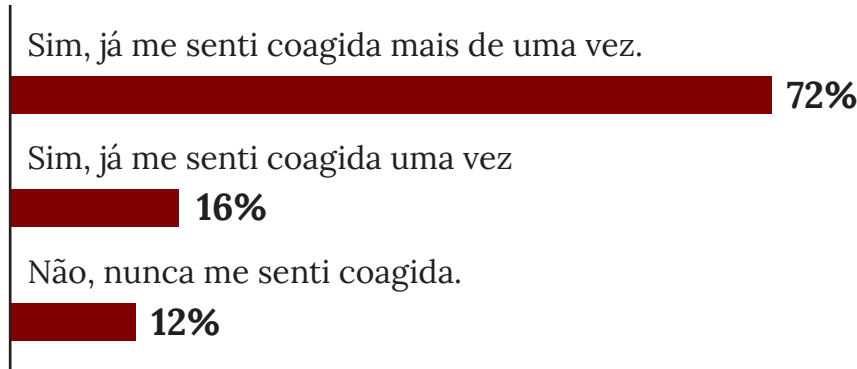


4.2 - Forma(s) que procurou recorrer à decisão tomada:

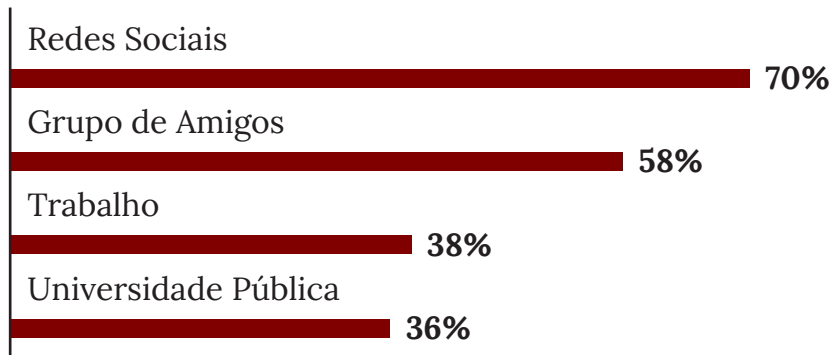


Acerca da violência e intimidação sofrida pelas respondentes por não subscrever à teoria da identidade de gênero

1 - Você já se sentiu coagida a proferir a crença na teoria da identidade de gênero por medo de sofrer retaliações?

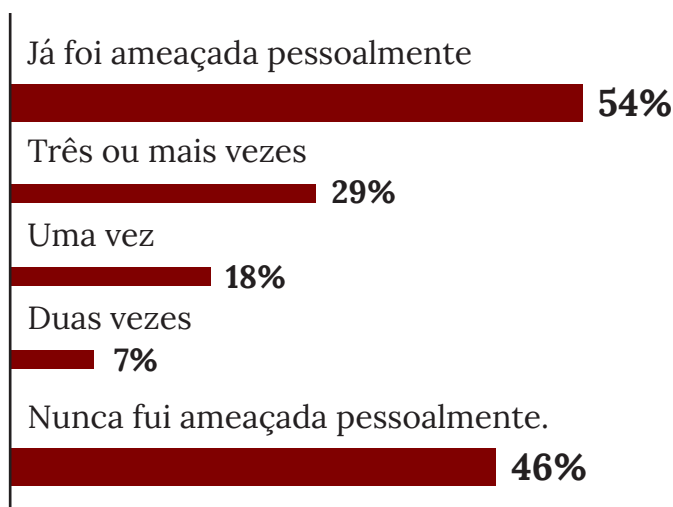


1.1 - Local(is) que mais condiz(em) com o local onde o(s) fato(s) aconteceuu(ram).

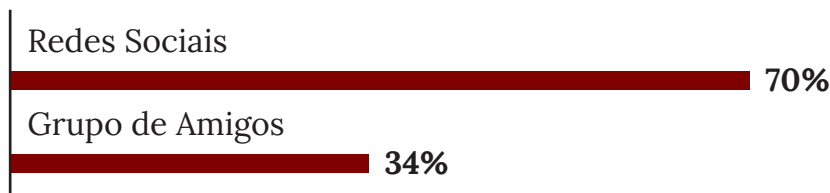




2 - Você já foi ameaçada pessoalmente por expressar descrença ou críticas na teoria da identidade de gênero?

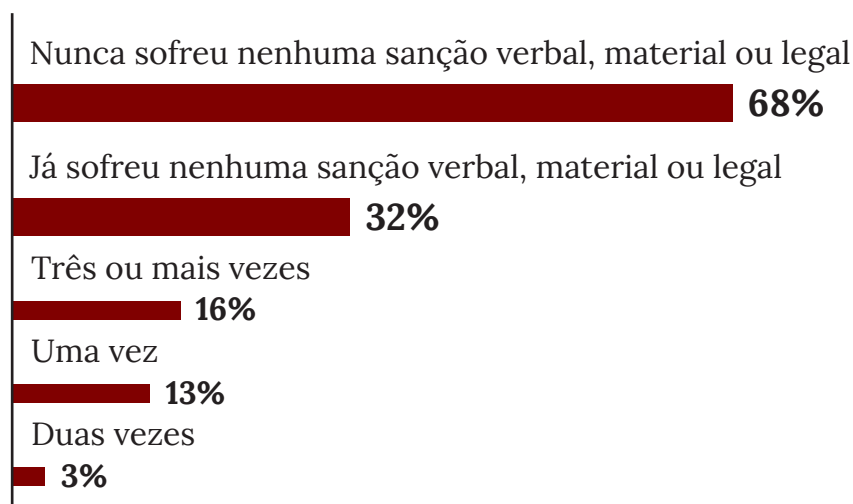


2.1 - Local(is) que mais condiz(em) com o local onde o(s) fato(s) aconteceuu(ram).





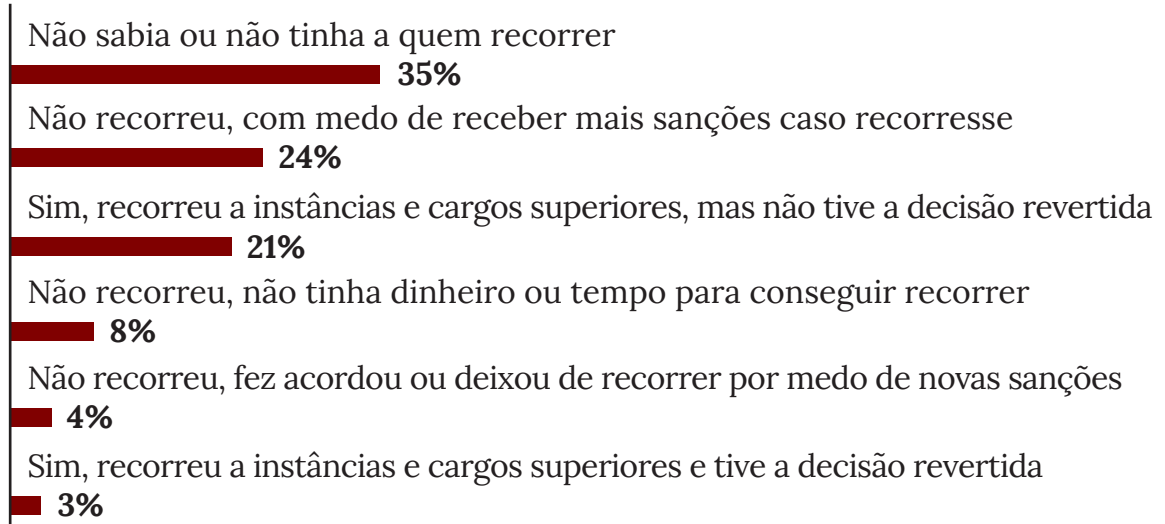
3 - Você já sofreu algum tipo de sanção verbal, material ou legal por expressar sua opinião acerca da teoria da identidade de gênero?



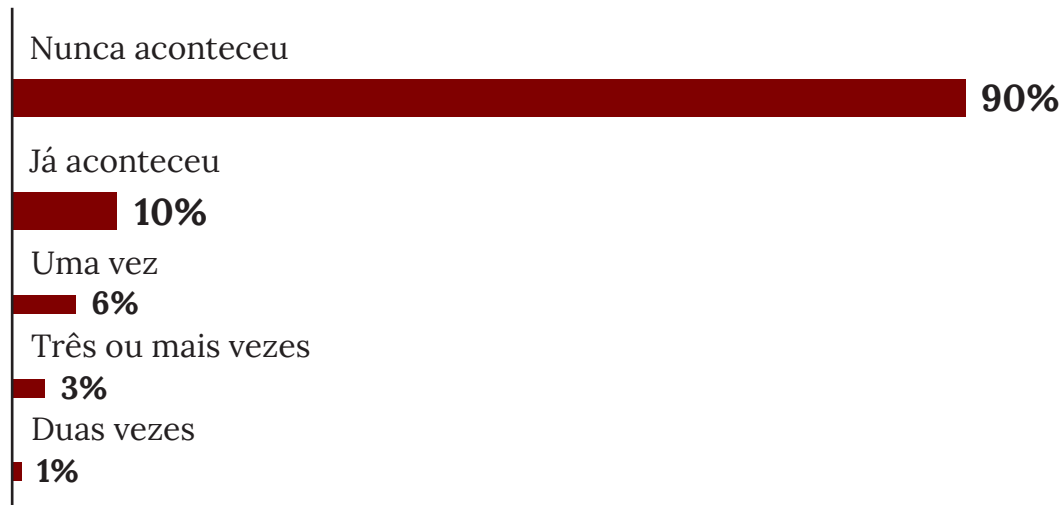
3.1 - A(s) consequência(s) que mais condiz(em) com os fatos:



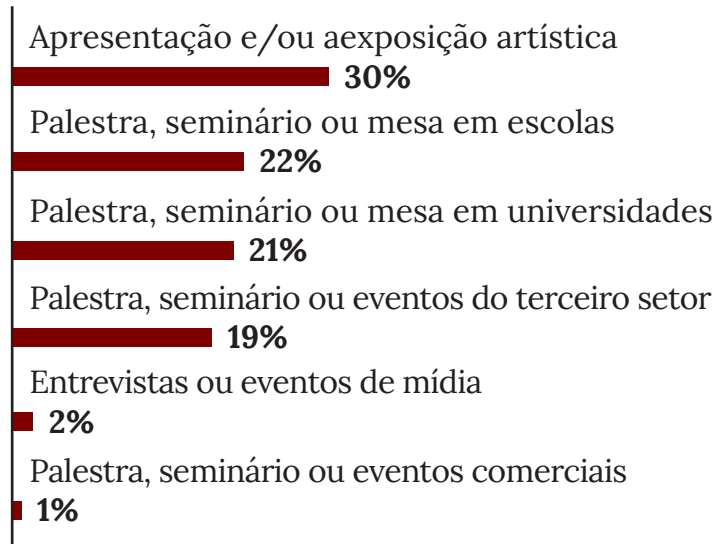
3.2 - Forma(s) que procurou recorrer à decisão tomada:



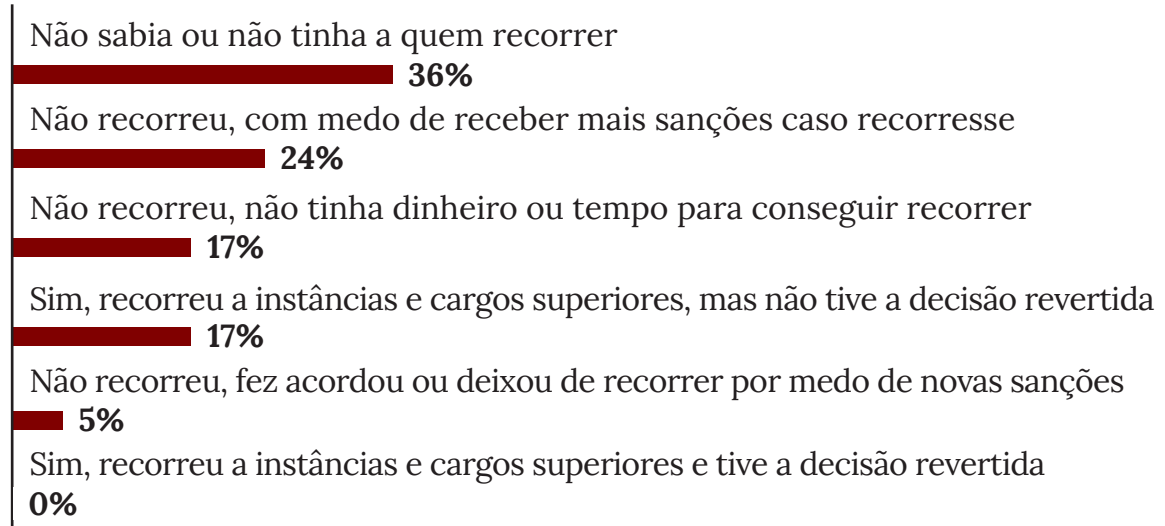
4 - Você já teve algum evento ou presença em evento cancelada por não subscrever, acreditar ou ser crítica à teoria da identidade de gênero?



4.1 - Perfil(s) que mais condiz(em) com o evento:

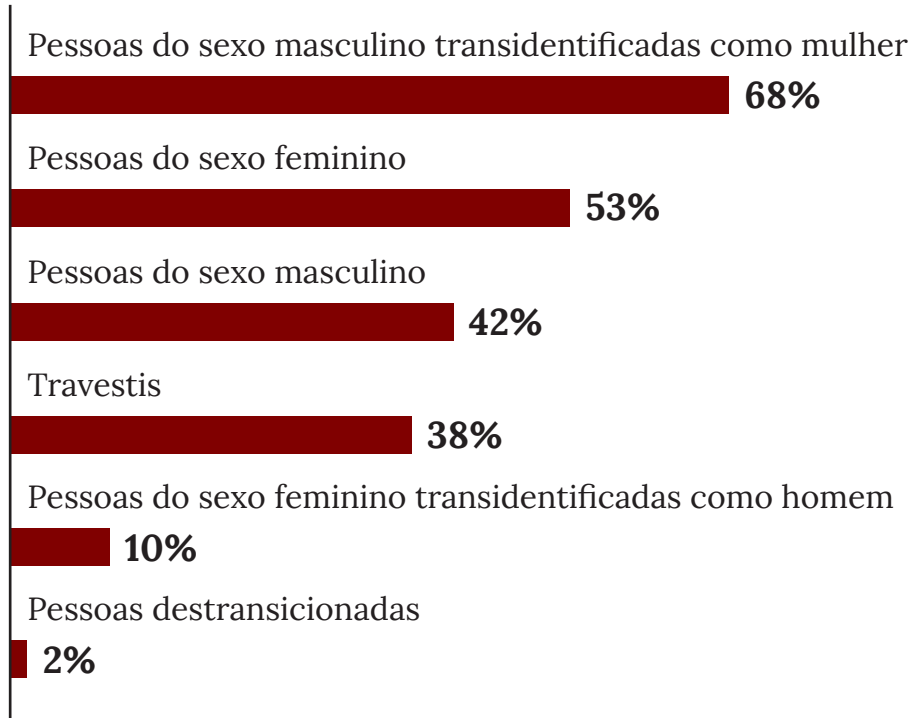


4.2 - Forma(s) que procurou recorrer à decisão tomada:



Acerca do perfil do discurso de ódio e violência verbal e de quem o professa

1 - Considerando sanções e violências sofridas por defenderem direitos baseados em sexo ou não aderirem à crença na Teoria da Identidade de Gênero, as respondentes informam que a coação foi exercida por:

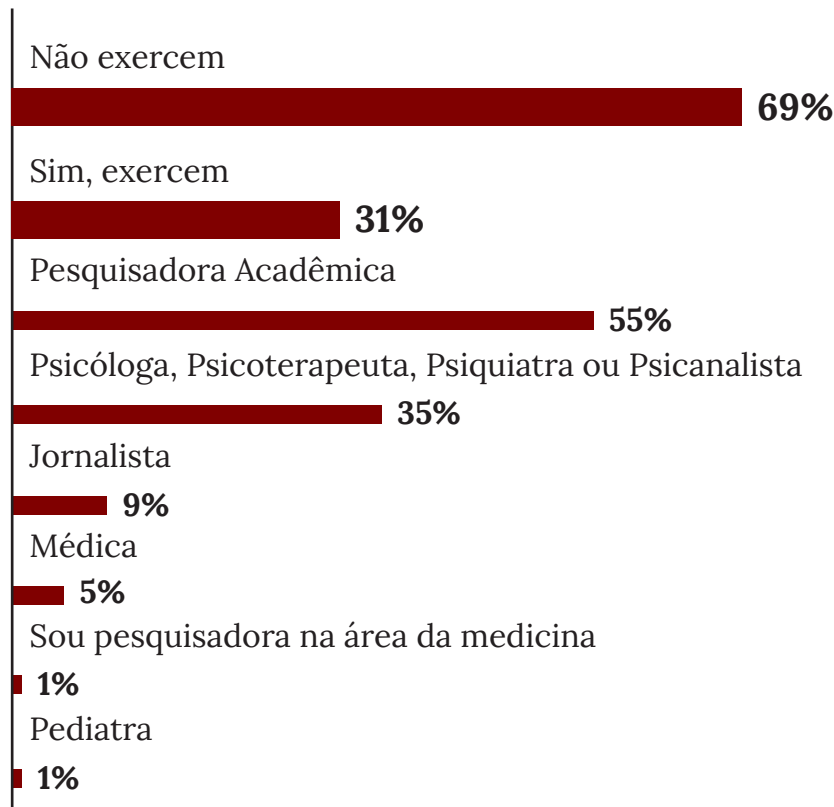


1.1 - Experiências com sanções e violências informam que o discurso de ódio contém, sobretudo:



Jornalistas e profissionais e pesquisadoras da saúde

1 - Exercem profissões de jornalista, profissionais e pesquisadoras da saúde.



2 - Pesquisadora ou jornalista, que já teve artigos, reportagens e/ou pesquisas impedidas de serem publicadas porque estas mostravam uma conclusão que não corrobora/apoia à teoria da identidade de gênero e/ou o fim dos direitos baseados em sexo?



3 - Pediatra, médica ou terapeuta, que já foi impedida de exercer a prática clínica como acreditava ser o correto por medo de sofrer sanções materiais, sociais e legais?



ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com base nas 366 respostas ao formulário de pesquisa e nos 155 relatos recebidos⁹, as violações de direitos humanos de meninas e mulheres foram sistematizadas de acordo com os eixos de direitos estipulados na CEDAW. Os padrões que apareceram para além dessa estrutura organizativa dizem respeito à vida social e religiosa. Os relatos, portanto, revelam sete eixos de violação e restrição de direitos, sendo eles 1) participação na vida pública e política, 2) igualdade de direitos na esfera da educação; 3) esfera de emprego e trabalho, 4) cuidados médicos e serviços de saúde, 5) recreação, esportes e todos os aspectos da vida cultural, 6) vida social (amizade, relações, família, sexo e sexualidade) e 7) liberdade religiosa.

⁹ Dos 155 relatos recebidos, 3 foram enviados diretamente para nós, por fora do formulário de pesquisa, portanto não foram contabilizados como respondentes. Ainda assim, foram considerados válidos para a construção da análise de resultados.

Artigo 7: Participação na vida pública e política

Os padrões de violência identificados na esfera da educação superior também foram verificados tanto no interior de organizações políticas (desde partidos até coletivos feministas, lésbicos e outros agrupamentos políticos de esquerda), quanto nos esforços de participação na vida pública e política por parte de mulheres e organizações críticas à teoria de identidade de gênero. Tais ocorrências impactam e em alguns casos inviabilizam a participação de mulheres na vida pública e política em igualdade de condições, reforçando a discriminação contra a mulher. Os relatos incluem, mas não se limitam, aos seguintes padrões:

VIOLÊNCIA E SILENCIAMENTO DENTRO DE ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS DE ESQUERDA

Mulheres filiadas a partidos e organizações políticas mistas de esquerda, ou membros de coletivos de mulheres vinculados a partidos de esquerda, relatam terem sido ameaçadas de expulsão e de retaliação, ou terem sido efetivamente expulsas, por criticar, divergir ou simplesmente questionar à teoria de identidade de gênero, sem debate interno. Por exemplo:

- Em alguns casos, a exposição, expulsão ou penalização sumária foi feita de forma a propositalmente reverberar para a vida pessoal e profissional das mulheres que foram alvo, ou para inviabilizar sua capacidade de organização e participação plena na vida política.

- Questionamentos ou discordâncias com a teoria de identidade de gênero em determinados partidos de esquerda resulta em xingamentos diretos ou no uso de adjetivações como “transfóbica” e “racista”, e ainda outras pejorativas para associá-las a diferentes extratos da direita: “bolsonarista”, “nazista”, “fascista”, “conservadora”, “reacionária” - em todos os casos, tentando associar as mulheres atacadas a diferentes extratos de setores conservadores, como forma de deslegitimá-las.
- Restrições e violações específicas em espaços, coletivos e organizações políticas de mulheres lésbicas, com hostilização e coação daquelas que defendem direitos baseados no sexo e discordam da teoria de identidade de gênero, por parte de transativistas e transaliados.
- Silenciamento, medo, intimidação, perseguição, coação e métodos de exposição de mulheres em redes sociais ou via campanhas difamatórias, para dentro e para fora das organizações políticas, que reduzem ou anulam a participação das mulheres atingidas na vida pública e política.

ATAQUES EXTERNOS A ESPAÇOS EXCLUSIVOS DE MULHERES E A COLETIVOS E MILITANTES FEMINISTAS

Os relatos também indicam a ocorrência de ataques externos graves à autonomia teórica e política de militantes, coletivos e organizações feministas que divergem da teoria de identidade de gênero e que defendem direitos baseados no sexo. Por exemplo:

- Ameaças de violência física, realizadas por transativistas e transaliados/as, contra mulheres por estas realizarem atividades

políticas, militantes e de debate a respeito de tópicos feministas e/ou específicas ao sexo feminino, como maternidade, heterossexualidade compulsória, estupro corretivo, aborto e outros temas de saúde sexual e reprodutiva. Em ao menos um episódio, ameaças incluíram menções explícitas a agressão, espancamento, uso de coquetel molotov e a “incendiar mulheres”.

- Ataques a espaços exclusivos de mulheres, com a incidência de transativistas e transaliados sobre organizações da sociedade civil para cancelar a realização de eventos feministas sobre questões específicas do sexo feminino, ou para expulsar participantes e coletivos de espaços e eventos, mesmo com o evento já iniciado.

REDUÇÃO OU FIM DA PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NA VIDA PÚBLICA E POLÍTICA

Em grande parte dos casos relatados, a consequência do emprego de violência é a retirada de mulheres da vida pública e política, seja compulsoriamente por sua expulsão, seja graças à deterioração de sua saúde física e mental como resultado dos ataques, seja o fim da presença online com a injusta exclusão das contas das redes sociais, muita vezes imposta por denúncias em massa.

Artigo 10: Igualdade de direitos na esfera da educação

Na esfera da educação, mulheres que divergem da teoria de identidade de gênero relatam ocorrências de violência, inti-

midação, coação, perseguição, silenciamento e campanhas de destruição de reputação, realizadas por universidades, integrantes do corpo estudantil, centros acadêmicos e corpo docente, em muitos casos com danos concretos para seu futuro acadêmico, profissional e sua saúde mental. Tais ocorrências representam violações de direitos humanos e restrições à liberdade de pensamento, de expressão e ao exercício pleno do direito à educação. As ocorrências e impactos incluem, mas não se limitam, aos seguintes padrões:

AGRESSÕES E AMEAÇAS À INTEGRIDADE FÍSICA DE MULHERES

Ameaças de agressão ou ocorrências de agressão contra pesquisadoras, estudantes e acadêmicas feministas críticas da teoria da identidade de gênero e correlatas. Por exemplo:

- Retaliações por defenderem que as instituições de ensino mantenham sanitários separados por sexo, incluindo ao menos uma ocorrência de agressão física de uma estudante mulher por um estudante do sexo masculino.
- Palavras de ordem e pixações em espaços comuns de instituições de ensino superior (como muros, corredores e paredes ou cabines de banheiros) de incitação de violência contra mulheres críticas de gênero e/ou defensoras dos direitos baseados no sexo – incluindo, por exemplo, “radfem¹⁰ boa é radfem morta”.

¹⁰ Radfem é o acrônimo para “feminista radical”, um termo que, no contexto aqui abordado, é utilizado frequentemente com teor pejorativo e para se referir não somente às feministas que pertencem a essa corrente teórica, mas a toda feminista crítica à teoria da identidade de gênero e/ou defensora dos direitos das mulheres com base no sexo.

INTERDIÇÃO DO DEBATE, DA LIBERDADE DE PENSAMENTO E DE CRÍTICA

Identifica-se o silêncio das pesquisadoras imposto pelo medo, bem como, a negação do acesso ao conhecimento. Instituições de ensino superior brasileiras recusam o acesso de pesquisadoras, estudantes e acadêmicas a marcos teóricos, historiografias e agendas de pesquisa relacionadas a vertentes feministas críticas à teoria e agenda de gênero, sujeitando discentes e docentes à violência para viabilizar tal interdição. Por exemplo:

- Impossibilidade ou proibição, imposta por docentes e orientadores/as, de mencionar, debater e/ou realizar pesquisas e projetos acadêmicos com marcos teóricos feministas não adeptos da teoria da identidade de gênero, e/ou do uso das categorias “sexo”, “mulheres”, “violência sexual” e “violência masculina”, forçando sua substituição por “gênero”, “cisgênero” e “violência de gênero”.
- Interdição do debate teórico sobre o feminismo radical, feminismo materialista ou qualquer outro marco teórico feminista crítico à teoria da identidade de gênero.
- No mesmo sentido, impossibilidade ou proibição de formular críticas e divergências teóricas, metodológicas e científicas às teorias *queer*, pós-modernas e pós-estruturalistas, e à teoria de identidade de gênero.
- A proibição é realizada por meio da expulsão de mulheres de grupos de pesquisa, da perda de oportunidades acadêmicas, da ameaça de destruição da reputação ou da efetiva realização de campanhas difamatórias contra pesquisadoras e acadêmicas, com agressores utilizando de falsa associação ou ainda fazendo acusações criminosas

ao adjetivar mulheres como: "transfóbicas", "reacionárias", "neonazistas", "racistas", "fascistas", com chancela e/ou participação ativa direta da instituição de ensino e do corpo docente.

CRIMINALIZAÇÃO DA CRÍTICA

Uso de sindicâncias e processos administrativos contra discentes, docentes e trabalhadores/as de universidades e instituições de ensino superior que discordam da teoria de identidade de gênero.

IMPACTOS ESPECÍFICOS SOBRE AS MULHERES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Mulheres relatam deterioração da saúde mental; boicotes por parte de orientadores/as e docentes adeptos das teorias *queer* e de identidade de gênero; abandono forçado de projetos e oportunidades de pesquisa por medo de perseguição, retaliações e violência; exclusão da vida social acadêmica, com a expulsão de festas, a realização de “escracho”; danos que se estendem à vida pessoal, com a inclusão de nomes de mulheres em listas públicas de estupradores circuladas à comunidade universitária.

Artigo 11: Esfera de emprego e trabalho

As violências e restrições de direitos também são relatadas por mulheres dentro de seus espaços de trabalho, suas categorias profissionais e órgãos de representação de classe. Outro impac-

to na esfera do trabalho é o emprego de meios de violência que buscam atingir a empregabilidade e a renda das mulheres. A análise dos relatos permite identificar, dentre outros, os seguintes padrões, sistematizados abaixo.

RESTRIÇÕES DE DIREITOS DE TRABALHADORAS E PROFISSIONAIS POR SUAS PRÓPRIAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSE E POR EMPREGADORES

Coação de profissionais por conselhos e entidades representativas de sua categoria, em especial na área da saúde, para que subscrevam à teorias de identidade de gênero. Monitoramento de redes sociais pessoais de mulheres por empregadores e colegas de trabalho, para impor restrições à liberdade de pensamento e de expressão ou causar danos concretos à estabilidade do emprego e à empregabilidade da mulher.

RISCOS À EMPREGABILIDADE

Relatos de temor de “cancelamento”, exposição em redes sociais e campanhas de difamação, colocando em risco emprego, empregabilidade e fontes de renda.

IMPACTOS DESPROPORCIONAIS SOBRE AUTÔNOMAS E PRECARIZADAS

Relatos de campanhas de boicote, difamação, exposição em redes sociais e “cancelamento” por parte de transativistas con-

tra mulheres precarizadas e/ou autônomas, e/ou com pequenos negócios voltados exclusivamente a atender mulheres, acarretando perda de clientes, recursos e fonte de renda. Adiciona-se aqui o agravante de algumas dessas mulheres serem mães e temerem pelo sustento dos/as filhos/as.

Artigo 12: Cuidados médicos e serviços de saúde

As ameaças, restrições e violações relatadas causam impactos negativos na saúde física e psíquica não somente das mulheres que são alvo direto dos ataques, mas no conjunto de mulheres à sua volta e na coletividade. Muitas relatam deterioração da saúde mental, com desenvolvimento de quadros de ansiedade, depressão e síndrome do pânico. Uma das mulheres foi acusada de transfobia por sua própria psicóloga; outra, uma mulher com deficiência, relatou ter intensa preocupação com a vulnerabilidade em banheiros mistos; outras, profissionais de saúde, relataram se sentir coagidas ou obrigadas a adotar terapias afirmativas de gênero em sua prática profissional.

Artigo 13: Recreação, esportes e todos os aspectos da vida cultural

As violências, restrições e violações também alcançam a esfera cultural. Um dos casos relatados é de mulher ameaçada com

demandas judiciais civis e penais (ameaça de processo de difamação) por se opor à presença de pessoa do sexo masculino trans-identificada em evento artístico-cultural a respeito da maternidade, experiência humana exclusiva ao sexo feminino. A mesma mulher foi acusada de “transfóbica” e exposta nas redes sociais por outras mulheres que estavam presentes no espaço.

Impactos sobre a vida social: amizade, relações, família, sexo e sexualidade

Mulheres que defendem os direitos baseados no sexo e/ou são críticas da teoria da identidade de gênero relatam que a agenda transativista e sua capilaridade por meio do patrocínio fornecido por partidos políticos, organizações da sociedade civil, fundações filantrópicas, corporações transnacionais, mídia hegemônica e órgãos estatais resulta em um falso consenso, que aliena (de forma muitas vezes violenta) aquelas que divergem de suas relações pessoais, de amizade e familiares.

Nesse sentido, os relatos fornecidos indicam a ocorrência de exposição e vazamento de dados, postagens e conversas realizadas por mulheres em redes sociais privadas, com o objetivo de difamar e isolar mulheres. Em alguns casos, a exposição é realizada por amigas/os e pessoas próximas, e resulta na deterioração ou perda de laços pessoais e familiares. Há também ocorrências de mulheres lésbicas coagidas a

se relacionarem com pessoas do sexo masculino trans-identificadas, sob a ameaça de serem criminalizadas com a acusação de transfobia, ou ainda, mulheres lésbicas sendo expulsas de espaços lésbicos ou censuradas em favor da fala de pessoas do sexo masculino nesses espaços.

Espaços religiosos e de prática espiritual

Mulheres religiosas, adeptas de práticas ecumênicas e/ou espirituais que dependem da proteção da liberdade religiosa para sua realização relatam terem sofrido diferentes tipos de retaliação ao divergirem da presença de pessoas do sexo masculino em espaços ou práticas exclusivas a meninas e mulheres. Por exemplo:

- Uma mulher relata sofrer retaliação dentro de sua religião por se opor à presença de pessoas do sexo masculino em espaços exclusivos de mulheres, tendo sofrido ameaça de morte e de estupro por parte de uma pessoa do sexo masculino trans-identificada de sua religião, que estendeu a ameaça também às filhas da mulher, crianças de um mês e de três anos de idade. A mesma pessoa do sexo masculino ameaçou agredir e deformar a mulher, dizendo que mutilaria sua genitália, e buscou a sua expulsão do grupo religioso/espiritual, mas não teve sucesso. Outras mulheres que participam do mesmo grupo religioso/espiritual se solidarizaram em segredo com a mulher ameaçada, porém mantiveram silêncio por medo de se tornarem alvo das mesmas práticas e ataques. Mais informação e pesquisa se faz necessária para apurar de que forma a adoção do “gênero” como identidade está impactando e

restringindo o direito de meninas e mulheres à liberdade religiosa e de associação e aos espaços religiosos e ecumênicos separados por sexo.

Principais meios e táticas empregados para restringir e violar direitos de meninas e mulheres

As restrições e violações de direitos humanos de meninas e mulheres no Brasil por sua discordância com a teoria *queer*, a teoria de identidade de gênero e a dissolução da categoria “sexo” têm sido realizadas por diferentes atores, que empregam táticas e ferramentas diversas para restringir e violar tais direitos. Apesar da diversidade de meios e táticas de violação e restrição de direitos, alguns padrões emergem da análise das respostas ao questionário e dos relatos fornecidos, sendo eles: 1) violência física; 2) ameaças, intimidação e coação; 3) falsa associação; 4) calúnia e difamação; 5) policiamento; 6) SLAPP¹¹; 7) De-platforming e 8) táticas de esgotamento mental e psicológico.

VIOLÊNCIA FÍSICA

Casos de agressão física apareceram em dois dos 155 relatos bem como um caso de agressão sexual, totalizando 3 casos de violência física e sexual. Por sua vez, a incitação à violência física e sexual contra meninas e mulheres aparece de forma sistemática - o que gera preocupação acerca de casos não relatados,

¹¹ Ações judiciais intimidatórias conhecidas como *ública Strategic litigation against public participation*, ou Litígio estratégico contra participação pública.

bem como do possível aumento da violência a partir dessas incitações. Em um dos relatos recebidos, a mulher tomou socos na cabeça no meio da rua enquanto a pessoa gritava "para você aprender a lição". Na semana do ocorrido, a *hashtag* "espanque uma TERF" estava entre os tópicos mais comentados no Twitter.

Em outro relato, um homem empurrou uma mulher por esta defender o direito ao uso de banheiros separado por sexo. Segundo o relato, a agressão física não escalou, pois a mulher estava acompanhada de outro homem que interferiu e impediu a agressão. Nota-se que esse caso aconteceu dentro da Universidade Federal Fluminense (UFF) e segue o mesmo padrão de intimidação por meio da violência utilizado no caso das duas estudantes de Maringá¹² e do caso da estudante da Universidade de Brasília (UnB)¹³.

AMEAÇAS, INTIMIDAÇÃO E COAÇÃO

Foram colhidos diversos relatos de ameaças explícitas e detalhadas de agressão física, espancamento, estupro e feminicídio por parte de pessoas do sexo masculino trans-identificadas; e recorrência de violência verbal e psicológica com adoção de termos particularmente misóginos por parte de transativistas do sexo masculino, como "rata", "ratazana", "cadela", "depósito de porra", "vadia", "vagabunda", "puta", "buceta podre", e ameaças de estupro corretivo de lésbicas.

¹² Cf. <https://www.youtube.com/watch?v=q0ysVziO3rk>

¹³ Cf. <https://qgfeminista.org/homem-branco-trans-identificado-que-agrediu-estudante-negra-em-faculdade-tem-longo-historico-de-misoginia>

FALSA ASSOCIAÇÃO

Ataques pessoais e associação aos termos “bolsonarista”, “fascista”, “reacionária”, “de extrema-direira”. Trata-se da criação, por parte de transativistas e transaliados, de falsa associação entre feminismo radical (e qualquer outra teoria, tradição e/ou prática feminista crítica à teoridade da identidade de gênero e das instituições patriarcais) e diferentes setores da direita. Acusações deste tipo tendem a bloquear o acesso de meninas e mulheres à educação crítica e à plena participação na vida pública e política e, na maioria dos casos, atingir sua credibilidade e legitimidade política enquanto mulheres progressistas, evitando assim que outras mulheres e outros setores da sociedade escutem suas críticas e as razões de suas divergências.

Com frequência mulheres defensoras dos direitos baseados no sexo e/ou críticas da teoria da identidade de gênero são chamadas publicamente de “racistas”, “colonialistas”, “brancas”, “eugenistas”, com transativistas e transaliados (inclusive docentes de universidades públicas) chegando a comparar a defesa dos direitos (de meninas e mulheres) baseados no sexo ao regime de apartheid na África do Sul e à segregação racial nos EUA. É outra versão do mesmo fenômeno citado acima, com o objetivo de interditar o debate, bloquear o acesso das mulheres à educação e ao pensamento crítico.

Outras estratégias incluem o uso de termos com caráter criminoso, anti-intelectual e desumanizador como: “nazista”, “transfóbicas”, “genitalistas”, “essencialistas”, “feminazi”, “terf”, “radfem”. Novamente, trata-se de eventos semelhantes aos citados anteriormente, criados por transativistas e "transaliados" com o objetivo de interditar o debate e bloquear o acesso das meninas e mulheres à educação e ao pensamento crítico.

CALÚNIA E DIFAMAÇÃO PÚBLICAS

A violência, intimidação, ataques, criminalização, ameaças e perseguição são feitas em público com o nítido propósito de servir de exemplo, e assim ter como consequência direta de calar e impactar negativamente não somente a menina ou mulher que é alvo da violência, mas também a consequência indireta de silenciar outras meninas e mulheres que possam ter uma perspectiva crítica ou divergente da teoria *queer* e dos movimentos transativista e transaliado, mas passarão a pensar duas vezes antes de se manifestarem.

Uso de redes sociais para campanhas de difamação, *bullying* virtual e exposição de mulheres críticas à teoria *queer* e à identidade de gênero, acusando-lhes de transfobia, com a finalidade de destruir sua reputação, suas redes de relações pessoais e de apoio e/ou causar perda de emprego e oportunidades.

Criação de listas públicas de "mulheres transfóbicas" com nomes de mulheres defensoras de direitos baseados no sexo e/ou críticas da teoria da identidade de gênero para sua divulgação na internet e em redes sociais, com exposição de dados pessoais, imagem e endereços de redes sociais; ou criação e uso de extensões de navegadores de internet para supostamente identificar usuários transaliados e "transfóbicos", a partir da varredura de seus dados e curtidas.

Estratégia realizada também para fora das redes sociais, com trabalho de articulação e propagação de informações difamatórias falsas para buscar a destruição da reputação e/ou a perda de empregos e oportunidades de mulheres críticas. Como exemplo da difamação combinada à tática de falsa associação por meio da criação de "listas públicas", incluímos no ANEXO 3 um documento em PDF criado e circulado por grupos transativistas e transaliados como uma espécie de "catálogo" das "mais perigosas transfóbicas", expondo mulheres de variadas posições ideológicas e atividades laborais distintas, sendo muitas delas, militantes feministas.

VIGILÂNCIA E MONITORAMENTO

Vigilância e monitoramento tanto nas relações pessoais como de desconhecidas – mulheres que interagem em redes sociais "curtindo" publicações ou comentando em perfis críticos da

teoria da identidade de gênero e queer, recebem mensagens privadas de desconhecidos com questionamentos invasivos, e até mesmo ameaças de exposição e "cancelamento".

SLAPP E CRIMINALIZAÇÃO

Criminalização e SLAPP (ações judiciais intimidatórias) destinadas a cesurar, intimidar e silenciar setores sociais críticos, sobrecarregando-os com o custo de uma defesa legal até que abandonem suas críticas ou oposição.

Em um dos relatos recebidos, uma mulher foi forçada a fazer uma nota pública da qual discordava, bem como foi extorquida, sendo coagida a pagar o equivalente a metade do valor de um carro popular a coletivos LGBT, por medo de ser exonerada do seu cargo por ser mãe solo e não ter outras fontes de renda.

DE-PLATAFORMING

Suspensão de contas em redes sociais, impossibilidade de publicação de livros e artigos em periódicos acadêmicos e suspensão de eventos, seminários e debates são formas de recusar às mulheres oportunidades de tornarem suas ideias, opiniões, críticas, pesquisas e trabalhos conhecidos, porque os mesmos são vistos como "perigosos" e/ou "inaceitáveis".

ELIMINAÇÃO DE CONCORRÊNCIA

Uso da agenda transativista para restringir direitos de desafetos políticos, eliminar competição no mundo do trabalho, prejudicar colegas de trabalho e companheiras de militância. A agenda transativista como ferramenta de oportunidades na escassez neoliberal.

Em um dos relatos, uma assistente social feminista radical e lesbofeminista foi perseguida por coletivos e organizações de pessoas transidentificadas a ponto destes demandarem uma reunião com seu superior para afastá-la do cargo. Embora ela tenha permanecido na função, ela foi proibida de atender pessoas transidentificadas a despeito do seu histórico de atendimento incluir pessoas transidentificadas e carecer de qualquer reclamação por parte destas.

TÁTICAS DE ESGOTAMENTO EMOCIONAL E PSICOLÓGICO

Discursos incentivando suicídios, ostracismo e exclusão de mulheres críticas à teoria da identidade de gênero, teoria *queer* e correlatas têm como estratégia gerar impactos psicológicos negativos, esgotamentos mental, insegurança pessoal, medo de sair em locais públicos e isolamento das vítimas. Como consequências dessas ações, há relatos de mulheres cujas amigas ou conhecidas tentaram o suicídio, ou de fato, se suicidaram.



Já ocorreu de me chamarem de transfóbica por me recusar a me relacionar com uma mulher trans. Mas se eu o fizesse, estaria invalidando minha própria homossexualidade para validar a identidade de gênero dela!

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Primeiro, os resultados da presente pesquisa revelam a responsabilidade do Estado brasileiro na violação dos direitos de mulheres e meninas, seja diretamente por meio de instituições estatais (incluindo universidades públicas e instituições do judiciário) ou por omissão. Ao mesmo tempo em que faz referência à CEDAW, o Ministério das Mulheres do Poder Executivo Federal se recusa a definir o termo “mulher”, demonstrando, ainda que implicitamente, um discurso alinhado à teoria da identidade de gênero e negligenciando a realidade material sobre a qual recai a opressão a meninas e mulheres, que é o seu sexo.

Segundo, existe uma inflação flagrante do que vem sendo considerado "transfobia", com a acusação de crime sendo uma das principais estratégias de impor medo e silenciamento às meninas e mulheres, que se veem impedidas de falar sobre sua própria condição e de se organizar contra a opressão estrutural patriarcal que enfrentam. Tanto o Poder Executivo quanto o Judiciário (em especial o Superior Tribunal Federal) devem ser capazes de identificar que as divergências teóricas e políticas a respeito das categorias

“mulher” e “sexo” manifestadas pelos setores da sociedade que são críticos à teoria de identidade de gênero não constituem crime de “transfobia” ou discurso de ódio. A teoria de identidade de gênero é uma convicção filosófica e não pode, portanto, ser imposta ao conjunto da sociedade, e nem ser utilizada como motivo para restrição e violação de direitos quando haja discordância em relação ao seu conteúdo e postulados, tendo em vista a laicidade do Estado brasileiro, estabelecida no art. 5º, VIII, da Constituição Federal.

Terceiro, dada a centralidade da questão para os direitos das meninas e mulheres, é preciso que o Estado brasileiro garanta espaços e grupos de trabalho para abordar as divergências e desenvolver caminhos possíveis para endereçar os conflitos entre os direitos das meninas e mulheres baseados no sexo e a teoria da identidade de gênero, não apenas no Ministério das Mulheres, como também no Ministério dos Direitos Humanos e no Ministério da Saúde. Dado o contexto internacional não noticiado na grande mídia brasileira, o Brasil está falhando em entender os múltiplos problemas e questões bioéticas oriundos de uma adesão irrestrita à teoria da identidade de gênero. Há uma série de documentos, publicações, análises e pesquisas que podem subsidiar um diálogo próspero com base em fatos e dados.

Quarto, também é notável que a maior parte da violência e intimidação contra as mulheres no ambiente de ensino aconteceu na universidade pública. É possível considerar algumas

hipóteses: ou as universidades particulares estão menos hostis a pensamentos múltiplos, ou ainda estão mais voltadas a um pensamento pragmático, que não adere totalmente às teorias pós-modernas, ou simplesmente a maior parte das respondentes da pesquisa são docentes e discentes de escolas e universidades públicas. Seja como for, a universidade pública precisa criar mecanismos para lidar com as múltiplas expressões da misoginia e do cerceamento à liberdade de pensamento e de questionamento das mulheres, garantindo um ambiente democrático, com boas práticas de debate intelectual, teórico e político, bem como, garantindo a permanência das mulheres no ensino superior e na pesquisa acadêmica.

Quinto, destaca-se que a adesão do governo e da legislação brasileira à teoria da identidade de gênero em detrimento do sexo não passou por um amplo debate público. Esta agenda foi instaurada no Brasil e no mundo, de forma silenciosa e vertical (VER ANEXO 4). É evidente que a ideia de identidade de gênero é flagrantemente paradoxal aos direitos baseados no sexo, conquistas que são frutos de árduas lutas feministas, refletidas há décadas em leis, políticas públicas e convenções internacionais, como é o caso da própria CEDAW aqui mencionada. Portanto, os coletivos de mulheres, as mulheres individualmente e a população no geral estão agindo de acordo com a educação política que receberam graças às conquistas de direitos baseados no sexo e, simultaneamente, sendo punidos por não estarem de

acordo com uma teoria transplantada recentemente do debate estadunidense, sem qualquer debate público.

De fato, essa estratégia de incidência silenciosa da agenda de “gênero”, sem debate, foi recomendada explicitamente por grupos de lobby apoiados por fundações privadas e grandes escritórios de advocacia. Um exemplo é o documento *Only Adults? Good Practices In Legal Gender Recognition For Youth: A report on the current state of laws and NGO advocacy in eight countries in Europe, with a focus on rights of young people*¹⁴ (IGLYO et al., 2019), elaborado de forma voluntária e pro bono pela fundação corporativa Thomson Reuters Foundation; pelo escritório de advocacia Dentons autointitulado como “o maior escritório de advocacia do mundo em número de advogados”; e pela Organização Internacional de Estudantes e da Juventude Lésbica, Gay, Bissexual, Transgênero, Queer e Intersexo, IGLYO.

No referido documento, são listadas “boas práticas” destinadas a facilitar justamente a implementação e aprofundamento de políticas de identidade de gênero de maneira encoberta, sem exposição midiática, e passando pelas brechas de instituições e ritos democráticos formais, com protagonismo do lobby de instituições privadas e ONGs:

“5. Adiantar-se à agenda do governo e à história da mídia

Em muitas das campanhas de *advocacy* das ONGs que estudamos,

¹⁴ “Apenas Adultos? Boas Práticas no Reconhecimento Legal de Gênero Para Juventude - Um relatório sobre o estado atual das leis e atuação das ONGs em oito países da Europa, com foco nos direitos dos jovens”, em tradução livre)

houve benefícios claros quando **as ONGs conseguiram se antecipar ao governo e publicar uma proposta legislativa progressista antes de o governo ter tempo para desenvolver a sua própria.**

(IGLYO et al., 2019, p. 19 - grifo nosso).

“7. Associe a sua campanha a uma reforma mais popular

Na Irlanda, Dinamarca e Noruega, **as alterações à lei com relação ao reconhecimento legal do gênero foram passadas junto a outras reformas mais populares**, como a legislação sobre igualdade no casamento. **Este fato proporcionou um véu de proteção**, especialmente na Irlanda, onde a igualdade no casamento foi fortemente apoiada, mas a identidade de gênero continuou a ser uma questão mais difícil de conquistar o apoio do público.” (Ibid., p. 20 - grifo nosso).

“8) Evitar a cobertura e a exposição excessivas da imprensa

Uma outra técnica que tem sido utilizada com grande sucesso é a limitação da cobertura da imprensa e da exposição. Em certos países, como o Reino Unido, **a informação sobre as reformas do reconhecimento legal do gênero foi mal interpretada** nos principais meios de comunicação social, tendo surgido oposição em resultado disso... **Na Irlanda, os ativistas fizeram lobby diretamente com políticos e tentaram reduzir ao mínimo a cobertura da imprensa a fim de evitar esta questão.**” (op. cit. - grifo nosso).

Observa-se que existe uma premissa antidemocrática, de que a população não *entende* ou é *incapaz de interpretar corretamente* as políticas de identidade de gênero e que, portanto, deve ficar de fora desse debate, sendo inclusive

recomendado o cerceamento de notícias e a fabricação da ignorância acerca das legislações sendo implementadas e seus impactos. Nota-se, ainda, que o referido documento trata especificamente da extensão das políticas de gênero para crianças e adolescentes, um gravíssimo desdobramento, passível de inúmeras e profundas críticas.¹⁴

Assim, tendo em vista o exposto, denunciaremos o cerceamento deliberado da democracia no que concerne à implementação das políticas de identidade de gênero; as crescentes ameaças, intimidações e agressões físicas e verbais de caráter misógino contra as mulheres que defendem direitos baseados no sexo; a conivência de instituições públicas e do Estado brasileiro com tal situação; a imposição estatal da crença em uma teoria social ou convicção filosófica; a inobservância do Estado brasileiro em cumprir com a CEDAW e com a proteção mínima dos direitos de mulheres e meninas; a judicialização de um debate que deveria passar pelo âmbito legislativo, próprio à representação democrática; e a progressiva e indevida criminalização das posições críticas à teoria da identidade de gênero, como forma de impedir o debate público e reduzir o espaço de participação das mulheres nos rumos da sociedade.

¹⁴ Não está no escopo deste relatório trazer nossas críticas acerca da intromissão das políticas de gênero na infância e na juventude. Cabe porém ressaltar que esse é um dos aspectos mais graves da agenda das políticas de identidade de gênero, que na atualidade afeta não apenas mulheres, mas também, diretamente, as crianças. Críticas consolidadas e um acompanhamento perene desses impactos na infância podem ser encontradas no Canal No Corpo Certo (<https://nocorpocerto.com>) e no site do Movimento Infância Plena (<https://movinfanciaplena.wixsite.com/infancia-plena>), veículos brasileiros, feministas, destinados ao tema. Ainda, os próprios jovens vítimas da medicina transgenerista vêm se organizando e divulgando seus relatos e suas críticas, que podem ser conferidos em Genspect (<https://genspect.org>) e Transition Justice (<https://www.transitionjustice.org>).

Finalmente, solicitamos à Relatora Especial da ONU sobre Violência Contra a Mulher, Reem Alsalem, que:

- I. Na sua visita ao Brasil, realize agendas e espaços de escuta com mulheres e organizações feministas e críticas da identidade de gênero, para que possa verificar em primeira mão o estado da arte da violação de direitos de meninas e mulheres no país, reportada neste documento;
- II. Que tais agendas levem em consideração, para sua organização e divulgação, a segurança e a integridade física e psicológica das mulheres críticas da identidade de gênero e/ou todas que queiram participar, e medidas e garantias de não-retaliação;
- III. Que, em sua visita, seja dada especial atenção à preocupante escalada misógina e patriarcal dentro das universidades públicas brasileiras contra mulheres críticas da teoria da identidade de gênero;
- IV. A partir da apuração e da realização da visita ao Brasil, leve nossa denúncia ao conhecimento da comunidade internacional, onde puder fazê-lo, e demande do Estado brasileiro o cumprimento dos seus compromissos internacionais quanto aos direitos baseados em sexo, e de suas obrigações sob a CEDAW;

- V. Que sugira a implementação, por parte do Estado brasileiro, de espaços institucionais para o debate democrático sobre direitos baseados no sexo e sobre os conflitos com a teoria da identidade de gênero – no âmbito do Ministério das Mulheres, do Ministério da Cidadania e dos Direitos Humanos, das universidades públicas e nos demais órgãos estatais onde for necessário –; exigindo do Estado brasileiro a garantia da segurança desses espaços para mulheres críticas da teoria de identidade de gênero, incluindo medidas de não-retaliação;
- VI. E, por fim, que recomende ao Ministério das Mulheres do Governo Federal brasileiro a adoção de uma definição de “mulher” e de “discriminação contra a mulher” baseada no sexo e, portanto, condizente com a CEDAW e os parâmetros internacionais de direitos humanos.



Fui coagida durante a entrevista a responder “qual era a minha vertente do feminismo”. Essa pergunta, da maneira que foi feita, não tinha nenhuma relação com as minhas atribuições da vaga. Além disso, a pergunta foi feita de maneira violenta claramente para me constranger.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO MUNDIAL. **Women, Business and the Law**. Washington, 2023. <https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/b60c615b-09e7-46e4-84c1-bd5f4ab88903/content>. Último acesso em: 09/06/2023.

BELL, Diane & KLEIN, Renate (eds). **Radically Speaking: Feminism Reclaimed**. Melbourne: Spinifex Press, 1996.

BRASIL. DECRETO Nº 4.377, 13 de setembro de 2002.

Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, e revoga o Decreto no 89.460, de 20 de março de 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4377.htm. Último acesso em: 13/06/2023.

BRODRIBB, Somer. **Nothing Mat(t)ers: A Feminist Critique of Postmodernism**. Melbourne, Australia : Spinifex Press, 1992.

FERREIRA, Helder et al. **Elucidando a Prevalência de Estupro no Brasil a Partir de Diferentes Bases de Dados**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2023. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11814/1/Publicacao_preliminar_TD_Elucidando_a_prevalencia_de_estupro.pdf. Último acesso: 06/06/2023.

FÓRUM DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2023**. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica>. Último acesso em: 09/06/2023.

IGLYO; DENTONS; THOMSON REUTERS FOUNDATION. **Only Adults? Good Practices in Legal Gender Recognition for Youth: a report on the current state of laws and NGO advocacy in eight countries in Europe, with a focus on rights of young people**. Nextlaw Referral Network, 2019. Disponível em: <https://www.trust.org/publications/i/?id=8cf56139-c7bb-447c-babf-dd5ae56cd177>. Último acesso: 16/06/2023.

JEFFREYS, Sheila. **Unpacking Queer Politics**. Oxford: Blackwell, 2003.

MYIARES, Alicia. **Delirio y Misoginia Trans**: del sujeto transgénero al transhumanismo. Espanha: Los Libros de La Catarata, 2022.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Global Estimates of Modern Slavery: Forced Labour and Forced Marriage**, 2022. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---ipec/documents/publication/wcms_854733.pdf. Último acesso em: 09/06/2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Violence against women prevalence estimates**, 2018. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/WHO-SRH-21.6>. Último acesso em 09/06/2023.

RAYMOND, Janice. **The Transsexual Empire**. Estados Unidos: Beacon Press, 1979.

RODRÍGUEZ MAGDA, Rosa Maria. **Transmodernidad**. Barcelona: Anthropos Editorial, 2004.

SÁNCHEZ, Tasia A. *Las tres fases del borrado jurídico de las mujeres*. **Diálogo Filosófico**, número 113, maio-agosto de 2022, Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/361092083_Las_tres_fases_del_borrado_juridico_de_las_mujeres. Último acesso: 06/06/2023.

VALCÁRCEL, Amélia. **Ahora, Feminismo**: cuestiones candentes y frentes abiertos. Valência: Ediciones Cátedra, 2019.

VELÁZQUEZ-HERRERA, L. *Pistas para armar una parte del rompecabezas*. **La Crítica**, 2021. Disponível em: https://www.academia.edu/44981733/Pistas_para_armar_una_parte_del_rompecabezas.



Fui [...] hostilizada e desumanizada por muitos estudantes, que passaram também a colar adesivos derogatórios nas portas das salas em que eu ministrava disciplinas, fazer manifestos em frente aos prédios dos cursos e pichações nos arredores do campus e nos banheiros, algumas das quais apontavam feministas radicais (eu e as estudantes que me apoiaram abertamente) como “cadelas do fascismo”, “ratazanas”, “fascistas”, “nazistas” e “eugenistas”. As pichações e postagens em redes sociais também são profundamente desumanizadoras, misóginas e odiosas, incluindo ameaças indiretas de estupro e agressões físicas.

ANEXOS

ANEXO 1: Resposta do Ministério das Mulheres obtida via LAI

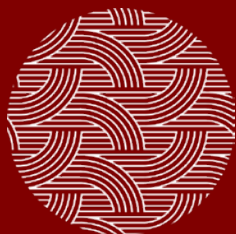
ANEXO 2: Formulário digital original

ANEXO 3: Exemplos de estratégia de difamação

ANEXO 4: Documentos institucionais

ANEXO 5: Relatos

@correnteafeminista



ANEXO 1

Resposta do Ministério das
Mulheres obtida via LAI



3426622

00105.000360/2023-38



Ministério das Mulheres
Gabinete do Ministério das Mulheres
Ouvidoria do Ministério das Mulheres

OFÍCIO Nº 81/2023/OUV.MULHERES/GAB.MULHERES/MMULHERES

Brasília, 02 de março de 2023.

Destino: Ao Serviço de Informação ao Cidadão

Assunto: Recurso em 1ª Instância – Pedido de acesso à informação.

1. Em atenção ao Ofício Nº 276/2023/SIC/GAB.SE/SE/MDHC (3414090), segue para manifestação do Recurso 1º Instância (3414085) por meio do qual o cidadão formula o requerimento que segue:
2. **O QUE É UMA MULHER?**
3. Segundo o Decreto nº 11.351/2023, são de competência do Ministério das Mulheres os seguintes assuntos, dentre outros: I - formulação, coordenação e execução de políticas e diretrizes de **garantia dos direitos das mulheres**; II - políticas **para as mulheres (grifo nosso)**.
4. Para cumprir as atribuições no tocante à garantia dos direitos das mulheres e das políticas a elas direcionadas, o Ministério tem como base os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres, construídos a partir das Conferências Municipais, Estaduais e Nacional de Políticas para as Mulheres, realizadas nos anos de 2004, 2007, 2011 e 2016.
5. Afora isso, também são diretrizes para a implementação das políticas públicas, cujo público-alvo são as mulheres, a legislação nacional, assim como, tratados e convenções internacionais, dentre as quais podem-se destacar:

- **Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Contra a Mulher - CEDAW, 1979**, Decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002, que conceitua discriminação como toda distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo.
- **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará, 1994)**, Decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002, que conceitua a violência contra as mulheres, reconhecendo-a como uma violação aos direitos humanos, e estabelece deveres aos Estados signatários, com o propósito de criar condições reais de rompimento com o ciclo de violência identificado contra mulheres em escala mundial.
- **Lei 11.340/2006** (conhecida como Lei Maria da Penha) 2006 (Lei Maria da Penha), que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.
- **Lei 13.104/2015** (Lei do Feminicídio), que prevê o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio e o inclui no rol dos crimes hediondos.

6. Embora todos esses documentos se refiram às mulheres e façam menção ao gênero como norteador das políticas para as mulheres (a exceção da Lei do Feminicídio), não há definição relativa aos conceitos “mulher/es” e “gênero”.

7. Dada a inexistência de definição dos termos, este Ministério baseia sua atuação nos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres, que embora não tragam uma definição precisa do termo mulher ou gênero (tal qual a legislação nacional e internacional), apontam princípios balizadores da formulação das políticas públicas.

8. Uma das diretrizes do Planos diz respeito ao princípio da diversidade assim descrito no I PNPM:

mulheres e homens são iguais em seus direitos e sobre este princípio se apoiam as políticas de Estado que se propõem a superar as desigualdades de gênero. A promoção da igualdade requer o respeito e atenção à diversidade cultural, étnica, racial, inserção social, de situação econômica e regional, assim como aos diferentes momentos da vida. Demanda o combate às desigualdades de toda sorte, por meio de políticas de ação afirmativa e consideração das experiências das mulheres na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas. (BRASIL, 2004, p. 31)

9. O princípio da diversidade, como orientador a implementação das políticas para as mulheres, é reforçado no IV PNPM, por meio de seus capítulos, que incluem os seguintes eixos: direito à terra com igualdade para as mulheres do campo e da floresta; enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia; igualdade para as mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência, dentre outros.

10. Assim, embora não haja definição dos termos “mulher” e “gênero” nos marcos normativos, este Ministério busca, em consonância com os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres, formular políticas públicas, que alcancem todas as mulheres, consideradas em sua pluralidade e diversidade (racial, étnica, de classe, de orientação sexual, de identidade de gênero, de deficiência, de situação econômica e regional, dentre outros marcadores sociais).

Atenciosamente,

Ana Teresa Iamarino
Chefe de Gabinete da Ministra das Mulheres



Documento assinado eletronicamente por **Ana Teresa Iamarino, Chefe de Gabinete**, em 03/03/2023, às 16:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no **§ 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020**.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **3426622** e o código CRC **3FFD9862**.

Referência: Caso responda este ofício, indicar expressamente o Processo nº 00105.000360/2023-38

SEI nº 3426622

Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 9º Andar - Zona Cívico-Administrativa CEP 70054-906 - Brasília/DF

Página GOV.BR: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/protocolo>

ANEXO 2

Formulário digital original

MAPEANDO A VIOLÊNCIA E INTIMIDAÇÃO CONTRA MULHERES DEFENSORAS DOS DIREITOS BASEADOS NO SEXO E/OU QUE NÃO SUBSCREVEM À TEORIA DA IDENTIDADE DE GÊNERO

Reem Alsalem, relatora especial da ONU sobre violência contra mulheres e meninas estará no Brasil entre os dias 31/07 a 10/08 de 2023. A relatora convidou atores da sociedade civil a fornecerem contribuições acerca das várias formas de violência contra mulheres e meninas acontecendo no país.

Em uma [declaração](#) de Alsalem enviada à ONU no dia 22 de maio de 2023, a relatora advertiu acerca da violência contra as mulheres e a intimidação contra as pessoas por expressarem pontos de vista divergentes acerca de sexo, gênero e identidade de gênero e afirmou que está vendo as liberdades de expressão e de organização de mulheres serem cerceadas, muitas vezes com apoio do poder público, nos países do Norte Global.

No entanto, essa não é uma realidade que atinge apenas os países do Norte. **Com o objetivo de fornecer à relatora dados sobre o contexto nacional bem como compartilhar experiências acerca desse cerceamento enfrentado por mulheres e meninas no Brasil**, incluindo, mas não se limitando à, coação, intimidação, violência verbal e física, perda de empregos, de renda, impossibilidade de prosseguir com pesquisas, perda de bolsas, processos legais, entre outros, **elaboramos a presente pesquisa**. Os resultados serão entregues a ela juntamente com outras informações pertinentes ao tema.

Buscamos fornecer uma visão preliminar acerca das diversas manifestações de ódio contra mulheres e meninas **que defendem direitos baseados no sexo e/ou questionam ou não subscrevem à Teoria da Identidade de Gênero** acontecendo em território nacional e sendo amplamente ignoradas pelo Estado, mídia e organizações do terceiro setor. Nesse sentido, mais pesquisas, levantamentos e processos de escuta precisam ser feitos por diversos atores da sociedade para conseguirmos entender essa nova forma de violência exponencial. Somente assim seremos capazes de proteger o direito de mulheres e meninas de se organizarem coletivamente, participarem ativamente da vida cívica e pública com segurança, bem como de expressarem suas preocupações e opiniões acerca de algo fundamental para o desenvolvimento da equidade de mulheres e meninas na sociedade como um todo.

Além da pesquisa quantitativa, **no final deste formulário mulheres podem contar seus relatos pessoais sobre sanções e perseguições sofridas**. Os relatos devem ser feitos **em português, inglês ou espanhol e devem ter no máximo 2.500 palavras**.

O QUE VOCÊS FARÃO COM AS MINHAS INFORMAÇÕES?:

Os dados serão analisados por nós para produção de um documento de sínteses e resultados gerais, que aponte para as ocorrências e o perfil das vítimas - por exemplo, percentuais ou números que indiquem principal Estado em que estão localizadas as respondentes, faixa etária etc. Esse dossiê será entregue à relatora da ONU Reem Alsalem, acompanhado da descrição dos fatos fornecida pelas respondentes (ou seja, os relatos sobre os casos de coação ou violência). Destacamos que somente a informação constante do campo "RELATO" será fornecida à relatora de forma integral. Isso significa que não serão repassadas as informações pessoais, como nome e cidade, de modo a permitir o anonimato para aquelas que não queiram ser identificadas de nenhuma forma. Não temos controle sobre os relatos enviados à relatora. Portanto não insira informações que considere sensíveis no texto, por exemplo, seu nome ou seu cargo atrelado ao nome de alguma empresa ou organização.

RECOMENDAÇÕES PARA ESCREVER O SEU RELATO:

NÃO ultrapasse as 2500 palavras; escreva em português, inglês ou espanhol; caso tenha mais de um acontecimento para relatar, escreva em ordem cronológica ou, ainda, escolha destacar e detalhar mais aquele que trouxe consequências diretas para sua vida, seu cotidiano e suas atividades exercidas. Seja clara, direta e sucinta. Sugerimos uma estrutura básica caso tenha dificuldade de organizar a escrita:

- i) faça uma breve apresentação sobre você e sobre seu contexto social, atuação profissional, etc;
- ii) diga onde e quando o fato ocorreu - cite nomes, caso haja, das instituições, empresas, escolas, grupos, etc.
- iii) forneça um breve contexto do acontecimento e como você foi ameaça/coagida/agredida.
- iv) detalhe as sanções e consequências que sofreu/está sofrendo.
- v) conte se você recorreu ou buscou justiça de alguma forma.
- vi) conte se você recebeu algum tipo de apoio, qual e de quem.

Os relatos serão lidos por nós com o objetivo de fazer análise de resultados e os textos dos relatos serão entregues na íntegra à relatora. Os relatos não serão públicos e apenas dados e informações gerais serão divulgados.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Se você tem alguma dúvida ou entende que pode colaborar com esse trabalho de pesquisa de alguma forma, envie um email para visitaalsalem@proton.me.

Você levará cerca de 7 minutos para responder a pesquisa. Pedimos que responda com total atenção.

O formulário será fechado em 08/06, às 23h59.

A pesquisa está sendo conduzida pelos coletivos feministas Correnteza Feminista e Coletiva SOMA.

[Sign in to Google](#) to save your progress. [Learn more](#)

Next

Page 1 of 4

Clear form

Never submit passwords through Google Forms.

This content is neither created nor endorsed by Google. [Report Abuse](#) - [Terms of Service](#) - [Privacy Policy](#)

Google Forms

MAPEANDO A VIOLÊNCIA E INTIMIDAÇÃO CONTRA MULHERES DEFENSORAS DOS DIREITOS BASEADOS NO SEXO E/OU QUE NÃO SUBSCREVEM À TEORIA DA IDENTIDADE DE GÊNERO

[Sign in to Google](#) to save your progress. [Learn more](#)

* Indicates required question

INFORMAÇÕES PESSOAIS

O questionário pede informações pessoais (incluindo nome e endereço de e-mail) para dar credibilidade à pesquisa e caso precisemos entrar em contato com as respondentes, para confirmar ou obter mais informações sobre sua experiência. Tais informações pessoais serão descartadas ao término do trabalho de pesquisa e finalização do dossiê. Informações pessoais também nos ajudam a excluir possíveis respostas falsas.

Primeiro Nome *

Your answer

Último Nome *

Your answer

Email *

Your answer

[Back](#)

[Next](#)

Page 2 of 4

[Clear form](#)

Never submit passwords through Google Forms.

This content is neither created nor endorsed by Google. [Report Abuse](#) - [Terms of Service](#) - [Privacy Policy](#)

MAPEANDO A VIOLÊNCIA E INTIMIDAÇÃO CONTRA MULHERES DEFENSORAS DOS DIREITOS BASEADOS NO SEXO E/OU QUE NÃO SUBSCREVEM À TEORIA DA IDENTIDADE DE GÊNERO

Sign in to Google to save your progress. [Learn more](#)

* Indicates required question

PARTE I - PERFIL DEMOGRÁFICO

Nessa parte da pesquisa, buscamos entender dados gerais acerca de idade, renda, escolaridade e outras informações gerais.

IDADE: *

SEXO *

**** O formulário é exclusivo para pessoas do sexo feminino ****

FEMININO

VOCÊ SUBSCREVE À ALGUMA IDENTIDADE DE GÊNERO *

Ou seja, você considera que tem um gênero desassociado do seu corpo?

Sim

Não

SE SIM, QUAL:

Homem

Não Binária

Sou Destransicionada

Other: _____

ORIENTAÇÃO SEXUAL *

Heterossexual

Bissexual

Lésbica

Other: _____

ORIENTAÇÃO POLÍTICA *

Sou politicamente orientada à esquerda (por ex, afiliada ou apoiadora de partidos e políticas de partidos como PSOL, PCdoB, PCB, Up etc., se considera anarquista, comunista, maoista, entre outras expressões políticas no campo progressista ou radical)

Politicamente orientada à direita (por ex, afiliada ou apoiadora de partidos e políticas de partidos como PL, União Brasil, etc.)

Sou politicamente orientada ao centro (por ex, afiliada ou apoiadora de partidos e políticas de partidos como PP, Republicanos, Solidariedade e PTB, entre outros)

Sou de centro-direita (por ex, afiliada ou apoiadora de partidos e políticas de partidos como PSDB, Novo, Cidadania, etc)

Sou de centro-esquerda (por ex, afiliada ou apoiadora de partidos e políticas de partidos como PT, PDT, etc)

Não tenho orientação política

ESTADO ONDE RESIDE *

CIDADE ONDE RESIDE *

Your answer _____

COR/RAÇA/ETNIA *

Segundo os critérios do censo de 2010, selecione sua declaração.

Branca

Preta

Amarela

Parda

Indígena

Sem Declaração

DOMICÍLIO *

Segundo os critérios do censo de 2010, seu domicílio é localizado em meio:

Urbano

Rural

RENDA DOMICILIAR *

Segundo os critérios do censo de 2010, o rendimento nominal mensal domiciliar é a soma dos rendimentos mensais dos moradores do domicílio particular. Selecione a faixa de rendimento, com base no salário mínimo, que mais representa sua renda domiciliar total.

SALÁRIO MÍNIMO BASE: R\$ 1.320

ESCOLARIDADE *

Segundo os critérios do censo de 2010, selecione a melhor opção que define sua formação acadêmica.

OCUPAÇÃO *

Segundo os critérios do censo de 2010, você é:

SELECIONE SUA ÁREA DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL *

Caso não encontre a sua área de atuação acima, descreva-a aqui.

Your answer _____

É MÃE? *

Sim

Não

[Back](#)

[Next](#)

Page 3 of 4

[Clear form](#)

Never submit passwords through Google Forms.

This content is neither created nor endorsed by Google. [Report Abuse](#) - [Terms of Service](#) - [Privacy Policy](#)

MAPEANDO A VIOLÊNCIA E INTIMIDAÇÃO CONTRA MULHERES DEFENSORAS DOS DIREITOS BASEADOS NO SEXO E/OU QUE NÃO SUBSCRIVEM À TEORIA DA IDENTIDADE DE GÊNERO

[Sign in to Google](#) to save your progress. [Learn more](#)

* Indicates required question

PARTE II - PERGUNTAS ESPECÍFICAS

Nessa parte do formulário, buscamos levantar informações quantitativas e qualitativas das violências e coerções sofridas por mulheres e meninas. Se atente às questões e às descrições e selecione as repostas que melhor contemplem a sua experiência.

Acerca dos direitos baseados no sexo

Nessa parte da pesquisa, queremos saber acerca das suas experiências defendendo os direitos baseados no sexo. Por exemplo, presídios e esportes exclusivamente de mulheres.

Você já deixou de expressar a sua opinião acerca das necessidades dos direitos das mulheres baseados no sexo por medo de sofrer retaliações?

- Sim, já deixei de me expressar uma vez.
- Sim, já deixei de me expressar mais de uma vez
- Não, nunca deixei de me expressar.

Caso tenha selecionado sim na opção anterior, selecione o(s) local(is) que mais condiz(em) com o local onde o(s) fato(s) aconteceuu(ram).

- Trabalho
- Escola Pública
- Escola Particular
- Universidade Pública
- Universidade Particular
- Aparatos Estatais como: Ministérios, conselhos, etc.
- Espaços públicos (shoppings, restaurantes, eventos, comércio no geral)
- Redes Sociais
- Associações setoriais como sindicatos, associações profissionais, entre outros.
- Em grupo de amigos
- Partidos Políticos e/ou Coletivos Autônomos
- Grupos de Trabalho Intersetoriais
- Núcleo ou grupo de pesquisa
- Other: _____

Você já foi ameaçada pessoalmente por expressar sua opinião acerca das necessidades dos direitos das mulheres baseados no sexo?

Por exemplo, te ameaçaram verbal ou fisicamente ou de processo legal por dizer que presídios e banheiros devem ser separados por sexo, bem como competições esportivas. Outros exemplos podem ser relativos às cotas sociais dedicadas às mulheres em partidos políticos, concessão de lotas, premiações, legados, etc.

- Uma vez
- Duas vezes
- Três ou mais vezes
- Nunca fui ameaçada pessoalmente

Caso tenha selecionado sim na opção anterior, selecione o(s) local(is) que mais condiz(em) com o local onde o(s) fato(s) aconteceuu(ram).

- Trabalho
- Escola Pública
- Escola Particular
- Universidade Pública
- Universidade Particular
- Redes Sociais
- Aparatos Estatais como: Ministérios, conselhos, etc.
- Associações setoriais como sindicatos, associações profissionais, entre outros.
- Espaços públicos (shoppings, restaurantes, eventos, comércio no geral)
- Partidos Políticos e/ou Coletivos Autônomos
- Grupos de Trabalho Intersetoriais
- Núcleo ou grupo de pesquisa
- Em grupo de amigos
- Other: _____

Você já sofreu algum tipo de consequência ou sanção material, social ou legal por expressar sua opinião acerca das necessidades dos direitos das mulheres baseados no sexo?

Por exemplo, recebeu uma advertência verbal, perdeu o emprego e/ou condições de se sustentar financeiramente, etc.

- Uma vez
- Duas vezes
- Três ou mais vezes
- Nunca sofreu nenhuma consequência ou sanção.

Caso tenha selecionado sim na opção anterior, selecione a(s) consequência(s) que mais condiz(em) com os fatos.

- Foi advertida no trabalho
- Foi despedida do trabalho
- Tive minha garantia de renda prejudicada diretamente pelo acontecimento
- Mudei de domicílio por ameaças de violência física, morte e estupro
- Tive minha pesquisa acadêmica suspensa
- Foi coagida a dar explicação formal à reitores e coordenadores universitários
- Tive minhas redes sociais suspensas
- Enfrentei/estou enfrentando processo legal por transfobia
- Foi expulsa do grupo, partido ou coletivo
- Preferi me retirar do grupo, partido ou coletivo
- Sofri violência física e/ou sexual
- Other: _____

Nesse caso, você procurou recorrer à decisão tomada de alguma forma?

- Sim, recorri a instâncias e cargos superiores e tive a decisão revertida
- Sim, recorri a instâncias e cargos superiores, mas não tive a decisão revertida
- Não sabia ou não tinha a quem recorrer
- Não, fiquei com medo de receber mais sanções caso recorresse
- Não, não tinha dinheiro para conseguir recorrer
- Other: _____

Você já teve algum evento ou presença em evento cancelada por defender direitos das mulheres baseado no sexo?

Por exemplo, disseram que por você defender direitos das mulheres baseados no sexo você não poderia prosseguir com a sua fala, seminário, palestra ou participação em algum evento, independente do tema.

- Uma vez
- Duas vezes
- Três ou mais vezes
- Nunca aconteceu

Caso tenha selecionado sim na opção anterior, nesse caso, selecione o(s) perfil(s) que mais condiz(em) com o evento:

- Palestra, seminário ou mesa em universidades
- Palestra, seminário ou mesa em escolas
- Apresentação e/ou exposição artística
- Palestra, seminário ou eventos do terceiro setor
- Other: _____

Nesse caso, você procurou recorrer à decisão tomada de alguma forma?

- Sim, recorri a instâncias e cargos superiores e tive a decisão revertida
- Sim, recorri a instâncias e cargos superiores, mas não tive a decisão revertida
- Não sabia ou não tinha a quem recorrer
- Não, fiquei com medo de receber mais sanções caso recorresse
- Não, não tinha dinheiro para conseguir recorrer
- Other: _____

Acerca da subscrição à Teoria da Identidade de Gênero

Nessa parte da pesquisa, queremos saber acerca das suas experiências por não subscrever à Teoria da Identidade de Gênero. Subscrever à Teoria da Identidade de Gênero significa aceitar, aprovar, estar ou pôr-se de acordo à ela. A Teoria da Identidade de Gênero diz que o gênero é uma construção social desentrelada do corpo físico e normalmente é representado por meio de estereótipos. Por exemplo, uma pessoa do sexo masculino pode usar salta, bostom e cabelo comprido e afirmar uma identidade de gênero feminina. Isso, por sua vez, lhe concede o direito de acessar espaços femininos (banheiros, presídios, esportes, cotas sociais, premiações, entre outros). Sabemos que há pessoas que subscrevem à TIQ embora defendam os direitos baseados no sexo, por isso separamos as questões.

Você já se sentiu coagida a proferir a crença na Teoria da Identidade de Gênero por medo de sofrer retaliações?

- Sim, já me senti coagida uma vez
- Sim, já me senti coagida mais de uma vez
- Não, nunca me senti coagida

Caso tenha selecionado sim na opção anterior, selecione o local(is) que mais condiz(em) com o local onde isso aconteceu.

- Trabalho
- Escola Pública
- Escola Particular
- Universidade Pública
- Universidade Particular
- Aparatos Estatais como: Ministérios, conselhos, etc.
- Aparatos públicos (shoppings, restaurantes, eventos, comércio no geral)
- Redes Sociais
- Partidos Políticos e/ou Coletivos Autônomos
- Grupos de Trabalho Intersetoriais
- Núcleo ou grupo de pesquisa
- Em grupo de amigos
- Associações setoriais como sindicatos, associações profissionais, entre outros.
- Other: _____

Você já foi ameaçada pessoalmente por expressar descrença ou críticas na Teoria da Identidade de Gênero?

Por exemplo, te acusaram de crime ou discursos de ódio por dizer que não corrobora com as concepções da teoria e não acredita que tal crença deva guiar políticas públicas, fizeram ameaças a te expor publicamente ou de prejudicar seus rendimentos, procuraram seus superiores, etc.

- Uma vez
- Duas vezes
- Três ou mais vezes
- Nunca fui ameaçada pessoalmente

Caso tenha selecionado sim na opção anterior, nesse caso, selecione o local(is) que mais condiz(em) com o local onde isso aconteceu.

- Trabalho
- Escola Pública
- Escola Particular
- Universidade Pública
- Universidade Particular
- Aparatos Estatais como: Ministérios, conselhos, etc.
- Associações setoriais como sindicatos, associações profissionais, entre outros.
- Espaços públicos (shoppings, restaurantes, eventos, comércio no geral)
- Redes Sociais
- Partidos Políticos e/ou Coletivos Autônomos
- Grupos de Trabalho Intersetoriais
- Núcleo ou grupo de pesquisa
- Em grupos de amigos
- Other: _____

Você já sofreu algum tipo de sanção verbal, material ou legal por expressar sua opinião acerca da Teoria da Identidade de Gênero?

Por exemplo, recebeu uma advertência verbal, perdeu o emprego e/ou condições de se sustentar financeiramente, teve suas redes sociais suspensas, enfrento processo legal, etc.

- Uma vez
- Duas vezes
- Três ou mais vezes
- Nunca sofreu nenhuma sanção verbal, material ou legal.

Caso tenha selecionado sim na opção anterior, nesse caso, selecione o(s) acontecimento(s) que mais condiz(em) com o ocorrido:

- Foi advertida no trabalho
- Foi despedida do trabalho
- Tive minha renda diretamente afetada pelo acontecido
- Sofri perda de renda como consequência direta do acontecido
- Mudei de domicílio por ameaças de violência física, morte e estupro
- Tive minha pesquisa acadêmica suspensa
- Foi coagida a dar explicação formal à reitores e coordenadores universitários
- Tive minhas redes sociais suspensas
- Enfrentei/estou enfrentando processo legal por transfobia
- Foi expulsa do grupo, partido ou coletivo
- Preferi me retirar do grupo, partido ou coletivo
- Sofri violência física e/ou sexual
- Other: _____

Nesse caso, você procurou recorrer à decisão tomada de alguma forma?

- Sim, recorri a instâncias e cargos superiores e tive a decisão revertida
- Sim, recorri a instâncias e cargos superiores, mas não tive a decisão revertida
- Não sabia ou não tinha a quem recorrer
- Não, fiquei com medo de receber mais sanções caso recorresse
- Não, não tinha dinheiro para conseguir recorrer
- Other: _____

Você já teve algum evento ou presença em evento cancelada por não subscrever, acreditar ou ser crítica à Teoria da Identidade de Gênero?

Por exemplo, disseram que por você ser abertamente crítica à Teoria e não subscrever à crença você não poderia prosseguir com a sua fala, seminário, palestra ou participação em algum evento, independente do tema.

- Uma vez
- Duas vezes
- Três ou mais vezes
- Nunca aconteceu

Se sim, nesse caso, selecione o(s) perfil(s) que mais condiz(em) com o evento:

- Palestra, seminário ou mesa em universidades
- Palestra, seminário ou mesa em escolas
- Apresentação e/ou exposição artística
- Palestra, seminário ou eventos do terceiro setor
- Other: _____

Nesse caso, você procurou recorrer à decisão tomada de alguma forma?

- Sim, recorri a instâncias e cargos superiores e tive a decisão revertida
- Sim, recorri a instâncias e cargos superiores, mas não tive a decisão revertida
- Não, não tinha a quem recorrer
- Não, fiquei com medo de receber mais sanções caso recorresse
- Não, não tinha dinheiro para conseguir recorrer
- Other: _____

Perguntas gerais acerca do perfil do discurso de ódio e violência verbal e de quem os profere

As suas experiências prévias com sanções e violências te informam que a maior parte da coação e intimidação às mulheres que defendem direitos baseados no sexo e/ou não preferem a crença da Teoria da Identidade de Gênero são:

- Pessoas do sexo feminino
- Pessoas do sexo masculino
- Pessoas do sexo feminino transidentificadas como homem
- Pessoas do sexo masculino transidentificadas como mulher
- Travestis
- Pessoas transexionadas

As suas experiências prévias com sanções e violências te informam que o discurso de ódio contém sobretudo:

- Ameaça de violência sexual, como estupro
- Ameaça de processo legal por crime de transfobia
- Ameaça de violência física
- Ameaça de exposição pública
- Comparações com nazistas, fascistas e genocidas
- Ataque às suas características físicas
- Ataque à sua inteligência e intelecto
- Other: _____

Perguntas específicas para profissionais da saúde, jornalistas e pesquisadoras.

Você exerce alguma das profissões abaixo?

- Sou pediatra
- Sou médica
- Sou psicóloga, psicoterapeuta, psiquiatra ou psicanalista
- Sou jornalista
- Sou pesquisadora na área da medicina
- Sou pesquisadora acadêmica
- Não exercço nenhuma das opções acima

Se você é pesquisadora ou jornalista, você já teve artigos, reportagens e/ou pesquisas impedidas de serem publicadas porque estas mostravam uma conclusão que não corrobora/apoia a Teoria da Identidade de Gênero e/ou o fim dos direitos baseados?

- Sim
- Não

Se você é pediatra, médica ou terapeuta, você já foi impedida de exercer a prática clínica que acredita ser o correto por medo de sofrer sanções materiais, sociais e legais?

Por exemplo, saber que o melhor tratamento para algum paciente que apresente relatos de disforia de gênero não é o que seu conselho profissional tem como padrão.

- Sim
- Não

ENVIE RELATO - Nesse espaço, você pode deixar seu relato com as experiências vividas acerca de coação, perseguição, intimidação, ameaças ou violência verbal e física sofrido, bem como as consequências materiais, sociais, psicológicas e/ou legais sofridas. Você tem 2500 palavras para fazerlo. Recomendamos que escreva o texto em outro lugar, confine a quantidade de palavras, copie e cole aqui. Por favor, utilize esse espaço APENAS caso queira contar um RELATO.

Your answer

Podemos publicar seu relato no site da Correnteza Feminista?

- SIM
- NÃO
- SIM, MANTENDO O ANÔNIMATO

[Back](#)

Page 4 of 4

[Clear form](#)

Never submit passwords through Google Forms.

This content is neither created nor endorsed by Google. [Report Abuse](#) [Terms of Service](#) [Privacy Policy](#)

Google Forms

ANEXO 3

Exemplos de estratégia de difamação

ALGUNS EXEMPLOS DE MULHERES CISGÊNERAS QUE TEM CONTRIBUÍDO PARA TORNAR A VIDA DE PESSOAS TRANS CADA VEZ PIOR

Note as semelhanças e aproximações dos discursos vindo de mulheres cisgêneras que se uniram contra os direitos trans, embora aparentemente estejam em campos distintos - algumas na extrema-direita, fundamentalistas religiosas, feministas de esquerda e TERF/RADFEM que divergem sobre pautas como o aborto e direitos sexuais e reprodutivos, estão de mãos dadas na luta contra as exustências e os direitos trans.



Sheila Jeffreys, lésbica, já nos anos 80 tentou institucionalizar a Proibição da Assistência Médica Trans como uma “Violação de Direitos Humanos” (Ela queria acabar com o acesso à Transição Médica de Pessoas Trans). Foi uma das mais transfóbicas disseminadoras de ideias antitrans que são usados pelas narrativas nefastas de feministas transfóbicas na rede social, chans e perfis antitrans.

Janice Raymond, autora do livro "O Império transexual", que disseminou diversas fakenews e terraplanismo em torno da transgeneridade. Uma das mais violentas obras que opera para deslegitimar, patologizar e criminalizar as identidades trans. Aliou-se à Igreja Católica na Década de 1980 para tentar persuadir o Congresso dos Estados Unidos a retirar fundos Federais dos Cuidados de Saúde Trans.





Akemi Shiba, médica psiquiatra, disseminadora do espantinho "Epidemia Trans". Tentou organizar um seminário na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul sobre o tema, aliada com deputados da extrema direita. A intenção é proibir o acesso aos cuidados em saúde e para uma transição social segura e acessível a jovens trans e crianças que não atendem as expectativas de gênero.

Eugênia Rodrigues, página "no corpo certo" (site com o mesmo tema), utiliza as redes sociais para tentar incentivar a proibição de cuidados em saúde para jovens trans e dissemina diversas narrativas e pesquisas duvidosas para gerar pânico em torno de cirurgias, acesso a bloqueio da puberdade e qualquer tipo de aceitação a crianças trans. Afirma constantemente que "crianças trans não existem" e que "são vítimas de abuso dos pais", e que apoiar a transição seria uma espécie de "violência contra a criança". Em 2018 foi desconvidada de um seminário na UFF por suas falácias.





Tatiana Dorneles, Produtora da República, autora de livro onde defende que mulheres trans oferecem riscos as mulheres cis no sistema prisional, obra que sugere que todas fossem estupradoras em potencial. E fala isso abertamente no livro ao afirmar - sem qualquer base científica - que o comportamento e violência das mulheres trans se assemelha ao dos homens cis.

Djamila Ribeiro, filósofa, saiu em defesa de argumentos disseminados por feministas transfóbicas ao afirmar que o uso da linguagem inclusiva, mais especificamente o uso de "pessoas que menstruam", promoveria algum tipo de apagamento das mulheres. E mesmo após ter sido apontada a contradição de seus argumentos, se manteve reticente em refletir sobre o tema. Discurso que legitima espaço para o surgimento de uma série de violências simbólicas contra pessoas trans nas redes sociais e fornece bases de narrativas antitrans para grupos de direita e feministas radicais.





Janaína Paschoal, professora e ex-deputada estadual da direita, encampou campanha contra o acesso a jovens e crianças trans aos cuidados em saúde e para uma transição social segura com acompanhamento de especialistas. Propôs a proibição do acesso a esses cuidados em projeto de Lei na ALESP.

Patrícia Lélis, jornalista, financiada pela extrema-direita americana e filiada ao PT, passou a assumir-se publicamente como feminista radical a partir de 2020. Período em que inicia uma intensa campanha antitrans, com a disseminação de pânico e fakenews. Constantemente ataca e persegue mulheres trans e travestis nas redes sociais, assim como tenta enfraquecer ou deslegitimar a atuação de instituições trans.





Chimamanda Ngozi, filósofa, Sugeriu que mulheres trans não seriam "mulheres de verdade" e "devido a privilégios masculinos as mulheres trans não deveriam ser tratadas como as demais mulheres - que não tiveram esse mesmo privilégio e que não devemos misturar as experiências de mulheres nascidas fêmeas(SIC)", como se todas tivessem uma história única. Cobrada sobre a transfobia, disse que não iria se retratar e mantinha sua posição. Além de ter se tornado ícone rad, apoiou a JKRolling em sua obra transfóbica.

Damares Alves, ex-Ministra dos direitos humanos, senadora da república pela extrema-direita bolsonarista. Promoveu desinvestimento em políticas de gênero, extinguiu comitês de gênero do ministério, implementou a "ideologia de gênero" dentro da estrutura do estado e no disque 100 como algo a ser enfrentado, disse que "menino veste azul e menina veste rosa" em um nítido ataque as pessoas trans, afirmou que projetos sobre empregabilidade trans na sua pasta seriam realizados por serem uma obrigação, no entanto não há notícias sobre esses projetos.





Carmen Alves, membro da WDI Brasil, página que conta com uma campanha permanente que pretende biologizar as políticas de proteção às mulheres cisgêneras e promove diversas campanhas antitrans nas redes sociais. A WDI Brasil foi a PGR contra os direitos trans no sistema prisional, defendem a segregação de espaços públicos baseados no genital e a proibição de pessoas trans nos esportes. Afirma que visibilidade trans é uma mentira, já atacou parlamentares trans e segue toda a cartilha radfem.

Veronica Moraes, ex-candidata a vereadora pelo PDT, é uma recorrente disseminadora de narrativas antitrans que facilmente é encontrada comentando em posts sobre direitos trans. Publica textos com ataques diretos a mulheres trans, e constantemente publica textos no medium contra direitos trans nos esportes, sobre uso do banheiro, pessoas trans no sistema prisional e toda a mesma construção falaciosa vinda do Radfem e de políticos conservadores antitrans.





Isabella Cepa, usa seu perfil nas redes sociais para disseminar narrativas contra direitos trans. Foi denunciada pelo Ministério Público por transfobia ao atacar a então Vereadora Erika Hilton, onde na denúncia o Ministério público afirma que "a publicação em canal de comunicação induz outros grupos sociais a terem por legítimo a discriminação, reforçando o estigma social, tendo-se por aceitável a inferiorização e adoção de comportamentos de rejeição e hostilidade a um grupo vulnerável", afirma o promotor do caso.

Raquel Marques, bissexual, ex-codeputada da bancada ativista do PSOL, fez um post considerado transfóbico no dia da visibilidade trans de 2020, em que tentou antagonizar a luta em defesa das crianças e a luta das pessoas LGBTQIA+, mais especificamente insinuando que pessoas trans teriam mais atenção que a proteção dos direitos das crianças. Ela foi expulsa da mandata e acolhida pelo radfem. Desde então tem alavancado a luta antitrans no país.





Natacha Orestes, feminista lésbica, é uma recorrente disseminadora de narrativas antitrans e facilmente é encontrada comentando contrariamente em diversos posts sobre direitos trans. Embora não tenha muitos seguidores faz parte do grupos de páginas transfóbicas no instagram.

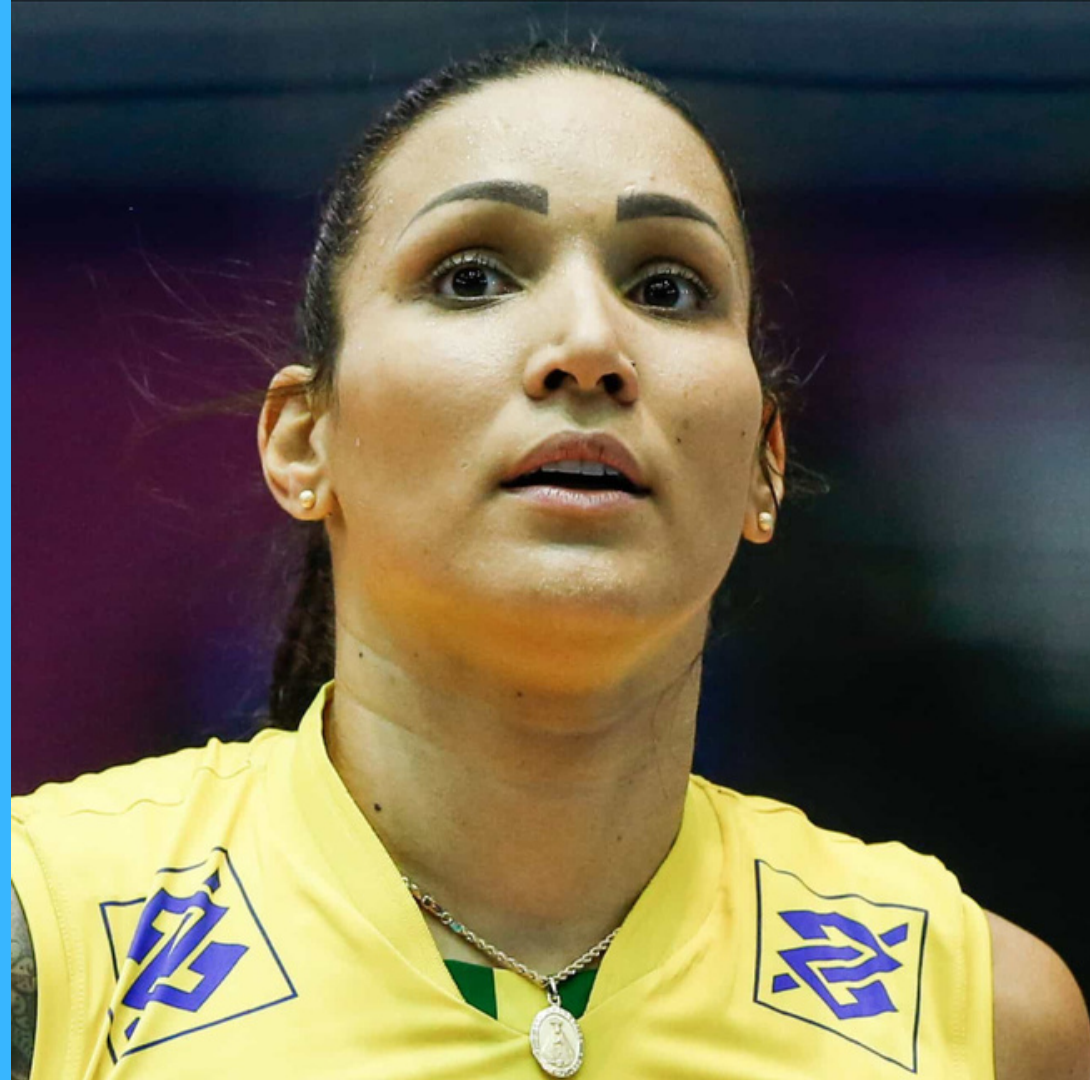
JK Rolling, após alinhamento com grupos antitrans assumiu o TERFismo e passou a financiar campanhas contra os direitos trans no Reino Unido e ao redor do mundo. Usa as redes sociais para buscar apoio a membros da extrema-direita, grupos antitrans, políticos e figuras públicas abertamente homo-trans-fóbicas e tem apoio da LGB Alliance, uma rede de pessoas que se mobilizam contra os direitos trans e que tentou ter um braço no Brasil, mas que não teve apoio suficiente.





Ana Paula Henckel, advogada, bolsonarista, trumpista, trabalhou na Jovem Pan. Defende a exclusão de pessoas trans do esporte. Tem vários posts considerados racistas, é crítica ao movimento Black Lives Matter e associou pessoas negras a criminalidade nas suas redes sociais. Foi denunciada por homofobia por um internauta e disseminou fakenews sobre vacinas para a covid.

Tandara Caixeta, Bolsonarista, tem encampado campanhas contra pessoas trans no esporte. Dissemina narrativas sem qualquer embasamento ou relevância científica em que tenta afirmar que mulheres trans supostamente teriam qualquer vantagem sobre mulheres cis. Mas foi ela a condenada a quatro anos de suspensão por doping - quando tentava obter vantagem ilícitamente com o uso de drogas que melhoram o rendimento. Auditores do Tribunal de Justiça Desportiva Antidopagem deram a pena máxima à jogadora por unanimidade.





Eloisa Sammy lésbica, advogada, filiada ao PT, tem sido uma das pessoas que dissemina ataques as pessoas trans nas redes sociais. Já zombou da estimativa de vida de pessoas trans e vive perseguindo perfis de mulheres trans e travestis. É conhecida há anos como uma das principais articuladoras do feminismo radical no Brasil.

Anne Rammi, Mamatraca, ex-co-deputada pela bancada ativista do PSOL, feminista, diz defender as crianças, mas apenas se forem cisgêneras. Comumente é vista comentando ódio transfóbico em posts na rede social e vive disseminando narrativas violentas contra pessoas trans.



**E SABE O QUE TODAS
ELAS TEM EM COMUM?**

A TRANSFOBIA!

**NA HORA DE ODIAR PESSOAS TRANS,
A CISGENERIDADE DÁ AS MÃOS A
DIREITA E NÃO MEDEM ESFORÇOS
PARA TENTAR TORNAR O DIA DAS
PESSOAS TRANS CADA VEZ PIOR.**

ANEXO 4

Documentos institucionais



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 348, DE 13 DE OUTUBRO DE 2020.

Estabelece diretrizes e procedimentos a serem observados pelo Poder Judiciário, no âmbito criminal, com relação ao tratamento da população lésbica, gay, bissexual, transexual, travesti ou intersexo que seja custodiada, acusada, ré, condenada, privada de liberdade, em cumprimento de alternativas penais ou monitorada eletronicamente

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1988 estabelece como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil a construção de uma sociedade livre, justa e solidária e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, I e IV);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1988 assegura, em seu art.5º, que ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante (inciso III), que não haverá penas cruéis (inciso XLVII, “e”), que a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo da pessoa apenada (inciso XLVIII), devendo-se garantir o respeito à sua integridade física e moral (inciso XLIX);

CONSIDERANDO os princípios de direitos humanos consagrados em documentos e tratados internacionais, em especial a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (1966), o Pacto





Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), o Protocolo de São Salvador (1988), a Declaração da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata (Durban, 2001), as Regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras – “Regras de Bangkok” –, as Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento dos Reclusos – “Regras de Nelson Mandela” –, as Regras Mínimas Padrão das Nações Unidas para a Elaboração de Medidas Não Privativas de Liberdade - “Regras de Tóquio”;

CONSIDERANDO os Princípios de Yogyakarta sobre a Aplicação da Legislação Internacional de Direitos Humanos em relação à Orientação Sexual e Identidade de Gênero (Yogyakarta, 2006), cujo Postulado 8 propõe a implementação de programas de conscientização para atores do sistema de justiça sobre os padrões internacionais de direitos humanos e princípios de igualdade e não discriminação, inclusive em relação à orientação sexual e identidade de gênero, e cujo Postulado 9 reconhece que toda pessoa privada da liberdade deve ser tratada com humanidade, respeito e reconhecimento à orientação sexual e identidade de gênero autodeterminadas, bem como indicando obrigações aos estados no que tange ao combate à discriminação, à garantia do direito à saúde, ao direito de participação em decisões relacionadas ao local de detenção adequado à sua orientação sexual e identidade de gênero, à proteção contra violência ou abuso por causa de sua orientação sexual, identidade ou expressão de gênero, assegurando tanto quanto seja razoavelmente praticável que essas medidas de proteção não impliquem maior restrição a seus direitos do que aquelas que já atingem a população prisional em geral, à garantia de visitas conjugais e de monitoramento independente das instalações de detenção pelo Estado e organizações não governamentais;

CONSIDERANDO a decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), que na Opinião Consultiva OC-24/7, de 24 de novembro de 2017, solicitada pela República de Costa Rica, expressamente asseverou que a orientação





Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

sexual, a identidade de gênero e a expressão de gênero são categorias protegidas pelo artigo 1.1 da Convenção Americana de Direitos Humanos estando portanto vedada qualquer norma, ato ou prática discriminatória baseada na orientação sexual ou na identidade de gênero das pessoas (item 68) e que, ainda, a Corte Interamericana asseverou que dentre os fatores que definem a identidade sexual e de gênero de uma pessoa se apresenta como prioridade o fator subjetivo sobre seus caracteres físicos ou morfológicos (fator objetivo);

CONSIDERANDO a Resolução da Corte Interamericana de Direitos Humanos, de 28 de novembro de 2018, em suas Medidas Provisórias decretadas no caso do Complexo Penitenciário do Curado, que ordenou ao Estado brasileiro que adote, em caráter de urgência, as medidas necessárias para garantir a efetiva proteção das pessoas LGBTI privadas de liberdade;

CONSIDERANDO o glossário adotado pelas Nações Unidas no movimento Livres e Iguais, que indica os termos referentes à população LGBTI e conceitos de orientação sexual e identidade de gênero;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 7.210/1984 - Lei de Execução Penal, em especial o dever de respeito à integridade física e moral das pessoas condenadas e presas provisórias (art. 40) e os direitos da pessoa presa (art.41);

CONSIDERANDO a publicação do Decreto nº 8.727/2016, da Presidência da República, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

CONSIDERANDO a Resolução Conjunta nº 1/2014, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD/LGBT) e do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP/MJ), que estabelece parâmetros para o





Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

acolhimento de pessoas LGBT em privação de liberdade no Brasil, publicada em 17 de abril de 2014;

CONSIDERANDO a Nota Técnica nº 9/2020/DIAMGE/CGCAP/DIRPP/DEPEN/MJ, que trata dos procedimentos quanto à custódia de pessoas LGBTI no sistema prisional brasileiro, atendendo aos regramentos internacionais e nacionais;

CONSIDERANDO os parâmetros nacionais da Política Nacional de Saúde Integral de LGBT, instituída pelo Ministério da Saúde por meio da Portaria nº 2.836/2011, e da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), instituída pela Portaria Interministerial nº 1/2014;

CONSIDERANDO o relatório “LGBT nas prisões do Brasil: Diagnóstico dos procedimentos institucionais e experiências de encarceramento”, publicado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, em 2020;

CONSIDERANDO a decisão proferida na ADI nº 4275, em que o Supremo Tribunal Federal reconheceu a transgêneros a possibilidade de alteração de registro civil sem mudança de sexo, e a decisão proferida no RE nº 670.422;

CONSIDERANDO a decisão proferida pela 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal no *Habeas Corpus* nº 143.641/SP;

CONSIDERANDO que cabe ao Conselho Nacional de Justiça a fiscalização e a normatização do Poder Judiciário e dos atos praticados por seus órgãos (art. 103-B, §4º, I, II e III, da CF);

CONSIDERANDO a Resolução CNJ nº 270/2018, que dispõe sobre o uso do nome social pelas pessoas trans, travestis e transexuais usuárias dos serviços





Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

judiciários, membros, servidores, estagiários e trabalhadores terceirizados dos tribunais brasileiros;

CONSIDERANDO a Resolução CNJ nº 306/2019, que estabelece diretrizes e parâmetros para a emissão de documentação civil e para a identificação civil biométrica das pessoas privadas de liberdade;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do CNJ, no Procedimento de Ato Normativo 0003733-03.2020.2.00.0000, na 74ª Sessão Virtual, realizada em 2 de outubro de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer procedimentos e diretrizes relacionados ao tratamento da população lésbica, gay, bissexual, transexual, travesti e intersexo (LGBTI) que esteja custodiada, acusada, ré, condenada, privada de liberdade, em cumprimento de alternativas penais ou monitorada eletronicamente.

Art. 2º A presente Resolução tem por objetivos:

I – a garantia do direito à vida e à integridade física e mental da população LGBTI, assim como à sua integridade sexual, segurança do corpo, liberdade de expressão da identidade de gênero e orientação sexual;

II – o reconhecimento do direito à autodeterminação de gênero e sexualidade da população LGBTI; e

III – a garantia, sem discriminação, de estudo, trabalho e demais direitos previstos em instrumentos legais e convencionais concernentes à população privada de liberdade, em cumprimento de alternativas penais ou monitoração eletrônica em geral, bem como a garantia de direitos específicos da população LGBTI nessas condições.

Art. 3º Para fins desta Resolução, e com base no glossário das Nações Unidas, considera-se:





Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

I – transgênero: termo empregado para descrever uma variedade ampla de identidades de gênero cujas aparências e características são percebidas como atípicas –incluindo pessoas transexuais, travestis, *cross-dressers* e pessoas que se identificam como terceiro gênero; sendo:

- a) mulheres trans: identificam-se como mulheres, mas foram designadas homens quando nasceram;
- b) homens trans: identificam-se como homens, mas foram designados mulheres quando nasceram,
- c) outras pessoas trans não se identificam de modo algum com o espectro binário de gênero; e
- d) que algumas pessoas transgêneras querem passar por cirurgias ou por terapia hormonal para alinhar o seu corpo com a sua identidade de gênero; outras, não;

II – intersexo: pessoas que nascem com características sexuais físicas ou biológicas, como a anatomia sexual, os órgãos reprodutivos, os padrões hormonais e/ou cromossômicos que não se encaixam nas definições típicas de masculino e feminino; considerando que:

- a) essas características podem ser aparentes no nascimento ou surgir no decorrer da vida, muitas vezes durante a puberdade; e
- b) pessoas intersexo podem ter qualquer orientação sexual e identidade de gênero;

III – orientação sexual: atração física, romântica e/ou emocional de uma pessoa em relação a outra, sendo que:

- a) homens gays e mulheres lésbicas: atraem-se por indivíduos que são do mesmo sexo que eles e elas;
- b) pessoas heterossexuais: atraem-se por indivíduos de um sexo diferente do seu;
- c) pessoas bissexuais: podem se atrair por indivíduos do mesmo sexo ou de sexo diferente; e
- d) a orientação sexual não está relacionada à identidade de gênero ou às características sexuais;





Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

IV – identidade de gênero: o senso profundamente sentido e vivido do próprio gênero de uma pessoa, considerando-se que:

a) todas as pessoas têm uma identidade de gênero, que faz parte de sua identidade como um todo; e

b) tipicamente, a identidade de gênero de uma pessoa é alinhada com o sexo que lhe foi designado no momento do seu nascimento.

Art. 4º O reconhecimento da pessoa como parte da população LGBTI será feito exclusivamente por meio de autodeclaração, que deverá ser colhida pelo magistrado em audiência, em qualquer fase do procedimento penal, incluindo a audiência de custódia, até a extinção da punibilidade pelo cumprimento da pena, garantidos os direitos à privacidade e à integridade da pessoa declarante.

Parágrafo único. Nos casos em que o magistrado, por qualquer meio, for informado de que a pessoa em juízo pertence à população LGBTI, deverá cientificá-la acerca da possibilidade da autodeclaração e informá-la, em linguagem acessível, os direitos e garantias que lhe assistem, nos termos da presente Resolução.

Art. 5º Em caso de autodeclaração da pessoa como parte da população LGBTI, o Poder Judiciário fará constar essa informação nos seus sistemas informatizados, que deverão assegurar a proteção de seus dados pessoais e o pleno respeito aos seus direitos e garantias individuais, notadamente à intimidade, privacidade, honra e imagem.

Parágrafo único. O magistrado poderá, de ofício ou a pedido da defesa ou da pessoa interessada, determinar que essa informação seja armazenada em caráter restrito, ou, nos casos previstos pela lei, decretar o sigilo acerca da autodeclaração.

Art. 6º Pessoas autodeclaradas parte da população LGBTI submetidas à perseguição penal têm o direito de ser tratadas pelo nome social, de acordo com sua identidade de gênero, mesmo que distinto do nome que conste de seu registro civil, como previsto na Resolução CNJ nº 270/2018.

Parágrafo único. Caberá ao magistrado, quando solicitado pela pessoa autodeclarada parte da população LGBTI ou pela defesa, com autorização expressa da





Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

pessoa interessada, diligenciar pela emissão de documentos, nos termos do artigo 6º da Resolução CNJ nº 306/2019, ou pela retificação da documentação civil da pessoa.

Art. 7º Em caso de prisão da pessoa autodeclarada parte da população LGBTI, o local de privação de liberdade será determinado pelo magistrado em decisão fundamentada após consulta à pessoa acerca de sua escolha, que poderá se dar a qualquer momento do processo penal ou execução da pena, devendo ser assegurada, ainda, a possibilidade de alteração do local, em atenção aos objetivos previstos no art. 2º da presente Resolução.

§ 1º A possibilidade de escolha do local de privação de liberdade e de sua alteração deverá ser informada expressamente à pessoa parte da população LGBTI no momento da autodeclaração.

§ 2º Para os fins do *caput*, a autodeclaração da pessoa como parte da população LGBTI poderá ensejar a retificação e emissão dos seus documentos quando solicitado ao magistrado, nos termos do art. 6º da Resolução CNJ nº 306/2019.

§ 3º A alocação da pessoa autodeclarada parte da população LGBTI em estabelecimento prisional, determinada pela autoridade judicial após escuta à pessoa interessada, não poderá resultar na perda de quaisquer direitos relacionados à execução penal em relação às demais pessoas custodiadas no mesmo estabelecimento, especialmente quanto ao acesso a trabalho, estudo, atenção à saúde, alimentação, assistência material, assistência social, assistência religiosa, condições da cela, banho de sol, visitação e outras rotinas existentes na unidade.

Art. 8º De modo a possibilitar a aplicação do artigo 7º, o magistrado deverá:

I – esclarecer em linguagem acessível acerca da estrutura dos estabelecimentos prisionais disponíveis na respectiva localidade, da localização de unidades masculina e feminina, da existência de alas ou celas específicas para a população LGBTI, bem como dos reflexos dessa escolha na convivência e no exercício de direitos;

II – indagar à pessoa autodeclarada parte da população transexual, travesti e intersexo acerca da preferência pela custódia em unidade feminina, masculina





Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

ou específica, se houver, e, na unidade escolhida, preferência pela detenção no convívio geral ou em alas ou celas específicas, onde houver; e

III – indagar à pessoa autodeclarada parte da população gay, lésbica e bissexual acerca da preferência pela custódia no convívio geral ou em alas ou celas específicas.

§ 1º Os procedimentos previstos neste artigo devem ser observados na realização da audiência de custódia após prisão em flagrante ou cumprimento do mandado de prisão, na prolação de sentença condenatória, assim como em audiência na qual seja decretada a privação de liberdade de pessoa autodeclarada parte da população LGBTI.

§ 2º A preferência de local de detenção declarada pela pessoa constará expressamente da decisão ou sentença judicial, que determinará seu cumprimento.

Art. 9º Em caso de violência ou grave ameaça à pessoa autodeclarada parte da população LGBTI privada de liberdade, o magistrado deverá dar preferência à análise de pedidos de transferência para outro estabelecimento, condicionado a prévio requerimento pela pessoa interessada.

Art. 10. Os direitos assegurados às mulheres deverão ser estendidos às mulheres lésbicas, travestis e transexuais e aos homens transexuais, no que couber, especialmente quanto à:

I – excepcionalidade da prisão provisória, especialmente para as gestantes, lactantes, mães e responsáveis por crianças menores de 12 anos ou pessoas com deficiência, nos termos dos artigos 318 e 318-A do Código de Processo Penal e do acórdão proferido pela 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal no julgamento do HC nº 143.641/SP; e

II – progressão de regime nos termos do art. 112, § 3º, da Lei de Execução Penal.

Art. 11. Nos estabelecimentos prisionais onde houver pessoas autodeclaradas parte da população LGBTI privadas de liberdade, o juiz da execução penal, no exercício de sua competência de fiscalização, zelarà para que seja garantida assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa, sem qualquer





Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

forma de discriminação em razão de orientação sexual ou identidade de gênero, devendo levarem consideração, especialmente:

I – quanto à assistência à saúde:

a) a observância aos parâmetros da Política Nacional de Saúde Integral de LGBT e da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP);

b) a garantia à pessoa autodeclarada como parte da população LGBTI privada de liberdade ou em cumprimento de alternativas penais e monitoração eletrônica do direito ao tratamento hormonal e sua manutenção, bem como o acompanhamento de saúde específico, principalmente à pessoa convivendo com HIV/TB e coinfeções, além de outras doenças crônicas e infecciosas e deficiências, ou demandas decorrentes das necessidades do processo transexualizador;

c) a garantia de testagem da pessoa privada de liberdade ou em cumprimento de alternativas penais e monitoração eletrônica em relação a doenças infectocontagiosas como HIV/TB e coinfeções, bem como outras doenças crônicas e infecciosas e deficiências;

d) a garantia de atendimento psicológico e psiquiátrico, considerando o agravamento da saúde mental dessa população, especialmente voltado à prevenção do suicídio, bem como tratamento ginecológico, urológico e endocrinológico especializado para pessoas transexuais, travestis e intersexo durante todo o período de privação de liberdade;

e) a garantia, com isonomia de tratamento, à distribuição de preservativos; e

f) a garantia do sigilo das informações e diagnósticos constantes dos prontuários médicos, principalmente nos casos de informações sorológicas e outras infecções sexualmente transmissíveis, resguardando-se o direito constitucional à intimidade;

II – quanto à assistência religiosa:





Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

a) a garantia à pessoa autodeclarada como parte da população LGBTI do direito à assistência religiosa, condicionada à sua expressa anuência, nos termos da Lei nº 9.982/2000, e demais normas que regulamentem tal direito;

b) a garantia, em iguais condições, da liberdade religiosa e de culto e o respeito à objeção da pessoa autodeclarada parte da população LGBTI presa em receber visita de qualquer representante religioso ou sacerdote, ou de participar de celebrações religiosas;

III – quanto ao trabalho, educação e demais políticas ofertadas nos estabelecimentos prisionais:

a) a garantia de não discriminação e oferecimento de oportunidades em iguais condições em todas as iniciativas realizadas dentro do estabelecimento prisional, não podendo eventual isolamento ou alocação em espaços de convivência específicos representar impedimento ao oferecimento de vagas e oportunidades;

b) a garantia à pessoa autodeclarada parte da população LGBTI, em igualdade de condições, de acesso e continuidade à sua formação educacional e profissional sob a responsabilidade do Estado; e

c) a vedação ao trabalho humilhante em virtude da identidade de gênero e/ou orientação sexual;

IV – quanto à autodeterminação e dignidade:

a) a garantia aos homens transexuais do direito de utilizar vestimentas socialmente lidas como masculinas e acessórios para a compressão de mamas como instrumento de manutenção da sua identidade de gênero;

b) a garantia às mulheres transexuais e travestis do direito de utilizar vestimentas lidas socialmente como femininas, manter os cabelos compridos, inclusive extensão capilar fixa e o acesso controlado a pinças para extração de pelos e a produtos de maquiagem, garantindo seus caracteres secundários de acordo com sua identidade de gênero; e

c) a garantia às pessoas intersexo do direito de utilizar vestimentas e o acesso controlado a utensílios que preservem sua identidade de gênero autorreconhecida;





Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

V – quanto ao direito às visitas:

a) a garantia de que a visita social deve ser realizada em espaço apropriado, respeitando a integridade e privacidade, devendo-se evitar que as visitas sejam realizadas nos pavilhões ou celas;

b) a ausência de discriminação de visitas de pessoas pertencentes à população LGBTI, considerando as relações socioafetivas declaradas, não limitadas às oficialmente declaradas e incluindo amigos;

c) a garantia de exercício do direito à visita íntima em igualdade de condições, nos termos da Portaria nº 1.190/2008, do Ministério da Justiça, e da Resolução nº 4/2011, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, inclusive em relação aos cônjuges ou companheiros que estejam custodiados no mesmo estabelecimento prisional;

VI – quanto ao local de detenção:

a) a garantia de que os espaços de vivência específicos para as pessoas autodeclaradas parte da população LGBTI privadas de liberdade não sejam utilizados para aplicação de medida disciplinar ou qualquer método coercitivo para elas ou para outros detentos, assegurando-se, inclusive, procedimentos de movimentação interna que garantam seu acesso aos ambientes onde são ofertadas as assistências à saúde, educacional, social, religiosa, material e ao trabalho;

VII – quanto a procedimentos gerais:

a) a garantia de vedação da transferência compulsória entre ambientes como forma de sanção, punição ou castigo em razão da condição de pessoa autodeclarada parte da população LGBTI;

b) a garantia do direito ao atendimento psicossocial, consistente em ações contínuas dirigidas também aos visitantes, para garantia do respeito aos princípios de igualdade e não discriminação e do direito ao autorreconhecimento, inclusive em relação à orientação sexual e identidade de gênero; e

c) garantia de gratuidade na emissão e retificação dos documentos civis da população LGBTI.





Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Art. 12. Deverá ser garantido à pessoa autodeclarada como parte da população LGBTI, quando do cumprimento de alternativas penais ou medidas de monitoração eletrônica, o respeito às especificidades elencadas nesta Resolução, no primeiro atendimento e durante todo o cumprimento da determinação judicial, em todas as esferas do Poder Judiciário e serviços de acompanhamento das medidas, buscando-se apoio de serviços como as Centrais Integradas de Alternativas Penais, Centrais de Monitoração Eletrônica ou instituições parceiras onde se dê o cumprimento da medida aplicada.

Art. 13. Os tribunais deverão manter cadastro de unidades com informações referentes à existência de unidades, alas ou celas específicas para a população LGBTI, de modo a instruir os magistrados para a operabilidade do artigo 7^o.

Art. 14. As diretrizes e os procedimentos previstos nesta Resolução se aplicam a todas as pessoas que se autodeclarem parte da população LGBTI, ressaltando-se que a identificação pode ou não ser exclusiva, bem como variar ao longo do tempo e espaço.

Parágrafo único. As garantias previstas nesta Resolução se estendem, no que couber, a outras formas de orientação sexual, identidade e expressões de gênero diversas da cisgeneridade e da heterossexualidade, ainda que não mencionadas expressamente nesta Resolução.

Art. 15. Esta Resolução também será aplicada aos adolescentes apreendidos, processados por cometimento de ato infracional ou em cumprimento de medida socioeducativa que se autodeterminem como parte da população LGBTI, no que couber e enquanto não for elaborado ato normativo próprio, considerando-se a condição de pessoa em desenvolvimento, o princípio da prioridade absoluta e as devidas adaptações, conforme previsão do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 16. Para o cumprimento do disposto nesta Resolução, os tribunais, em colaboração com as Escolas de Magistratura, poderão promover cursos destinados à permanente qualificação e atualização funcional dos magistrados e serventuários que atuam nas Centrais de Audiências de Custódia, Varas Criminais, Juizados Especiais Criminais, Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Varas de





Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Execução Penal em relação à garantia de direitos da população LGBTI que esteja custodiada, acusada, ré, condenada, privada de liberdade, em cumprimento de alternativas penais ou monitorada eletronicamente.

Art. 17. O Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do Conselho Nacional de Justiça elaborará, em até noventa dias, manual voltado à orientação dos tribunais e magistrados quanto à implementação das medidas previstas nesta Resolução.

Art. 18. Esta Resolução entra em vigor 120 dias após sua publicação

Ministro **LUIZ FUX**



CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 29 DE JANEIRO DE 2018

Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis.

O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei n.º 5.766, de 20 de dezembro de 1971, e pelo Decreto nº 79.822, de 17 de junho de 1977;

CONSIDERANDO os princípios fundamentais previstos no Art. 1º da Constituição Federal de 1988, que estabelece a dignidade da pessoa humana como fundamento do Estado Democrático de Direito, e o Art. 5º, que dispõe que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”;

CONSIDERANDO o Art. 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948, o qual enuncia: “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade”;

CONSIDERANDO os Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero presentes na Convenção de Yogyakarta, de novembro de 2006;

CONSIDERANDO a Declaração de Durban – Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata –, que reafirma o princípio de igualdade e de não discriminação, adotada em 8 de setembro de 2001;

CONSIDERANDO a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, publicada em 2013 pelo Ministério da Saúde;

CONSIDERANDO o Código de Ética Profissional das Psicólogas e dos Psicólogos, editado por meio da Resolução CFP nº 10/2005, de 21 de julho de 2005;

CONSIDERANDO as expressões e identidades de gênero como possibilidades da existência humana, as quais não devem ser compreendidas como psicopatologias, transtornos mentais, desvios e/ou inadequações;

CONSIDERANDO que expressão de gênero refere-se à forma como cada sujeito apresenta-se a partir do que a cultura estabelece como sendo da ordem do feminino, do masculino ou de outros gêneros;

CONSIDERANDO que identidade de gênero refere-se à experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo e outras expressões de gênero;

CONSIDERANDO que cisnormatividade refere-se ao regramento social que reduz a divisão das pessoas apenas a homens e mulheres, com papéis sociais estabelecidos como naturais, postula a heterossexualidade como única orientação sexual e considera a conjugalidade apenas entre homens e mulheres cisgêneros;

CONSIDERANDO a cisnormatividade como discursos e práticas que excluem, patologizam e violentam pessoas cujas experiências não expressam e/ou não possuem identidade de gênero concordante com aquela designada no nascimento;

CONSIDERANDO que a autodeterminação constitui-se em um processo que garante a autonomia de cada sujeito para determinar sua identidade de gênero;

CONSIDERANDO que a estrutura das sociedades ocidentais estabelece padrões de sexualidade e gênero que permitem preconceitos, discriminações e vulnerabilidades às pessoas transexuais, travestis e pessoas com outras expressões e identidades de gênero não cisnormativas;

RESOLVE:

Art. 1º - As psicólogas e os psicólogos, em sua prática profissional, atuarão segundo os princípios éticos da profissão, contribuindo com o seu conhecimento para uma reflexão voltada à eliminação da transfobia e do preconceito em relação às pessoas transexuais e travestis.

Art. 2º - As psicólogas e os psicólogos, no exercício profissional, não exercerão qualquer ação que favoreça a discriminação ou preconceito em relação às pessoas transexuais e travestis.

Art. 3º - As psicólogas e os psicólogos, no exercício profissional, não serão coniventes e nem se omitirão perante a discriminação de pessoas transexuais e travestis.

Art. 4º - As psicólogas e os psicólogos, em sua prática profissional, não se utilizarão de instrumentos ou técnicas psicológicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas, estereótipos ou discriminações em relação às pessoas transexuais e travestis.

Art. 5º - As psicólogas e os psicólogos, no exercício de sua prática profissional, não colaborarão com eventos ou serviços que contribuam para o desenvolvimento de culturas institucionais discriminatórias em relação às transexualidades e travestilidades.

Art. 6º - As psicólogas e os psicólogos, no âmbito de sua atuação profissional, não participarão de pronunciamentos, inclusive nos meios de comunicação e internet, que legitimem ou reforcem o preconceito em relação às pessoas transexuais e travestis.

Art. 7º - As psicólogas e os psicólogos, no exercício profissional, não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização das pessoas transexuais e travestis.

Parágrafo único: As psicólogas e os psicólogos, na sua prática profissional, reconhecerão e legitimarão a autodeterminação das pessoas transexuais e travestis em relação às suas identidades de gênero.

Art. 8º - É vedado às psicólogas e aos psicólogos, na sua prática profissional, propor, realizar ou colaborar, sob uma perspectiva patologizante, com eventos ou serviços privados, públicos, institucionais, comunitários ou promocionais que visem a terapias de conversão, reversão, readequação ou reorientação de identidade de gênero das pessoas transexuais e travestis.

Art. 9º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Giannini, Conselheiro Presidente**, em 29/01/2018, às 16:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.cfp.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0024901** e o código CRC **8F5DCF4A**.



RESOLUÇÃO CFM nº 2.265/2019

Publicada no D.O.U. de 09 de janeiro de 2020, Seção I, p.96

Dispõe sobre o cuidado específico à pessoa com incongruência de gênero ou transgênero e revoga a Resolução CFM nº 1.955/2010.

O **CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA**, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958, pela Lei nº 11.000, de 15 de dezembro 2004, pelo Decreto nº 6.821/2009 e pela Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, e

CONSIDERANDO a competência normativa conferida pela Resolução CFM nº 1.931/2009, combinada ao artigo 2º da Lei nº 3.268/1957, que tratam, respectivamente, da expedição de resoluções que complementem o Código de Ética Médica e do zelo pertinente à fiscalização e disciplina do ato médico;

CONSIDERANDO incongruência de gênero ou transgênero a não paridade entre a identidade de gênero e o sexo ao nascimento;

CONSIDERANDO a [Portaria GM/MS nº 2.836/2011](#), que institui a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

CONSIDERANDO a [Portaria GM/MS nº 2.803/2013](#), que redefine e amplia o Processo Transsexualizador no SUS;

CONSIDERANDO o que dispõe a [Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 466/2012](#);

CONSIDERANDO a necessidade de atualizar a [Resolução CFM nº 1.955/2010](#) em relação ao estágio das ações de promoção do cuidado às pessoas com incongruência de gênero ou transgênero, em especial da oferta de uma linha de cuidado integral e multiprofissional de acolhimento, acompanhamento, assistência hormonal ou cirúrgica e atenção psicossocial;

CONSIDERANDO o [Parecer CFM nº 8/2013](#);

CONSIDERANDO a necessidade de o CFM disciplinar sobre o cuidado à pessoa com incongruência de gênero ou transgênero em relação às ações e condutas realizadas por profissionais médicos nos serviços de saúde, seja na rede pública ou privada;

CONSIDERANDO, finalmente, o decidido na sessão plenária de 20 de setembro de 2019,

RESOLVE:



CFM
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

Art. 1º Compreende-se por transgênero ou incongruência de gênero a não paridade entre a identidade de gênero e o sexo ao nascimento, incluindo-se neste grupo transexuais, travestis e outras expressões identitárias relacionadas à diversidade de gênero.

§ 1º Considera-se identidade de gênero o reconhecimento de cada pessoa sobre seu próprio gênero.

§ 2º Consideram-se homens transexuais aqueles nascidos com o sexo feminino que se identificam como homem.

§ 3º Consideram-se mulheres transexuais aquelas nascidas com o sexo masculino que se identificam como mulher.

§ 4º Considera-se travesti a pessoa que nasceu com um sexo, identifica-se e apresenta-se fenotipicamente no outro gênero, mas aceita sua genitália.

§ 5º Considera-se afirmação de gênero o procedimento terapêutico multidisciplinar para a pessoa que necessita adequar seu corpo à sua identidade de gênero por meio de hormonioterapia e/ou cirurgias.

Art. 2º A atenção integral à saúde do transgênero deve contemplar todas as suas necessidades, garantindo o acesso, sem qualquer tipo de discriminação, às atenções básica, especializada e de urgência e emergência.

Art. 3º A assistência médica destinada a promover atenção integral e especializada ao transgênero inclui acolhimento, acompanhamento, procedimentos clínicos, cirúrgicos e pós-cirúrgicos.

Art. 4º A atenção especializada de cuidados específicos ao transgênero de que trata esta Resolução deve contemplar o acolhimento, o acompanhamento ambulatorial, a hormonioterapia e o cuidado cirúrgico, conforme preconizado em Projeto Terapêutico Singular norteado por protocolos e diretrizes vigentes.

Parágrafo único. O Projeto Terapêutico Singular (Anexo I) que deverá ser elaborado é um conjunto de propostas de condutas terapêuticas articuladas, resultado da discussão de uma equipe multiprofissional e interdisciplinar com o indivíduo, abrangendo toda a rede assistencial na qual está inserido e contemplando suas demandas e necessidades independentemente da idade.

Art. 5º A atenção médica especializada para o cuidado ao transgênero deve ser composta por equipe mínima formada por pediatra (em caso de pacientes com até 18 (dezoito) anos de idade), psiquiatra, endocrinologista, ginecologista, urologista e cirurgião plástico, sem prejuízo de outras especialidades médicas que atendam à necessidade do Projeto Terapêutico Singular.

Parágrafo único. Os serviços de saúde devem disponibilizar o acesso a outros profissionais da área da saúde, de acordo com o Projeto Terapêutico Singular, estabelecido em uma rede de cuidados e de acordo com as normatizações do Ministério da Saúde.

Art. 6º Na atenção médica especializada, o transgênero deverá ser informado e orientado previamente sobre os procedimentos e intervenções clínicas e cirúrgicas aos quais será submetido, incluindo seus riscos e benefícios.



CFM
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

Parágrafo único. É obrigatório obter o consentimento livre e esclarecido, informando ao transgênero sobre a possibilidade de esterilidade advinda dos procedimentos hormonais e cirúrgicos para a afirmação de gênero.

Art. 7º Os familiares e indivíduos do vínculo social do transgênero poderão ser orientados sobre o Projeto Terapêutico Singular, mediante autorização expressa do transgênero, em conformidade com o Código de Ética Médica.

Art. 8º O acompanhamento dos familiares e indivíduos do vínculo social do transgênero deverá ser articulado com outros serviços de saúde ou socioassistenciais, com vistas a garantir a assistência integral caso não seja realizado pela mesma equipe que assiste ao transgênero.

Art. 9º Na atenção médica especializada ao transgênero é vedado o início da hormonioterapia cruzada antes dos 16 (dezesesseis) anos de idade.

§ 1º Crianças ou adolescentes transgêneros em estágio de desenvolvimento puberal Tanner I (pré-púbere) devem ser acompanhados pela equipe multiprofissional e interdisciplinar sem nenhuma intervenção hormonal ou cirúrgica.

§ 2º Em crianças ou adolescentes transgêneros, o bloqueio hormonal só poderá ser iniciado a partir do estágio puberal Tanner II (puberdade), sendo realizado exclusivamente em caráter experimental em protocolos de pesquisa, de acordo com as normas do Sistema CEP/Conep, em hospitais universitários e/ou de referência para o Sistema Único de Saúde.

§ 3º A vedação não se aplica a pacientes portadores de puberdade precoce ou estágio puberal Tanner II antes dos 8 anos no sexo feminino (cariótipo 46,XX) e antes dos 9 anos no sexo masculino (cariótipo 46,XY) que necessitem de tratamento com hormonioterapia cruzada por se tratar de doenças, o que está fora do escopo desta Resolução.

Art. 10. Na atenção médica especializada ao transgênero é permitido realizar hormonioterapia cruzada somente a partir dos 16 (dezesesseis) anos de idade, de acordo com o estabelecido no Projeto Terapêutico Singular, sendo necessário o acompanhamento ambulatorial especializado, conforme preconiza a linha de cuidados específica contida no Anexo II desta Resolução.

Art. 11. Na atenção médica especializada ao transgênero é vedada a realização de procedimentos cirúrgicos de afirmação de gênero antes dos 18 (dezoito) anos de idade.

§ 1º Os procedimentos cirúrgicos de que trata esta Resolução só poderão ser realizados após acompanhamento prévio mínimo de 1 (um) ano por equipe multiprofissional e interdisciplinar.

§ 2º É vedada a realização de procedimentos hormonais e cirúrgicos, descritos nesta Resolução, em pessoas com diagnóstico de transtornos mentais que os contraindiquem, conforme especificado no Anexo III desta Resolução.

§ 3º A atuação do psiquiatra na equipe multiprofissional e interdisciplinar está discriminada no Anexo III desta Resolução.

§ 4º Os procedimentos cirúrgicos reconhecidos para afirmação de gênero estão descritos no Anexo IV desta Resolução.

Art.12. Na atenção médica especializada ao transgênero os procedimentos clínicos e cirúrgicos descritos nesta Resolução somente poderão ser realizados a partir da



CFM
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

assinatura de termo de consentimento livre e esclarecido e, no caso de menores de 18 (dezoito) anos, também do termo de assentimento.

Art. 13. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a [Resolução CFM nº 1.955/2010](#), publicada no D.O.U. de 3 de setembro de 2010, Seção I, p. 109-10.

Brasília, DF, 20 de setembro de 2019.

CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA
Presidente

HENRIQUE BATISTA E SILVA
Secretário-geral



CFM
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

ANEXO I: PROJETO TERAPÊUTICO SINGULAR (PTS)

O Projeto Terapêutico Singular (PTS) é um conjunto de propostas de condutas terapêuticas articuladas, resultado da discussão coletiva de equipe multiprofissional e interdisciplinar a partir da singularidade dos sujeitos assistidos. Assim, permite promover atenção em saúde integral.

O PTS abrange o sujeito em todas as etapas de seu acompanhamento, dando-lhe condições para que participe ativamente do processo terapêutico, sendo corresponsável por seu cuidado.

A criação de vínculos com as pessoas assistidas é fundamental para uma atenção humanizada. É importante articular as demandas dos sujeitos e as ações propostas pela equipe multiprofissional e interdisciplinar. O PTS deve também incluir, sempre que necessário, a participação da família e da rede social deste sujeito nos processos de cuidado.

Cada pessoa vivencia sua identidade de gênero de forma singular, sendo necessário estabelecer metas para as ações em cuidado de saúde, assim como avaliações sistemáticas das etapas do processo. O PTS será desenvolvido respeitando as normatizações e diretrizes vigentes das especialidades médicas e áreas do conhecimento envolvidas nesse cuidado. Na elaboração do PTS:

- a)** os profissionais da equipe ambulatorial serão responsáveis pela primeira etapa do PTS;
- b)** deve-se assegurar que todos os membros da equipe realizem atendimento à pessoa com incongruência de gênero ou transgênero, para que identifiquem as singularidades de cada caso;
- c)** o PTS será elaborado em reunião de discussão da equipe multiprofissional e interdisciplinar, com a participação da pessoa com incongruência de gênero ou transgênero;
- d)** o atendimento médico deve constar de anamnese, exame físico e psíquico completos, incluindo na identificação do indivíduo nome social, nome de registro, identidade de gênero e sexo ao nascimento;
- e)** deverá constar a existência do histórico patológico, proporcionando os devidos encaminhamentos necessários;
- f)** considerando a fase peculiar do desenvolvimento, as ações sugeridas pelo PTS deverão ser construídas com crianças, adolescentes e seus pais ou responsável legal;
- g)** a assistência disponibilizada para crianças e adolescentes deverá estar articulada com as escolas e também com as instituições de acolhimento, quando for o caso, considerando a importante dimensão desses serviços no desenvolvimento infantil.



CFM
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

ANEXO II: HORMONIOTERAPIA

Criança pré-púbere (estágio puberal Tanner I)

A incongruência de gênero em crianças só pode ser definida após acompanhamento ao longo da infância. Em criança pré-púbere é vedada qualquer intervenção envolvendo uso de hormônios ou procedimentos cirúrgicos com a finalidade estabelecida de mudanças corporais e genitais.

O médico, nas competências de sua atuação junto à equipe multiprofissional e interdisciplinar que assiste a criança pré-púbere, deve acompanhar, orientar, esclarecer e facilitar o desenvolvimento da criança, envolvendo a família, cuidadores, responsável legal, instituições de acolhimento e educacionais que tenham obrigação legal pelo cuidado, educação, proteção e acolhimento da criança.

O envolvimento dos pais, familiares, responsável legal ou instituições de acolhimento e educacionais é fundamental na tomada de qualquer decisão do acompanhamento que envolva a criança pré-púbere, respeitando os preceitos éticos e específicos de cada área profissional envolvida.

Criança púbere ou adolescente (a partir do estágio puberal Tanner II)

O bloqueio puberal é a interrupção da produção de hormônios sexuais, impedindo o desenvolvimento de caracteres sexuais secundários do sexo biológico pelo uso de análogos de hormônio liberador de gonadotrofinas (GnRH).

A hormonioterapia cruzada é a forma de reposição hormonal na qual os hormônios sexuais e outras medicações hormonais são administradas ao transgênero para feminização ou masculinização, de acordo com sua identidade de gênero.

A faixa etária normal de início de desenvolvimento da puberdade se dá dos 8 aos 13 anos de idade no sexo feminino (cariótipo 46,XX) e dos 9 aos 14 anos de idade no sexo masculino (cariótipo 46,XY).

No início da puberdade, intensifica-se uma relação complexa estabelecida entre a criança ou adolescente púbere e seu corpo não congruente com sua identidade de gênero, podendo levar a sofrimento psíquico intenso e condutas corporais relacionadas a tentativas de esconder os caracteres sexuais biológicos visando reconhecimento e aceitação social que, muitas vezes, provocam agravos à saúde.

É frequente a automedicação com hormônios sexuais, o uso de silicone industrial, faixas peitorais, *binders* e outros métodos para realizar mudanças corporais relacionadas aos caracteres sexuais secundários compatíveis com sua identidade de gênero, sem recomendação ou acompanhamento médico.

O acompanhamento adequado nessa fase de desenvolvimento pode prevenir cirurgias corretivas no futuro e o surgimento de morbidades, tais como anorexia nervosa, fobia social, depressão, comportamento suicida, uso abusivo de drogas e transtornos de conduta relacionados à vivência corporal.

O bloqueio puberal ou a hormonioterapia cruzada, sob a responsabilidade de médico endocrinologista, ginecologista ou urologista, todos com conhecimento científico específico, só se dará na vigência de acompanhamento psiquiátrico, com anuência da equipe e do responsável legal pelo adolescente, segundo os termos e protocolos de acompanhamento de púberes ou adolescentes transgêneros.

O bloqueio do eixo hipotálamo-hipófise-gônadas será prescrito por médico endocrinologista, ginecologista ou urologista, todos com conhecimento científico específico, integrante da equipe multiprofissional envolvida no PTS, com o diagnóstico e o



CFM
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

acompanhamento da criança púbere ou adolescente transgênero, sendo realizado com a anuência de seu responsável legal.

A hormonioterapia cruzada em adolescentes será prescrita por endocrinologista, ginecologista ou urologista, todos com conhecimento científico específico, integrante da equipe multiprofissional envolvida no PTS e com a anuência do adolescente e do seu responsável legal, e só poderá ser instituída a partir da conclusão do diagnóstico de incongruência de gênero.

O bloqueio do eixo hipotálamo-hipófise-gônadas e a hormonioterapia cruzada poderão ser interrompidos a qualquer momento por decisão médica, do menor ou do seu responsável legal.

Adulto (a partir de 18 anos)

A hormonioterapia cruzada no adulto deverá ser prescrita por médico endocrinologista, ginecologista ou urologista, todos com conhecimento científico específico, e tem por finalidade induzir características sexuais compatíveis com a identidade de gênero. Assim, objetiva-se:

- a) reduzir os níveis hormonais endógenos do sexo biológico, induzindo caracteres sexuais secundários compatíveis com a identidade de gênero;
- b) estabelecer hormonioterapia adequada que permita níveis hormonais fisiológicos compatíveis com a identidade de gênero.

As doses dos hormônios sexuais a serem adotadas devem seguir os princípios da terapia de reposição hormonal para indivíduos hipogonádicos de acordo com o estágio puberal. Não são necessárias doses elevadas de hormônios sexuais para atingir os objetivos descritos da hormonioterapia cruzada e os efeitos desejados, além de estarem associadas a efeitos colaterais. Os hormônios utilizados são:

- a) a testosterona, para induzir o desenvolvimento dos caracteres sexuais secundários masculinos nos homens transexuais;
- b) o estrogênio, para induzir o desenvolvimento dos caracteres sexuais secundários femininos nas mulheres transexuais e travestis;
- c) o antiandrógeno, que pode ser utilizado para atenuar o crescimento dos pelos corporais e as ereções espontâneas até a realização da orquiectomia.

O uso de estrógenos ou testosterona deve ser mantido ao longo da vida do indivíduo, monitorando-se os fatores de risco.

A pessoa com incongruência de gênero ou transgênero deve demonstrar esclarecimento e compreensão dos efeitos esperados e colaterais da hormonioterapia cruzada, assim como capacidade de realizá-la de forma responsável.



CFM
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

ANEXO III: ACOMPANHAMENTO PSIQUIÁTRICO

Criança pré-púbere (estágio puberal Tanner I)

A identidade de gênero se estabelece em idade próxima aos quatro anos de idade, e o diagnóstico de incongruência de gênero (transgênero) só pode ser definido mediante acompanhamento ao longo de toda a infância. As manifestações podem variar no decorrer das diversas fases da infância e suas diferentes faixas etárias. Em casos de dúvida diagnóstica e ausência de morbidades, nenhuma intervenção deve ser instituída, mantendo-se a devida observação.

O envolvimento dos pais, familiares ou responsável legal é obrigatório no acompanhamento de crianças, respeitando os preceitos éticos e específicos de cada área profissional envolvida. O psiquiatra inserido na equipe multiprofissional e interdisciplinar responsável por acompanhar a criança deve se ater a observar, orientar, esclarecer e formular diagnóstico e psicoterapia – quando indicada –, assegurando o desenvolvimento da criança com diagnóstico de incongruência de gênero. Tais atitudes devem envolver não só a criança, mas também a família, cuidadores, responsável legal, escolas e outras possíveis instituições que tenham obrigação legal pelo cuidado, educação, proteção e acolhimento da criança.

Criança púbere ou adolescente (a partir do estágio puberal Tanner II)

Compreender e respeitar o que crianças e adolescentes manifestam a respeito de como se identificam é dever médico e aspecto essencial do cuidado à saúde.

O acompanhamento psiquiátrico dos adolescentes será realizado por profissional capacitado e integrante da equipe multiprofissional e interdisciplinar envolvida no Projeto Terapêutico Singular do púbere ou adolescente.

O acompanhamento psiquiátrico visa, além da formulação diagnóstica específica, o diagnóstico das morbidades, quando existentes, assim como seu tratamento, estando estabelecido no Projeto Terapêutico Singular.

Cabe ao médico psiquiatra, integrante da equipe de atendimento multiprofissional e interdisciplinar, elaborar laudos, relatórios ou atestados que se façam necessários.

Adulto (a partir de 18 anos)

A vulnerabilidade psíquica e social do indivíduo com incongruência de gênero ou transgênero é, em geral, intensa. São elevados os índices de morbidades existentes nessa população, entre eles transtornos depressivos graves, abuso/dependência de álcool e outras substâncias químicas, transtornos de personalidade, transtornos de estresse pós-traumático e transtornos de ansiedade.

O acompanhamento psiquiátrico será realizado por médico psiquiatra integrante de equipe multiprofissional. Caberá a ele formular diagnóstico, identificar morbidades, realizar diagnósticos diferenciais, prescrever medicamentos e indicar e executar psicoterapia, se necessário.

Após avaliação psiquiátrica, serão contraindicadas a hormonioterapia e/ou cirurgia nas seguintes condições: transtornos psicóticos graves, transtornos de personalidade graves, retardo mental e transtornos globais do desenvolvimento graves.

Cabe ao médico psiquiatra, junto à equipe multiprofissional e interdisciplinar, avaliar periódica e sequencialmente a evolução do indivíduo, mesmo após o encaminhamento para a cirurgia de afirmação de gênero e sua realização, pelo período mínimo de 1 (um) ano.



CFM
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

ANEXO IV: PROTOCOLOS CIRÚRGICOS

É vedada a realização de procedimentos cirúrgicos de afirmação de gênero em pacientes menores de 18 (dezoito) anos de idade.

A hormonioterapia é obrigatoriamente utilizada sob supervisão endocrinológica, ginecológica ou urológica no período pré-operatório, devendo ser avaliado se as transformações corporais atingiram o estágio adequado para indicar os procedimentos cirúrgicos.

Os procedimentos cirúrgicos para a afirmação de gênero são os seguintes:

1. Procedimentos de afirmação de gênero do masculino para o feminino:

1.1 Neovulvovaginoplastia

A neovulvovaginoplastia primária compreende: orquiectomia bilateral, penectomia, neovaginoplastia, neovulvoplastia.

A neovaginoplastia com segmento intestinal só deverá ser realizada quando da falha ou impossibilidade do procedimento primário.

Deve ser avaliada a condição da pele e prepúcio (balanopostites/fimose) com objetivo de planejar a técnica cirúrgica de neovaginoplastia e a adequada disponibilidade de tecidos saudáveis. Além disso, deve ser realizada depilação definitiva da pele da haste peniana.

1.2 Mamoplastia de aumento

A mamoplastia de aumento poderá ser realizada nas mulheres transexuais e nas travestis, de acordo com o Projeto Terapêutico Singular.

2. Procedimentos de afirmação de gênero do feminino para o masculino:

2.1 Mamoplastia bilateral

2.2 Cirurgias pélvicas: histerectomia e ooforectomia bilateral

2.3 Cirurgias genitais

2.3.1 Neovaginoplastia, que pode ser realizada em conjunto com a histerectomia e ooforectomia bilateral ou em momentos cirúrgicos distintos.

2.3.2 – Faloplastias

a) Metoidoplastia, que compreende retificação e alongamento do clitóris após estímulo hormonal, sendo considerada o procedimento de eleição para faloplastia.

b) Neofaloplastia com retalho microcirúrgico de antebraço ou retalho de outras regiões. É considerada experimental, devendo ser realizada somente mediante as normas do Sistema CEP/Conep.

Para complementar as faloplastias (metoidoplastia e neofaloplastia) são realizadas uretroplastia em um ou dois tempos com enxertos de mucosa vaginal/bucal ou enxerto/retalhos genitais, escrotoplastia com pele dos grandes lábios e colocação de prótese testicular em primeiro ou segundo tempo.

3. Outros procedimentos destinados a adequação corporal para a afirmação de gênero devem ser avaliados de acordo com o Projeto Terapêutico Singular.

4. Os indivíduos já afirmados em seu gênero, tendo cumprido o PTS (com a devida comprovação documental), poderão realizar procedimentos complementares para o gênero afirmado com médicos de sua escolha.



CFM
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DA RESOLUÇÃO CFM Nº 2.265/2019

De acordo com a 11ª edição da Classificação Internacional das Doenças, define-se incongruência de gênero ou transgênero como a não paridade entre a identidade de gênero e o sexo ao nascimento. Incluem-se nesse grupo transexuais, travestis e outras expressões identitárias relacionadas à diversidade de gênero.

Em 1966, Harry Benjamin definiu o termo transexual e foi responsável pela sensibilização sobre a necessidade da atenção à saúde das pessoas transexuais à época. Graças a Benjamin, se afirmou cientificamente a ideia de que as pessoas transexuais não deveriam ser sujeitas a terapias conversivas, consolidando a terapêutica focada na possibilidade de transição somática, utilizada até hoje.

Dados epidemiológicos sobre a transexualidade sugerem uma prevalência na vida de 1:37.000 para o sexo masculino ao nascimento, e de 1:103.000 para o sexo feminino ao nascimento. Existe uma grande variabilidade das estimativas de prevalência devido a problemas diagnósticos, características transculturais e falta de acesso a serviços especializados.

A pessoa transexual, em maiores ou menores proporções, enfrenta algumas possibilidades relacionadas à sua condição que podem causar sofrimento, como ter que lidar com as questões do desenvolvimento sexual em um corpo que percebem incongruente com o gênero com o qual se identificam, inclusive em idades bem precoces, quando os recursos emocionais ainda são frágeis. A vulnerabilidade psíquica e social do indivíduo transgênero é, em geral, intensa. São elevados os índices de morbidades existentes nessa população, entre eles transtornos depressivos graves, abuso/dependência de álcool e outras substâncias químicas, transtornos de personalidade, transtornos de estresse pós-traumático, transtornos de ansiedade e, em situações extremas, suicídio.

A atenção integral à saúde da pessoa com incongruência de gênero ou transgênero deve contemplar todas as suas necessidades de saúde, garantindo, ao longo da vida, o acesso, sem qualquer discriminação, às atenções básica, especializada e de urgência e emergência.

Assim, o Conselho Federal de Medicina vem, por esta Resolução, disciplinar o cuidado à pessoa transgênero em relação às ações e condutas de profissionais médicos em serviços de saúde públicos ou privados. A linha de cuidados específicos de que trata esta Resolução deve contemplar o acolhimento, o acompanhamento ambulatorial, a hormonioterapia e o cuidado cirúrgico, conforme preconizado em Projeto Terapêutico Singular norteado pelos protocolos e diretrizes vigentes.

Participaram das discussões que levaram à elaboração desta Resolução representantes do Ministério da Saúde, do Conselho Federal de Psicologia, do Conselho Federal de Serviço Social, da Articulação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (Ibrat), da Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil (Rede Trans Brasil), do Fórum Nacional de Pessoas Trans Negras e Negros (Fonatrans), além de pais de crianças e adolescentes transexuais.

LEONARDO SÉRVIO LUZ
Relator

ANEXO 5

Relatos

RELATOS COM AS EXPERIÊNCIAS VIVIDAS ACERCA DE COAÇÃO,
PERSEGUIÇÃO, INTIMIDAÇÃO, AMEAÇAS OU VIOLÊNCIA VERBAL E FÍSICA
SOFRIDO, BEM COMO AS CONSEQUÊNCIAS MATERIAIS, SOCIAIS,
PSICOLÓGICAS E/OU LEGAIS SOFRIDAS

1. “Na Universidade Pública, fui criticada por colegas, como se eu fosse uma pessoa ruim, egoísta, sem empatia, por dizer que homens não podem ser mulheres.”

“Sou de ordens iniciáticas famosas: rosacruz, golden dawn e bota. Além disso faço parte de comunidades de magia cerimonial e thelêmicas. Quando me posiciono contra a presença de homens em eventos dedicados ao sagrado feminino, sofro retaliação. A última vez um homem, que se identificava como mulher, ao ouvir que homens não têm útero e por isso nunca participarão dos simbolismos femininos porque eles são baseados na biologia da mulher, ameaçou de me matar com magia, matar e estuprar minhas filhas (3 anos e 1 mês), bem como me deformar, mutilando minha genitalia. Fez um motim para me expulsar do grupo e muitas meninas que são contra essas ideologias se calaram com medo dos homens fazerem com elas o que estavam fazendo comigo. Por fim eu reverti a situação porque sou antiga e tenho certa influência nesses meios, mas o macho segue impune.”

2. “Já levei um empurrão de um homem, com violência, por defender o uso do banheiro exclusivo para mulheres. Foi na UFF e isso me assustou muito. O cara não me espancou porque meu namorado, na época, interferiu e o impediu, pois o mesmo fez postura para me bater no rosto.”
3. “Sou filiada ao PT e me posiciono abertamente contra a ideologia queer e de gênero e fui ameaçada de ter minha vida destruída e ser expulsa do partido por isso.”
4. “Na área acadêmica, principalmente frente ao último governo facista, a necessidade de autoafirmação em modos mais progressistas compra facilmente qualquer discurso - a onda da desconstrução. Qualquer coisa que vá ao contrário desse discurso é tido como reacionário. Trabalho e pesquisa questões da terra ligadas ao papel de poder das mulheres em processos de territorialidade e sempre sou questionada sobre a afirmação de mulher enquanto fêmea humana adulta.”
5. “Eu costumo falar com os jovens sobre os perigos da seita Queer (acredito que essa teoria já se transformou numa seita), nesse episódio eu explicava sobre isso pra um conhecido meu, que é gay e afeminado, e uma garota que eu não conheço passou a me printar e me expor como se fosse um crime o que eu falava.”

“Sou advogada autônoma, um "cancelamento" pode me fazer perder dinheiro, mas eu não aceito abaixar a cabeça e ver meus direitos sendo usurpados por quem quer que seja.”

6. “Sou psicóloga e nunca pesquisei sobre o tema por medo de boicote mesmo. Meu tcc fala de prostituição e materialidade do sexo, mas tive que me abster de certas palavras que pudessem fazer com que eu fosse taxada de feminista radical transfóbica. Consegui contornar um pouco a situação dizendo no método que a pesquisa se “reduzia” a realidade de mulheres cisgenero e que naquele momento “só” iria estudar questões relacionadas à materialidade sexual.”
7. “Fui ameaçada, conjuntamente com outras mulheres, num evento feminista em que nos reunimos pra debater questões específicas ao sexo feminino, como heterossexualidade compulsória, maternidade, aborto, estupro corretivo etc. O evento foi realizado em um final de semana e, no domingo, foi encerrado com uma festa para as participantes, que se estenderia até a madrugada e o espaço acolheria quem precisasse ficar até segunda-feira pela manhã, quando algumas mulheres sem recursos pudessem voltar pras suas casas em segurança, e o local seria limpo, arrumado e devolvido pros responsáveis pela ONG que funcionava nele. Tudo isso foi previamente tratado com a coordenação do espaço e da ONG. Durante todo evento e na noite da festa, transativistas nos ameaçaram de agressões, espancamento, de jogar coquetel molotov no espaço e nos incendiar. Por fim, ligaram para a coordenação da ONG e pediram a nossa expulsão imediata do local, o que a ONG acatou e exigiu que abandonássemos o local, ou seja, tentou nos colocar na rua, num local ermo de SP, às 2h ou 3h da madrugada. Com muita insistência, as realizadoras do evento conseguiram reverter a situação, mas tivemos que sair do local assim que amanheceu. Essa foi a situação mais aterrorizante que vivi a respeito disso, mas não a única. Também já tive meu comércio (uma estamperia voltada para lésbicas) ameaçada e boicotada por ativistas da identidade de gênero, perdi clientes, vendas e dinheiro. Além de hostilizações e do temor e do silêncio que vivencio na associação de Lésbicas que componho, em que há uma forte coação para que não haja debates sobre os direitos das mulheres baseado em sexo e sobre a identidade de gênero. Temor partilhado por algumas outras companheiras que concordam comigo, mas que também têm medo, por si e pelas implicações e sanções materiais, financeiras e legais que a própria associação pode sofrer se algumas de nós se posicionarem, prejudicando toda a luta e conquistas por direitos das lésbicas que a associação vem promovendo, medo que sabemos ser de um risco real.”
8. “Há anos descobri que estou em uma lista internacional de "transfóbicas", que marcava meu perfil no Facebook em vermelho para quem usava o aplicativo específico. Isso porque eu seguia uma página de feminismo radical. Fui ameaçada várias vezes no Facebook, chamada de nazista, fascista, transfóbica, racista. As ameaças aconteciam sempre que eu postava algo sobre feminismo radical ou materialista. Acabei desativando minha conta. / No meio da militância, uma mulher que se dizia minha amiga começou a espalhar pelas minhas costas que eu era transfóbica porque era "radfem". Sofri diversas hostilidades por isso. / No mestrado, me recusei a aderir à teoria queer e usar butler (como todo mundo) e fui perseguida pela minha orientadora, que fazia de tudo para atrapalhar minha pesquisa, baseada no sexo. / No doutorado, em outra universidade, resolvi me calar. O grupo de estudos de gênero é todo dominado por adeptos da teoria queer, inclusive é organizado por um homem que se diz não binário e se chama no pronome feminino. Nas aulas, costuma-se atacar feministas radicais ou mesmo feministas materialistas, chamando-as de transfóbicas, racistas e comparando a neonazistas. / Nos coletivos de mulheres também não é possível falar, pois o risco de ser exposta e expulsa é real. / Penso

todos os dias em parar de militar e de pesquisar sobre mulheres porque o desgaste mental sofrido por quem trabalha com o conceito de sexo, e não gênero, é demais.”

9. “Nunca sofri violência ou silenciamento diretamente porque sou muito reservada e evito sempre ao máximo expor minhas opiniões, no entanto, estudei na ECA-USP e tinha pixos no banheiro dizendo que "radfem" boa é radfem morta, e na minha universidade atual, a UEL, em suas redes sociais, chovem comentários desse tipo.”
10. “Ja fui igualada a pessoas de direita por dizer que una mulher trans é um homem, por uma amiga próxima.”
11. “Presencio muita violência, mas a que foi direcionada a mim foi em um grupo de whatsapp da UBM - União Brasileira de Mulheres. Elas defendiam o homem que se identificou como mulher no banheiro da UNB e agrediu a mulher negra e lésbica que questionou sua presença¹. Eu questionei como uma mulher identifica se um homem de barba e vestido pode ser um invasor ou uma mulher trans. Fui acusada de transfobia, de alienada, de estar propagando o pânico moral e uma professora da UNB entrou para dizer que esse discurso era bolsonarista. Não tive condições psicológicas de continuar debatendo e só sai do grupo.”
12. “Já aconteceu muitas vezes. Uma vez no grupo "Mulheres contra Bolsonaro" escolheram um útero para estampar uma camisa e a administradora do grupo vetou dizendo ser transfóbico. Discutimos no pessoal, ela me ofendeu, me bloqueou e não me escutou. Num recente grupo de mulheres dos Institutos Federais, falei sobre opressões de sexo, fui acusada por isso de transfobia, como Chimamanda também foi, então nem liguei, e racista, porque as negras referências do feminismo radical que citei eram ultrapassadas pras mulheres de lá. Aliás, Beauvoir também era. Segundo elas, branca, europeia. E Audre Lorde era, segundo elas, uma preta a não ser considerada. A academia está doente. Me retirei, muito triste, desse grupo. E recebi 5 msgs de mulheres que disseram terem sido representadas pela minha fala, mas sentiam medo de falar no grupo. Preocupante.”
13. “O que sofri foi mais um bullying virtual vendo pessoas que eram bastante próximas de mim começando a me deletar das redes sociais e a mandar indiretas no Twitter. Cheguei a ter uma briga feia com meu irmão, que me comparou com nazistas e bolsonaristas. Foi muito difícil sentir que todo mundo estava falando de mim, dizendo que eu era uma radfem transfóbica e racista. Hoje em dia evito entrar em discussões... E já não tenho mais Twitter há uns anos. A sensação de exclusão é terrível, mas sei que não sou uma pessoa ruim e que não estou errada. Nenhuma de nós está errada.”

¹ O referido caso é emblemático e ocorreu em dezembro de 2022, em uma universidade pública e bem conceituada - Universidade de Brasília (UNB), na qual uma pessoa do sexo masculino transidentificada, estudante da universidade, agrediu uma estudante do sexo feminino, negra e lésbica, que questionou sua presença no banheiro. O vídeo do ocorrido e o relato completo pode ser encontrado em: <https://4w.pub/brazil-trans-identified-man-violence/>.

14. “Uma vez recebi um comentário numa foto do meu Instagram de um homem que eu não conhecia e que provavelmente veio por conta de comentários meus em uma postagem me posicionando contra a Teoria da Ideologia de Gênero. No comentário dele dizia o seguinte: "branca de dread e radfem, a piada pronta". Outra vez, numa aula da faculdade estadual que curso (UERJ), fui defender o ponto de vista da JK Rowling, a qual estava sendo chamada de transfóbica pelo próprio professor da disciplina, e um dos alunos que era homem (não sei se hetero) me acusou de estar agindo como na época do apartheid. Em outros momentos já deixei de me pronunciar por medo da retaliação e, recentemente, num grupo de trabalho de uma disciplina da UERJ, tínhamos que apresentar um projeto de aula para o ensino fundamental sobre sistema reprodutor. Todos éramos do curso de biologia e o grupo era composto por 5 mulheres e 1 homem ("vestido como homem" mas com "trejeitos" que me faziam pensar ser homossexual). Esse homem propôs trocar os termos sistema reprodutor masculino e feminino por "sistema reprodutor de pessoas com pênis e vagina", segundo ele, para desconstruir desde cedo na cabeça das crianças. Eu disse que discordava, pois sexo e gênero são coisas diferentes e o que estávamos abordando era somente sobre sexo. Uma das meninas concordou comigo, mas depois dos 3 áudios que ele mandou explicando o ponto de vista dele, ela mudou de ideia e concordou, então eu fiquei quieta e na apresentação, essa menina usou os dois termos e ele usou somente o sugerido por ele. Depois da apresentação, ele fez questão de dizer para uma das meninas do grupo que não pôde ir que a apresentação foi ótima e que a professora havia elogiado a nomenclatura que ele sugeriu dizendo ser um ponto muito importante do trabalho, o que pra mim foi estranho, pois em nenhum momento presenciei ela dizer isso. Então na semana seguinte fui falar com ela em particular para saber se ela disse isso e ela não só me disse que não falou, como concordou comigo que eram coisas diferentes e que não deveriam ser trazidas para as crianças daquela idade. Ela ficou de falar com a professora responsável pela disciplina sobre isso para ver se caberia fazer uma observação com a turma sobre essa questão, então eu pedi a ela pra não me expor devido à perseguições. Resumindo, me senti hostilizada por esse rapaz (que outro dia estava dentro do banheiro feminino tranquilamente) e depois, "afrontada" com as mentiras que ele disse.”
15. “Sou ativista feminista radical. Trabalho 4 dias em casa, na modalidade remota, e 1 dia presencialmente, portanto, meu convívio social propiciado pelo trabalho é reduzido, o que reduz também as ocasiões de incidentes com outras perspectivas políticas. Desse modo, boa parte da coação que sofro por defender os direitos das mulheres e meninas com base no sexo não acontece contra mim diretamente, mas de maneira indireta. Tenho diversas companheiras ativistas feministas que relatam experiências violentas e traumáticas por pensarem como eu. Isso, obviamente, afeta a todas as ativistas feministas que defendem os direitos das mulheres e meninas com base no sexo e nos coloca em situação de alerta, de maneira que, no meu caso, por exemplo, me faz avaliar bem onde, como e o que falar e, frequentemente, não falar sobre certos assuntos. Como ativista, todas as pessoas ou organizações que já me convidaram para palestrar ou que desejaram me entrevistar sabiam do meu posicionamento político e, em geral, estavam alinhadas com ele. Por outro lado, não me sinto segura em muitos espaços em que predomina a crença na Teoria da Ideologia de Gênero, mesmo quando são públicos ou eventos financiados com dinheiro público. Entendo que essa é uma forma de impedir que feministas que defendem os direitos de mulheres e meninas com base no sexo acessem esses recursos culturais/sociais/políticos/acadêmicos etc.”

16. “Minha experiência com esse tipo de coação aconteceu pela primeira vez em 2017 quando eu fazia parte da organização de uma coletiva que fez uma roda de conversa sobre saúde sexual de mulheres lésbicas/bi. Na época tivemos que mudar o local e deixar oculta a informação pública sobre o mesmo por medo. Recebi diversas mensagens pelo Facebook de ameaça de denúncia no conselho de psicologia. Na segunda vez eu já havia sido difamada por um grupo de pessoas aqui na minha cidade por conta da primeira vez que relatei acima. Depois da pandemia eu fui a um cinedebate, quando fui abordada por uma mulher e um homem que se identifica como mulher. Nesse dia fui questionada sobre minha "transfobia" mas deixei eles falando sozinhos. No dia seguinte meu nome estava sendo vinculado ao crime de racismo e transfobia, essa mulher postou vários stories me chamando de nazista com meu nome e tudo, dizendo que eu merecia apanhar.”
17. “Sou professora de artes marciais para mulheres e sofri ameaça de uma aluna trans. Postei nas minhas redes sociais uma relação entre a anatomia do sexo masculino e as opressões que sofremos sistematicamente, ela me ameaçou dizendo que iria me agredir fisicamente se eu continuasse a relacionar corpos masculinos à opressão patriarcal. Eu procurei ajuda entre as minhas alunas e amigas feministas na época e não recebi apoio, retirei a publicação do ar porque me senti coagida. Desde então tive mais 2 alunas trans e começou a ocorrer desconfortos por parte das outras alunas mulheres, o que gerou discussões intermináveis. Decidi não abrir mais aulas para mulheres trans, e sim somente mulheres e homens trans. Não concordo conceitualmente com o termo CIS, posto que eu nunca me identifiquei com o gênero que me foi designado, sou uma artista marcial e se eu tivesse de acordo eu seria uma paqueta siliconada, tive que desconstruir muitos traumas para me afirmar como a mulher que sou e que me identifico. Me sinto coagida porque minha subsistência depende do meu trabalho como artista marcial para mulheres, tenho outras fontes de renda mas sou autônoma da área cultural, não posso ser cancelada. Escuto diariamente relatos e situação de mulheres que foram abusadas fisicamente, tenho amigas que sofreram feminicídio, quase morri por conta de um aborto clandestino, eu vivo o corpo porque é por ele que entendi e compreendi meu lugar de fala. Trabalho através do corpo de muitas mulheres a estrutura social, psíquica, afetiva, histórica, emocional e física dos abusos sistêmicos do patriarcado, o corpo é meu lugar de fala e meu lugar de ensino, a teoria queer não condiz com meus aprendizados e ensinamentos ancestrais das artes marciais e muito menos com as condições atuais dos corpos das mulheres com quem trabalho.”
18. “Hoje, me sinto amordaçada e com medo de não conseguir um emprego ou perder capacidade financeira por expressar minha opinião sobre como a teoria de identidade de gênero aplicada a políticas públicas e à ciência pode ferir os direitos de mulheres e crianças.”
19. “Sofri ameaça de processo por transfobia por falar que homem não é mulher nos comentários do Instagram do Ministério da Mulher. A pessoa trans (homem que se identifica como mulher) que me ameaçou de processo também ameaçou muitas outras com base na lei do racismo. Ela também disse que "mulher é igual feijoada, as melhores vêm com linguiça" além de mandar as mulheres que reclamavam "retirar o útero" (?)”

20. “Ao tentar fazer parte do coletivo feminista do PCB [Partido Comunista Brasileiro], indicando que eu não subscrevia à teoria queer, eu fui avisada pelas integrantes do mesmo que eu não teria qualquer espaço para esse debate, que eu poderia até falar, mas teria que acatar decisões superiores (ou seja, sem espaço real de debate). Ao indicar que eu não considerava que deveríamos substituir o sexo pelo gênero e que isso tem fortes consequências para as mulheres e meninas, fui perseguida e ameaçada pelo Comitê popular de lutas regional que eu ajudei a formar, com acusação de transfobia, exposição e difamação em redes sociais.”

“No coletivo de mulheres que eu participava, todo o meu desconforto foi invalidado. Uma pessoa do sexo masculino transidentificada começou a fazer parte do coletivo e pautar coisas que eram prejudiciais às mulheres, principalmente em favor da Lei da Alienação Parental. Essa pessoa tinha um processo em andamento com acusação de ter cometido estupro de seus filhos, e se valia da pseudo-tese da alienação parental para tentar reverter o processo.”

21. “Na universidade, estão tentando produzir uma denúncia para me expulsarem, por eu fazer a defesa pública do feminismo radical.”
22. “Embora saiba mais sobre o tema do que todos os meus colegas e tenha sido expressamente convidada para participar da comissão de diversidade quando esta foi criada no órgão público no qual trabalho, não tive coragem de participar, por saber que minhas opiniões sobre sexo como mínimo denominador comum necessário para definir aquelas que podem ser chamadas de mulher e gênero como opressão seriam consideradas “transfóbicas” e poderiam gerar perseguições. Como resultado, criaram políticas públicas que beneficiam “mulheres trans” (pessoas do sexo masculino) mas não “homens trans” (pessoas do sexo feminino), o que não faz o menor sentido no contexto em questão. Já perdi amigos simplesmente por dizer que homens não se tornam mulheres mesmo que se identifiquem com os símbolos da feminilidade e sei que debater o tema na internet pode gerar violências muito sérias e que saem das redes para a vida real, pois há anos acompanho mulheres que vêm sofrendo violências seriíssimas nas mãos de quem se declara apoiador do transativismo. Nas redes sociais as violências e ameaças por qualquer fala que mencione a materialidade de ser mulher (em geral sem nenhuma menção a pessoas transidentificadas) são diárias, com xingamentos que vão de transfóbica a nazista e racista e ameaças de estupro e violências variadas.”
23. “Sou médica do trabalho, na empresa onde trabalhava havia homens trans identificados usando o banheiro feminino e querendo participar de eventos exclusivos para mulheres como os de 08 de março. Fui advertida pelo RH que eles tinham o direito de participar por serem mulheres.”

“Uma vez em redes sociais fiz um comentário em um post sobre um homem transidentificado e fui exposta.”

24. “Tem uma pessoa do sexo masculino transidentificada como mulher que persegue mulheres críticas de gênero nas redes sociais, em especial no Facebook, criando contas fake geralmente com nome de tais mulheres e enviando todo tipo de ameaça nas mensagens privadas. Também sei que meu perfil consta como marcado numa extensão chamada shinigami eyes para navegadores

como google chrome, que identifica por cor quão amigável ou não com auto identificação a pessoa é. Estou marcada em vermelho, como transfóbica (risos). Isso serve para empregadores investigarem candidatos, por exemplo. A pessoa que estiver marcada não consegue visualizar, fui avisada por amigos também críticos de gênero mas que não estavam marcados e conseguiram visualizar o meu status. Também já tive comentários e posts denunciados e removidos no Facebook, além de ficar impedida de usar minha conta por 30 dias diversas vezes por declarar ou questionar sobre crítica de gênero e afins. Fiz parte do coletivo defesa pessoal pras minas e fui passiva-agressivamente convidada a me retirar coincidentemente após começar a manifestar ideias críticas de gênero nas redes sociais.”

25. “Sou uma mulher com menos de 30 anos, que depois de muito tempo aplaudindo os ideais "progressistas", em algum momento viu a necessidade de fazer uma análise racional dotada da materialidade dos fatos. Imagino que isso ocorreu quando percebi que a violência imposta a mim pela minha existência, independente da minha consciência, passou a ser o sustentáculo de um movimento dentro do espectro político ao qual eu me identifico. Movimento ao qual eu inicialmente aplaudi, sem compreender seu fundamento. Nós, mulheres, estamos perdendo o direito arduamente conquistado de ter voz política, de não aceitar violência. Porque a própria denúncia desencadeia mais violência. No questionário minhas respostas informam que não sofri ameaça ou violência por expressar minha opinião a favor da manutenção e ampliação dos direitos das mulheres baseados no sexo. E o motivo é porque simplesmente não me expresso. Pois vejo as coisas absurdas que ocorrem às mulheres que expõem suas opiniões neste assunto, desde lichamento virtual à ameaça de estupro, e destruição de reputação. Vivemos com medo. Medo de perdermos o que temos, nosso emprego, nossa liberdade (vide o ativismo jurídico). Desde que fui coagida sendo chamada de transfóbica por expressar desacordo com a teoria queer entendi que, infelizmente, eu não poderia me colocar em risco e seria melhor guardar a verdade para mim, pois uma pessoa, sendo mulher, amazonida e pobre sabe que tem muito a perder.”
26. “No meu grupo de pesquisa fui banida de ter a palavra. Sou socióloga, e tinha uma pesquisa sobre violência sexual, mas as pessoas queriam nomear a violência de gênero. Ao expor minha negação e indignação frente ao título e explicar que gênero é uma construção social e não podemos colocar no mesmo saco "mulheres trans" que foram socializadas como homens e mulheres, sofri retaliação, fui expulsa da pesquisa. Quando apresentei dados científicos de outros lugares que fazem a distinção, pegaram meus dados e decidiram que eu não era mais bem vinda na equipe, e fui convidada a me retirar. Não expulsa, convidada a me retirar, assim, justamente para não darem explicações. Ao procurar o responsável pela pesquisa, esse ficou incontactável e fugindo de mim até o senso acabar e eu finalmente consegui falar com ele, mas como ele mesmo disse, "agora já é tarde você deveria ter me procurado antes" depois de 6 meses de email, chamadas e recados. Até carta em correio registrado eu enviei.”
27. “Um travesti ameaçou esmagar meu crânio com pisões, e uma "mulher" trans já ameaçou quebrar meus dentes e me "cobrir de porrada”.

28. “Nesse exato momento estou sendo nomeadamente acusada de transfobia em um artigo acadêmico publicado pela Universidade Federal de Minas Gerais disponível no link: <https://www.scielo.br/j/vh/a/qvMKX837sK6RSrdPp4b4zbd/?lang=pt>”
29. “Fazia parte de um grupo de formação em vinyasa Yoga, gastei tempo e dinheiro. Fui cancelada e execrada por não concordar com o delírio queer. Chamada de Bolsonaroista, facista, enfim. Isso afetou demais minha saúde mental, meus ganhos, o acesso ao curso (teria acesso ainda, mas não consigo nem quero mais). Hoje praticamente parei de dar aulas de yoga e voltei à tecelagem manual, que foi minha profissão por 25 anos.”
30. “Psicóloga graduada em Universidade Federal há mais de 10 anos, já atuei por anos em ambientes hostis para mulheres, como é o caso das Forças Armadas, mas jamais experimentei tamanha violência durante a minha carreira, como após a subscrição do Conselho Federal de Psicologia à Teoria da Identidade de Gênero. Já lidei com oficiais gerais deslegitimando o papel da psicologia por diversas vezes, mas jamais me vi precisando debater negacionismo científico com nenhum deles. Jamais precisei abrir mão da realidade factual, da materialidade do caráter sexuado dos seres humanos. Jamais me vi precisando afirmar ou reafirmar crenças como fio condutor da minha prática profissional. Sempre estive ciente das implicações éticas, metodológicas, técnicas e humanitárias necessárias para o respeito à crença das pessoas assistidas... Na clínica, na área de Recursos Humanos, no serviço público ou em qualquer área em que já atuei enquanto profissional da Psicologia... Ser coagida pelo próprio Conselho de classe a atuar sob condução afirmativa de crenças, negando uma atuação exploratória, ética, responsável e técnica, silenciando e sob ameaça de sanções, é desesperador. Além de um prejuízo às próprias pessoas assistidas.”
31. “Dez anos atrás ainda pegava um pouco mal prejudicar estudantes por conta da ideia de “identidade de gênero”, principalmente estudantes mulheres estudando a condição das mulheres, como era meu caso. Meu orientador, que vivia insistindo para eu citar casos de homens de vestido em altos postos de empresas de tecnologia como se fossem casos de mulheres bem sucedidas (em uma área praticamente impenetrável às mulheres como é a Computação), simplesmente abriu mão de me orientar, ainda que tenha continuado assinando os papéis. Eu só não desisti do mestrado porque meu programa de pós-graduação estava sendo avaliado pelo MEC na época e não poderia se dar ao luxo de ter mais alunos desistentes. Fiz minha pesquisa tateando no escuro e só fui amadurecer como pesquisadora – e entender o que de fato aconteceu comigo; eu achava que o problema era a personalidade do meu orientador, que eu poderia ter uma discordância tranquila com ele nesse assunto – depois do seu término.”
32. “Além do usual de bloqueios no Facebook e discussões com transativistas agressivos, no ano passado me ocorreu algo que me deixou chocada: uma amiga veio me avisar que certas pessoas que não gostavam de mim planejavam mostrar minhas publicações radfem de redes sociais e pedir minha expulsão para o coordenador do curso. No início, eu nem acreditei. Eram pessoas não transativistas (até onde sei, alguns de extrema direita), mas que não gostavam muito de mim. Talvez eles identificaram que ir contra o transitivo pudesse ser algo prejudicial para mim, enquadrar em algum tipo de preconceito. Por via das dúvidas, apaguei tudo e não posto mais

nada. Foi muito difícil conseguir bolsa 100% em Medicina, sinto mais vontade de expor esse tema, mas infelizmente não posso arriscar.”

33. “Depois que denunciei os crimes que cometem contra mim, minha vida se tornou pior do que sofrer calada. As vítimas são uma segunda categoria na sociedade; são desacreditadas, chamadas de loucas. São ataques de todos os lados e a todos que amamos. As punições precisam funcionar, pois com a esperança de fazer o correto para viver livre, acabei em auto cárcere, vivendo com medo real, sofrendo mais ameaças do meu agressor e das instituições que ele usa para continuar me agredindo. Tudo e todos se tornam armas nas mãos deles, até os próprios filhos.”
34. “Não sofri ameaça ainda porque tenho medo de me posicionar sobre concordar com o feminismo radical em oposição a ideologia de gênero. Muitas vezes me calei com medo de retaliação, principalmente nas redes sociais, faculdade e rede de amigos porque vejo muitas feministas postando sobre como são atacadas quando querem defender seus direitos baseados no sexo.”
35. “Apesar de o formulário ter a informação de que não utilizariam meu nome verdadeiro para divulgação, eu realmente tenho muito medo de retaliação e de ser prejudicada em meu meio pessoal e profissional, então usei um pseudônimo e um e-mail a que tenho acesso. Mas eu queria relatar o suicídio da Noelle Matos (tatuadora @farfallaink), que perdeu clientes e foi fortemente atacada por transativistas após expressar opiniões de discordância com a teoria de identidade de gênero. Não dá para saber se o suicídio teve realmente relação direta com os ataques, mas acho razoável pensar que sim, teve.”
36. “Foram incontáveis os números de unfollow e cancelamento por pessoas próximas que simplesmente se recusaram a dialogar sobre o assunto e automaticamente me taxaram de conservadora transfóbica... já me acostumei a perder amigos e network por expressar minha opinião. Dentro do trabalho eu nem me atrevo a falar se não estou rodeada de pessoas em que confio.”
37. “Estive presente como convidada em um encontro de amigos que estava acontecendo em um terreiro de candomblé. O Pai de Santo da casa me recebeu com muito carinho e logo iniciamos uma conversa que passou por diversos assuntos. Em um determinado momento, uma mulher que conheci no local também se aproximou e nós três iniciamos conversas sobre políticas públicas para pessoas em situação de vulnerabilidade social. Me sentindo segura e acreditando que talvez pudesse ser um bom momento para compartilhar meus incômodos com as questões referentes à imposição do discurso da Teoria da Ideologia de Gênero, declarei que me preocupava com a perda do direito de ter espaços públicos exclusivos para humanas fêmeas adultas (como banheiros, espaços em hospitais, espaços de partilha, cadeia, etc) e como achava injusto assistir à invasão de homens nas categorias esportivas exclusivamente femininas. Também disse que entendia a política de afirmação de gênero com crianças assustadora no incentivo da mutilação dos corpos em cirurgias precoces. Fui interrompida em minha fala pelos dois que me olharam com um olhar de reprovação e assombro. O pai de santo me disse que meu discurso era transfóbico e que poderia ser perigoso para mim declarar essas coisas em outros ambientes. A mulher me convidou a refletir se eu não estava sendo influenciada pelo mesmo discurso que

espalhou a fake news da mamadeira de piroca. Ambos me afirmaram que esse discurso de contágio social era reacionário e facista. O clima pesou. Fiquei constrangida, chamei um uber e vim pra casa. Depois disso procurei espaços seguros nas redes sociais para me informar e compartilhar minhas reflexões. Foi assim que cheguei no coletivo Correnteza Feminista. Abraços, obrigada.”

38. “Deixei um comentário em uma página pública e recebi DM com ameaças de alguém que discordou do meu posicionamento.”
39. “Há até 4 meses atrás eu era apoiadora do movimento trans, mas ao perceber que os direitos e garantias das mulheres e meninas eram atacados diretamente, entendi que era hora de olhar com senso crítico e mais atenção. Vi o quanto é importante defender espaço, direitos e tudo que garanta segurança e bem estar das mulheres. Ao mudar de lado, venho sofrendo críticas por parte de amigos e familiares, inclusive me chamando de nazist@ entre outras coisas. É muito difícil ver o quanto nós mulheres não temos nossos direitos garantidos permanentemente!!!”
40. “Trabalho como funcionária pública e, nesse espaço, a única opção é me manter em silêncio sobre o assunto por medo de sofrer processo administrativo e perder um dos meios mais importantes de sustento. No meu trabalho enquanto terapeuta clínica particular, por já ter exposto minhas opiniões sobre o assunto em redes sociais ou em rodas de amigos e/ ou trabalho, as pessoas me discriminam e encaminham pacientes para outras pessoas. Com isso, há uma relevante perda material, tendo em vista que atendo pessoas progressistas e acabei ficando com a “fama” de reacionária. Como se eu alimentasse um ódio às pessoas transidentificadas e fosse responsável pelos preconceitos e discriminações que sofrem.”
41. “Existe uma resolução do CFP de 2018 que orienta a classe a afirmar qualquer auto percepção acerca de identidade de gênero do paciente. Essa orientação vai contra todas as abordagens utilizadas na Psicologia e entra em conflito inclusive com nosso próprio código de ética profissional. Eu, assim como vários colegas, evito esses pacientes e até mesmo falar sobre o tema, para não sofrer sanções. Tenho colegas que já sofreram advertências por causa dessa resolução. Ela, na prática, impede o exercício profissional com pacientes com esse tipo de questão identitária.”
42. “Como advogada atendo inúmeras mulheres que são vítimas de perseguição e linchamento moral quanto aos seus posicionamentos contra políticas de gênero. Muitas não continuam processos por vulnerabilidade econômica e por medo de sanções sociais maiores do que vivenciam.”
43. “Desde que comecei a me posicionar nas redes sociais com relação aos danos sociais da ideia de identidade de gênero, fui oficialmente desconvidada de uma palestra, em uma universidade privada, acerca de Economia do Cuidado, e tive outros dois desconvites não justificados, que acredito serem devido ao meu posicionamento. Na universidade privada, falei extensamente com os organizadores, mostrando os motivos do meu posicionamento, bem como bibliografia sobre o tema, mas ainda assim, os alunos transidentificados haviam se mobilizado internamente assim que meu nome foi divulgado, reagindo com tamanha agressividade que os organizadores ficaram

com medo do que poderia acontecer, ainda que eles mesmos admitissem que só tinham referências boas a meu respeito e não entendiam nada com relação a esse debate especificamente. A outra palestrante (mulher) disse a eles que também preferia que eu não participasse pois ela já tinha estado em situações onde esse debate surgiu e isso desagradava a ela. Nas redes sociais, já fui chamada de "nazista" pelo meu posicionamento e ameaçada de processo, bem como tive posts apagados e uma conta deletada pelo instagram. No meu trabalho, já falei detalhadamente com minha chefe a respeito dos problemas da identidade de gênero, com referências e dados a respeito, e mesmo ela concordando com vários pontos, ficou claro que não podemos falar sobre isso abertamente, mesmo sendo um lugar onde supostamente o pensamento crítico é valorizado.”

44. “Sou feminista radical crítica de gênero, já tive medo de expressar críticas e minhas opiniões acerca da teoria queer (teoria de identidade de gênero) e sofrer perseguição, ameaças, violência, devido aos relatos de mulheres que foram corajosas em se expressarem e sofreram perseguição e foram postas na fogueira da inqueersição. Felizmente até agora nunca sofri perseguição, pois só expressei minha opinião em meios mais íntimos, mas caso um dia eu precise me expressar a respeito das minhas opiniões sobre a teoria Queer eu espero ter forças pra enfrentar esses misóginos.”
45. “As represálias que sofri são em geral me colocar como transfóbica, feminazi, dizer que eu sou mais inteligente que isso, dizer que eu sou radical e que nada que é radical é bom. Em geral são de colegas advogadas ou ativistas feministas. Quando tratei de questões do banheiro, por exemplo, foi dito porque eu pressuponho que o corpo masculino é pretensão a prática de estupro... isso de uma professora acadêmica, com doutorado em gênero. Em outra situação fui taxada de transfóbica por falar também sobre banheiro, nesse caso minha colega e amiga me disse “sai com transfobia pra cima de mim, quero nem saber”. É complexo. Passei a tratar a questão em terapia e só iniciei terapia com psicóloga feminista que eu investiguei ser alinhada ao meu posicionamento. Me sinto amordaçada em diversos aspectos e sinto muito por isso vir, na maioria das vezes, de pessoas que têm espaço político e grande inserção pública. Sinto medo de represálias, exclusões, e por participar de espaços públicos como escolas (em que dou aula), coletivos e conselhos, acabo controlando muito o que falo.”
46. “Eu lia sobre feminismo radical há anos, porém nunca tinha me posicionado como rad. Quando comecei a me posicionar, várias pessoas começaram a se afastar de mim. Mas o pior não é nem isso e sim as ameaças e insultos. Uma vez li um Tweet que dizia que feminista radical não merece sororidade e que merecem levar um pau. O pior de tudo é que isso foi tuitado por uma pessoa que era próxima a mim. Comecei a deixar de ir em lugares que são frequentados pelo movimento queer, porque eu sei o quanto esse movimento é agressivo e misógeno.”
47. “Evito realmente realizar publicações, mas sempre recebi ataques de ódio direcionados às minhas redes sociais pela defesa dos direitos das mulheres, nunca tive apoio e os danos são incontáveis. Não existe diálogo, o receio das críticas é real também. Parece que esqueceram pautas essenciais para manter algo que está em alta, dando visibilidade.”

48. “Nunca sofri coação ou ameaça, mas também nunca expressei, na universidade pública e em certos grupos ditos progressistas, minha descrença sobre a teoria queer. Tenho certeza que, caso soubessem que vejo homem/mulher como sexos, seria perseguida por outros alunos e teria qualquer possibilidade profissional destruída. Vejo cotidianamente gente sendo exposta e, de certa forma, linchada por simplesmente "errar" (sem má intenção mesmo) um pronome. Na universidade temos que tomar cuidado para não demonstrar surpresa ao ver um homem no banheiro, um simples olhar já poderia ser denunciado como transfóbico.”
49. “Tive o privilégio de não ter sofrido muitos casos de ameaças de violência direcionados pessoalmente a mim. No entanto, isso apenas ocorreu pois, quando surge o assunto, me calo. O nível de animosidade direcionado às assim chamadas "TERFs" é alarmante. Nunca me senti segura em expressar minhas opiniões nesse sentido por medo desse tipo de retaliação. Especialmente em espaços políticos onde já atuei (FAG e UP) - quando o tópico de "gênero" surge, imediatamente começam as admoestações direcionadas às mulheres críticas de gênero - chamando-as fascistas, escória, ameaçando de violência física e, até mesmo, paredão. Curiosamente, esse discurso costuma ser iniciado pelos indivíduos do sexo masculino. Por outro lado, as pessoas com quem mais me sinto confortável de discutir meu posicionamento também são do sexo masculino - depois da minha própria companheira. A situação em que sofri ameaças direcionadas pessoalmente a mim foi a seguinte: no grupo da banda de que faço parte, discutíamos a possibilidade de fazermos um set de compositoras mulheres. Um dos membros sugeriu uma música da pessoa que compõe para o Against Me!, agora conhecida como "Laura Jane Grace". Eu nem disse nada demais, apenas respondi com um emoji "🙄", e disse que preferia escolher uma música de outra pessoa, ao que o baterista respondeu "morte às TERFS". Dentro do contexto da conversa, o comentário só podia ser direcionado a mim.”
50. “Sou artista performática, produtora cultural, escritora e pesquisadora da cultura popular brasileira. Através da minha pesquisa autônoma percorri os 27 Estados do Brasil e vivi diferentes realidades. Minha renda vem de diversos trabalhos, como panfleteira, garçoneiro, auxiliar de cozinha e alguns freelancer de arte e design. Estava realizando uma oficina de teatro, através de um coletivo apoiado por uma fundação, administrada pela prefeitura da cidade, com diversos alunos. Durante esse curso professores erravam os pronomes de pessoas transidentificadas e uma professora negra foi violentada verbalmente em sala de aula. É necessário contextualizar essa violência pois ela ocorreu primeiro. No dia todos ficaram com medo, afinal a travesti gritou, bateu no chão, ofendeu a classe toda. Dias depois na aula de comunicação de um professor, que defendia que as palavras mudam com a história e as necessidades sociais e então fiz a pergunta: “Qual a definição da palavra mulher?”. Nesse momento o rapaz, que no início do curso se dizia apenas DRAG QUEEN, se levantou e disse que eu estava sendo transfóbica. Foi até a coordenação e juntamente com o professor me acusaram de transfobia. A gestora cultural, uma mulher que fez questão de dizer que era lésbica disse que era para esquecer a ciência como conhecemos e para queimar os dicionários. Disse que eu havia cometido um crime e nesse diálogo eu continuava a perguntar, e ninguém me dava uma resposta. Diante disso sugeri então que começássemos a criar o novo significado então da palavra mulher, já que ninguém conseguia responder a uma simples pergunta. O tempo passou, o resto dos alunos foram embora e deu por terminado. Após isso, no grupo de Whatsapp da sala foram realizados diversos áudios, inclusive ameaçadores. Não retornei

ao curso por medo, tive crise de pânico ao sair na rua após esse evento com medo de encontrar algum aluno e sofrer violências e me assustou que não tinha apoio de nenhum aluno e muito menos de um corpo técnico que se diz da cultura e educação. O único apoio que recebi foram de mulheres e mães que não estavam em sala mas que lutam pelos seus direitos. Não procurei a justiça por motivos óbvios e penso em sair da minha área de formação que é artes para qualquer outro setor que não sofra repressões desse nível. Ser uma mulher artista que defende mulheres e crianças é uma sentença de adoecimento, no mínimo.

51. Eu tenho muita cautela com quem abordo temas relacionados a sexo. Atualmente apenas o meu namorado sabe como penso, no máximo converso sobre isso através de mensagens privadas na minha conta pessoal do Instagram. Ainda sim tenho medo de alguém notar padrões nas páginas que sigo em contas pessoais. Tenho apenas uma conta em que não exponho minha identidade e que apoiei abertamente os questionamentos à teoria queer e outras propostas semelhantes. Em poucos meses abandonei a conta por sobrecarga e medo, já que usei um e-mail que poderia ser associado à minha identidade. Na faculdade, ouço constantemente as ameaças feitas a críticos de gênero ou feministas radicais, por isso tenho medo de qualquer exposição, mesmo que mínima. Tenho deficiências, seria muito fácil me atacar fisicamente. Os banheiros da minha faculdade já não são mais exclusivos por sexo, e evito usá-los por medo. Já fui abusada sexualmente, aprendi com a minha mãe a evitar banheiros vazios ou afastados. Só entendi os motivos depois de adulta. Já fizeram comentários em tom de ameaça a pessoas que se posicionam contra ou questionam teorias de identidade de gênero ou que apoiam direitos baseados no sexo DENTRO DO MEU CARRO. Conheço pessoas que já foram expostas, impedidas de frequentar espaços e agredidas em ambientes universitários. Vivo em pânico porque sei que não aguentaria passar pelas consequências físicas e mentais que tantas outras mulheres passaram e passam por expor seus pensamentos.
52. “Sou filiada ao PSOL ainda, mas fui exposta e alvo de piadas por toda a esquerda da cidade quando questionei o desmonte do mandato coletivo (mandata). Enfim, não é um local para mulheres, só são ouvidos os cooptados pelo Queer ou os homens que são muito bem tratados no partido. Às mulheres o escárnio, nossas pautas reais não são nem contadas.”
53. “Já fui intimidada, rejeitada, debochada e excluída entre pessoas que inicialmente pareciam amigas/colegas, olhares tortos em situações de trabalho. A manipulação também é frequente. Em redes sociais a agressividade é ainda maior. Me sinto acuada e silenciada por tentar lutar pelos meus direitos enquanto mulher e por outras também. Isso é fator de risco de adoecimento por crises de ansiedade e depressão.”
54. “Sou uma estudante universitária e comecei a compartilhar em minhas redes sociais meu posicionamento contrário ao transativismo relacionado ao uso de banheiros, vestiários, esportes e presídios femininos. Mesmo publicando em uma parte restrita das redes, os colegas estavam tirando prints e me expondo em grupos do WhatsApp em que eu era chamada de transfóbica e vários outros xingamentos.”

55. “Fui acusada de ter sangue de pessoas trans nas mãos por defender a sugestão de proposta legislativa de criminalização da misoginia apresentada pela professora Valeska Zanello, que é baseada em sexo e não em identificação de gênero.”
56. “Uma vez, uma amiga muito querida que é crítica da teoria de gênero e pós-graduada em Ginecologia Natural (GN) fez uma postagem falando sobre o apagamento do termo "mulher" dentro da GN, além de ter feito uma crítica no âmbito das políticas públicas de saúde que levam ao reducionismo das mulheres às suas características sexuais biológicas como "pessoas que menstruam" e "pessoas com útero". Eu simplesmente, por concordar com seu ponto de vista e compreender que a postagem estava muito bem fundamentada e esclarecida, compartilhei a postagem. Não demorou nem duas horas para eu receber mensagens no privado de pessoas da comunidade LGBTQIAP+ me acusando de crime por transfobia, por estar simplesmente concordando com uma crítica ao sistema de saúde, que deveria sim pautar suas políticas públicas em sexo e não em gênero, visto que o corpo feminino tem um apagamento gigantesco na ciência (basta ver a quantidade de diagnósticos de mulheres que são tidos como doenças crônicas incuráveis, como o caso da endometriose, sem contar a medicalização excessiva como "tratamento"). Mesmo sendo uma mulher bissexual, não demorou pra minha orientação afetivo-sexual ser questionada.”
57. “Fui exposta publicamente nas redes de 2 trans por defender, em meu perfil, que uma enfermeira não perdesse seu emprego por ter simplesmente chamado um travesti de “ele”. Recebi ameaças de todos os tipos, e meus filhos também. Sempre que me posiciono na internet sofro ameaças.”
58. “Costumo expor críticas em posts de redes sociais como instagram e twitter e por diversas vezes fui ameaçada de estupro por pessoas do sexo masculino transidentificadas como mulheres e travestis. A ideia é sempre que mulheres precisam da resposta falocêntrica para aprender a respeitar.”
59. “Eu não me posiciono abertamente sobre isso por medo de sofrer violência e represálias, sou uma mulher que vive sozinha, sem família, sem marido, sem cachorro. Tenho medo de perder meu emprego e de ser marcada socialmente, me tornar vítima de injúrias por parte da comunidade em que vivo, inclusive meus alunos, colegas de trabalho e amigos. Já tentei conversar com algumas amigas mais íntimas mas não me senti acolhida e tive medo de ser cancelada se insistisse. Eu me silencio e odeio viver assim, mas tenho muito a perder e não me sinto segura, nem confiante em meus argumentos. Eu sou sobrevivente de violência doméstica na minha infância e de um relacionamento abusivo, faço terapia, mas tenho muita dificuldade em reagir e me expressar de forma articulada quando alguém fala de forma violenta comigo, ou deslegitima minha fala, por isso também me silencio. Mas eu leio Audre Lorde e sei que o silêncio não vai nos salvar. Eu quero não mais me calar, e acho que aqui já comecei a dar o primeiro passo.”
60. “Um centro acadêmico da universidade em que atuo na política de assistência estudantil, fez uma publicação no feed falando que "Feminismo radical não cabe no serviço social" e colocaram o que era feminismo radical e lesbofeminismo, na visão deles. Eu repostei a postagem nos meus stories (meu Instagram é privado e não faz relações ao meu espaço de atuação profissional), fazendo

algumas ponderações de modo dialético, crítico e respeitoso. No dia seguinte, a minha chefia imediata e a pró-reitora me convocaram pra uma reunião e informaram que na tarde anterior, o coletivo trans, juntamente com outros coletivos da universidade (col. negro por exemplo), foram até elas e solicitaram para que eu não atendesse mais os estudantes trans, por ser feminista radical e pelo meu posicionamento ser transfóbico, apenas por seguir a teoria. E que elas acataram esse pedido deles e que a partir de então, eu não atenderia mais as pessoas trans. Após a reunião eu pedi uma relatoria para minha chefia imediata, via whatsapp, e ela disse que no momento não conseguiria mas enviaria. Após uma semana, enviei formalizado por e-mail o pedido da ata. Também não tive respostas. Então, quase um mês depois, compareci até o meu conselho profissional, relatei a situação ao conselho de fiscalização, e pedi orientação. As agentes fiscais relataram que pelas postagens que eu mostrei a elas, realmente não houve nenhum ato transfóbico, que estava me posicionando muito coerente. Reforçaram também que é minha rede pessoal e um posicionamento pessoal e que a instituição falhou em não ter tido uma conversa comigo antes de acatar o pedido do coletivo trans. Me orientaram a enviar novamente um e-mail para a chefia e pró-reitora, com "considerandos" e dando prazo para envio da relatoria. Eu fiz isso e enviei o e-mail, o qual tive uma resposta no dia seguinte, alegando que foi "desnecessário o rol de considerandos" e também com informação errônea dizendo que o afastamento do atendimento às pessoas trans foi "devido ao seu posicionamento frente à população trans". Em nenhum momento na postagem eu me posicionei sobre as pessoas trans, apenas sobre o feminismo de raiz e lesbofeminismo. Nesse meio tempo todo, eu tive acesso a algumas atas das reuniões do CA, em uma delas dizia: "A Rede trans descobriu que tem uma assistente social radfem na PRAE e vão falar com a pró-reitora para cobrar que os estudantes trans sejam retirados da lista de atendimento dela." Em outra: "Ainda, no mesmo dia, ocorreu reunião com a PRAE a respeito da conduta transfóbica de uma assistente social, foi deliberada em reunião que ela não irá mais atender estudantes trans". Ainda, segue: "Ocorreu uma reunião com a PRAE chamada pelo coletivo TRANS para expor as atitudes transfóbicas de uma assistente social que atua na PRAE. [A pró-reitora] se negou a olhar as claras evidências transfóbicas no post da assistente social. Depois de muita insistência, a [pró-reitora] se dispôs a afastar a assistente social do atendimento de pessoas trans. A Rede Trans está organizando uma reunião a respeito de afastar a assistente social do cargo"

61. "Na verdade sou bem "no armário" com essa questão. Não tenho por costume discutir muito, defender meus pontos com tanta veemência. Então, sempre procuro paz. Discuto mais no contexto de amizade ou quando vejo que há abertura da outra pessoa."
62. "Uma vez me pronunciei no Instagram acerca das diferenças de violências que pessoas que nasceram do sexo feminino sofrem desde o nascimento, argumentando que o sexo é sim importante de ser levado em consideração na hora de se pensar em políticas públicas, e que é perigoso colocar o gênero como critério em tudo visto que na grande maioria das opressões que as mulheres sofrem a raiz dessas opressões é o sexo (estupro, mutilação genital, maternidade compulsória, violência obstétrica, pobreza menstrual). Um homem (do sexo masculino) me acusou de transfobia."

63. “Minha psicóloga me chamou de transfóbica porque declarei que sou contra travestis (uso essa palavra para me referir a homens que se dizem mulheres) ocuparem vagas de mulheres nos partidos políticos. No meu trabalho não emito opinião sobre as políticas de "inclusão e diversidade" porque com certeza seria censurada ou perseguida.”
64. “Nunca fui impedida de trabalhar do meu jeito dentro do meu consultório privado, mas eu trabalho com medo, porque não sigo o modelo afirmativo de gênero. Amigos próximos já me chamaram de transfóbica e antiética, mas as pessoas com disforia de gênero que já atendi se mostram muito gratas a mim, o que acho positivo e demonstra que tem uma ética em cena sim. Uma aposta não medicalizadora para o desconforto de habitar o próprio corpo.”
65. “Algumas perseguições, intimidações e violências verbais por mensagens diretas em meu perfil do instagram tais como: “todo mundo já está sabendo que você é transfóbica e está queimada com as pessoas”, “transfobia é crime, sabia?” e “você está sendo extremamente preconceituosa e conservadora”, “você vai perder trabalho e ninguém mais vai te chamar se continuar postando essas coisas”. Pessoalmente, uma vez em um aniversário de um amigo, um homem gay começou a me intimidar depois de eu dizer que sou contra homens que se identificam como mulher terem acesso a banheiros femininos. Ele levantou da mesa de forma violenta e falou em voz bem alta: “queria ver se tivesse uma mulher trans aqui se você iria falar isso!” Respondi: “talvez não falasse por medo””
66. “Apenas por perguntar o que define uma mulher e dizer que a teoria queer reforça estereótipos de gênero fui chamada de nazista, fascista, depósito de porra e burra.”
67. “Fui condenada judicialmente como transfóbica por uma interação no twitter. Num evento em que estava sendo atacada no Twitter, um perfil me perguntou se eu já havia respondido a pergunta de um influencer. Vi uma foto de mulher e disse: “Olá, cara! Já respondi.” Ocorre que era uma mulher trans. Usei linguagem formal, feminino cara e masculino caro. Também existe no português a gíria “cara” que, usada como substantivo, quer dizer homem. Exemplo, ele é um cara. Como vocativo, no entanto, a gíria é neutra, sendo usada tanto para homens quanto para mulheres. A mulher trans imediatamente me acusou de ser racista e transfóbica, o que gerou uma nova avalanche de ataques. Levei o caso ao Judiciário na área Cível, com o intento de fazer cessar os ataques, vindos por mais de um ano de um mesmo grupo de influencers. O Judiciário decidiu que eu havia sido transfóbica e me condenou a apagar a postagem e pagar uma indenização. O valor é o dobro do estipulado pela acusação de racismo, crime grave, e demais injúrias proferidas contra mim. O único recurso é para a Suprema Corte, que não costuma analisar novamente provas processuais, decide apenas sobre infrações constitucionais na decisão. Ou seja, a discussão sobre o uso da palavra cara não tem, teoricamente, chances de ser reaberta no Judiciário brasileiro. É um precedente perigoso para a abertura de processo criminal. Na lei brasileira, o crime de transfobia foi equiparado ao de racismo e pode resultar em pena de até cinco anos de reclusão. Entre várias funções que exerci durante minha carreira, tive a oportunidade de trabalhar como consultora do UNICEF Angola e assessora do Supremo Tribunal Federal do Brasil. Meu trabalho na área de Direitos Humanos foi reconhecido com prêmios e homenagens tanto no Brasil como no exterior. O caso ocorrido comigo é importante para a

liberdade de expressão das mulheres no espaço público, principalmente nas discussões sobre gênero. Fui sancionada judicialmente sem sequer ter adentrado na discussão, apenas por ter utilizado um vocativo mal entendido pelas pessoas que me atacavam.”

68. “Fui acusada/denunciada por “transfobia” pelo Centro Acadêmico de Ciências Sociais da FAFICH/UFMG e pelo DCE da UFMG.
69. Atualmente tenho 25 anos, e tive uma infância e adolescência muito traumáticas. Sou sobrevivente de pedofilia, estupro e abuso crônico. Vivi 6 anos dependente de drogas psiquiátricas e já passei 1 ano me identificando como "trans" no ensino médio. Sou graduada em Letras pela Universidade de São Paulo.
70. “No ano de 2019, após fazer uma postagem no meu facebook contra a teoria queer, um colega da FFLCH - USP veio discutir comigo e começou a fazer posts de ameaça velada. Eu fui confrontada e encurralada pessoalmente por essa mesma pessoa. Eu fiz um desabafo anônimo destacando a negligência do coletivo por saúde mental em prestar apoio, esse mesmo homem (diretor do coletivo) passou a incitar meu suicídio. Eu confrontei o homem pelas redes sociais e um grupo de whatsapp passou a proferir ofensas a mim, a mais leve sendo "se mata". Eu tentei suicídio e me senti insegura no prédio até a minha graduação. Ele nunca sofreu nenhuma sanção e apoio me foi dado em segredo por outras feministas radicais da universidade, que também tinham medo de retaliações. Anos depois, esse homem foi acusado de estupro por outra mulher, e mesmo assim nada foi feito.
71. “Durante a pandemia, no twitter, um grupo que eu julgava serem meus amigos me enviaram inúmeras mensagens de ódio, todas dizendo que eu deveria ser estuprada por ser "transfóbica". As ofensas não pararam, mesmo eu dizendo que sou sobrevivente de estupro e aquilo me dava gatilhos fortíssimos. Eu deletei minha conta e nunca mais me pronunciei sobre feminismo em redes sociais.”
72. “Namorava um homem trans, e eu não gostava que ele usasse o pau de plástico dele em mim, e ele se sentia ofendido por isso apesar de nunca ter expressado. Tenho uma amiga trans também, que começou a agredir feministas radicais, e ela sempre se coloca no lugar de mulher “puta” como se a feminilidade fosse ela ser uma putinha e eu considero isso um desserviço às causas feministas e à mulheridade.”
73. “No ano de 2022, ingressei no curso de Ciências Biológicas da USP RP. Eu tinha 20 anos, já criticava a Teoria da Identidade de Gênero há uns anos e havia algumas postagens nos meus stories do instagram sobre o assunto. Menos de um mês após ingressar na faculdade tudo começou. Eu fui expulsa do meu grupo de amigos, fui intimidada tanto por esses quanto por veteranos, fui proibida de ir em festa (meu nome foi colocado em uma lista junto com estupradores), fui perseguida e meu nome foi espalhado pelos quatro cantos da faculdade avisando todo mundo para que não ficassem perto de mim. Em outubro, eu contatei a gerência do curso mas nada foi feito. Em 2023, eu não aguentava mais ir para a faculdade. Na minha sala quase ninguém olhava na minha cara. Em Abril eu tentei me matar no lago da faculdade, não deu

certo. Agora eu estou com a faculdade trancada. Meus pais e uma advogada estão vendo com a faculdade que medidas tomar mas até agora nada foi feito.

74. Não consegui um emprego mesmo sendo a mais qualificada do local (havia pessoas que tinham acabado de sair da faculdade e eu tenho um doutorado incompleto e várias pós) e na universidade eu não consegui publicar o texto como eu queria, me fizeram mudar algumas palavras.”
75. “Farei o meu relato como pedido de ajuda que solicitei a advogadas feministas à época dos fatos: abril deste ano de 2023: Acho que aconteceu um episódio grave comigo hoje ou está para acontecer, ainda não consegui muito raciocinar em cima. Contextualizando, sou advogada e membra atuante na Comissão de Apoio às Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar da 21ª Subseção de Minas Gerais (cidade de Alfenas):

A presidenta da nossa comissão, a Lara, marcou uma reunião particular comigo hoje, que aconteceu após a reunião ordinária que temos mensalmente.

Nessa reunião, ela expôs que, no encontro regional que ocorreu na cidade de Juiz de Fora-MG e na qual foram reunidas as presidências de algumas das principais Comissões de Enfrentamento às Violências Doméstica/Familiar (CEVDF) mineira, a presidenta da regional mineira das CEVDF a indagou se eu seria membra da comissão de Alfenas. Pelo que entendi, a indagação foi em conversa informal, não sei se em público ou particular.

Em seguida disse que, como presidente da regional mineira, remeteria um ofício à subseção de Alfenas-MG para a minha expulsão da comissão de CEVDF subseção de Alfenas por transfobia, devido a publicação(ções) de meu perfil pessoal em rede Instagram - teria provas/prints, que na ocasião, segundo a Lara, não teve espaço/tempo para localizar/mostrar.

Segundo o relatado pela Lara, essa tentou colocar panos quentes e amenizar a situação, dizendo que eu era membra muito atuante junto à comissão, propondo uma reunião com elas a fim de poder me “explicar”.

Quero explicar que as membras da comissão não pensam como eu que mulher é a fêmea humana adulta e que os direitos das mulheres e crianças são inegociáveis. São aderentes à tese da autoidentificação/gênero.

Durante esta reunião particular que a Lara teve comigo fiquei trêmula, meio que sem entender-entendendo o que estava acontecendo: misoginia institucional, silenciamento etc.

Eu falei para a Lara que era um absurdo o que estava acontecendo, que só aceitaria a reunião mediante pauta exata do que se trataria, que o que mulheres estavam fazendo contra mim era calúnia - porque uma mulher defender o conceito de ser mulher não é transfobia e que estava sendo silenciada justamente por membras de comissão que deveria defender mulheres, ainda mais as mulheres que defendem mulheres etc. Lara não quis adiantar mais coisas, disse que, para não ficar “disse que me disse”, era melhor eu buscar os esclarecimentos diretamente com ela, em reunião.

Mais tarde recebi da Lara o encaminhamento da solicitação de agendamento de reunião comigo e me senti muito desprotegida e vulnerável, nos seguintes dizeres:

"Dra Lara,
Bom dia,

Conforme conversamos, solicitamos por seu intermédio, como representante da nossa CEVDF na Subseção de Alfenas, que faça o agendamento de reunião com a Dra Marília Bruzadelli.

Recebemos denúncia acerca da conduta da referida profissional que, em tese, contrapõe-se aos propósitos da Comissão. Antes, porém, de elaborarmos qualquer Parecer conforme solicitado pela Diretoria Seccional, entendemos necessário que a colega seja ouvida, afim de observarmos, ainda que de forma mitigada, o direito de defesa da colega.

Sua presença, enquanto representante da Comissão na Subseção, será analisada de forma conjunta com a própria Dra Marília e a Dra Elis Grobério, nossa vice-presidente, que também participará da reunião".

Acho que serei linchada e não sei se estou preparada emocional e tecnicamente para isso. Por isso, peço sua ajuda/orientação.

Sei que escrevi muito, mas acho que se eu mandasse áudio minha voz embargaria, porque ainda não processei o ocorrido. É a minha profissão, é o meu ganha pão. Eu estou com raiva e sozinha na jaula com leões.

Após, solicitei à presidenta da minha comissão que encaminhasse uma solicitação para a regional/presidenta de lá, porém, não tive resposta e preferi "deixar quieto" com receio de que eu fosse processada, expulsa, exposta. A solicitação era para que me prestassem esclarecimentos de qual conduta minha em defesa de mulheres teria sido transfóbica etc. E que seguissem o rito processual, com presença de advogados, se quisessem me ouvir."

76. "Acredito que por não falar abertamente minhas opiniões, não sofri violências tão diretas, mas entendo que não poder dar minha opinião por medo de cancelamento é um tipo de violência. Das situações que passo é que quando as pessoas descobrem que defendo os direitos baseados em sexo, muitas se afastam por medo de serem canceladas por andarem comigo, as pessoas te pintam como sendo pior que nazista, pior que qualquer homem, boatos são espalhados a meu respeito e isso é bem violento, me sinto muito só, e a solidão já é algo presente na vida de mulheres lésbicas e só piora nesse cenário, me sinto a pior pessoa do mundo. Me lembro de uma vez que organizei um evento do dia da visibilidade lésbica e questionaram o cartaz de divulgação do evento pois tinha um desenho com formato de buc**a e isso gerou muita represália, isso gerou muitos danos mentais em mim...

Posso dizer que o medo é algo constante na minha vida, medo de descobrirem o que penso e ser cancelada, não poder frequentar espaços públicos, medo de perder o emprego e ser exposta."

77. "Estudo em uma universidade pública, lá frequentemente nos banheiros femininos entram pessoas trans e até homens homossexuais. Nós mulheres não temos nosso espaço respeitado, temos nossa intimidade invadida e desrespeitada o tempo todo, e se a gente se opõe às ações dessas pessoas, somos chamadas de transfóbicas e sofremos retaliação verbal, além de ameaças físicas."

78. "Há doze anos atuo em causas políticas no interior. Dentro da socialização submissa de mulheres, fui militante do PT ,enquanto mulher branca primeiro lutei pela causa racial no Movimento Marcha das Mulheres Negras (2015) ,depois me tornei transativista em meu próprio

empreendedorismo cultural, em 2018 me tornei simpatizante do PCB e ao me tornar mãe em 2019 entendi o quanto a maternidade compulsória é uma indústria de vulnerabilidade para mulheres e crianças. Depois de mãe percebi que em nenhum desses espaços políticos vivenciei uma luta concreta relativa à realidade da mulher com base em sua opressão real, sexual, mulher/corpo. Depois de mãe compreendi a finalidade da minha socialização por nascer mulher. Ainda sim militei enquanto professora na Unidade Classista pelo PCB em Sorocaba em 2021. Encontrei referência às minhas opressões por conteúdos de feministas radicais/raiz e dentro do partido questioneei a teoria queer como pauta centralizada na luta feminista, sendo convidada "a me retirar do partido", sendo comparada ao discurso fascista/nazista. Em outros episódios também fui taxada de feminazi pela internet, fui boicotada de eventos culturais na minha cidade e região. Em abril deste ano uma ONG da minha cidade "Voz do Morro" invadiu minha data de evento sobre o dia da mulher de maneira "afrentosa" chamando uma "mulher trans" para protagonizar a data, enquanto eu me retirei da organização do evento por falta de apoio em levar o protagonismo do evento à mulheres com base em seu sexo."

79. "Ano passado entrei no movimento de mulheres Olga Benário da UFSC e estava entrando em questionamento com a teoria de identidade de gênero, questioneei os participantes a respeito e todos me disseram que eu estava sendo transfóbica e ferindo o direito das pessoas trans. Era obrigada a usar pronome neutro em todas as falas, aí achei melhor sair já que a visão era muito divergente. No curso do serviço social da UFSC que entrei agora, estou no 1o semestre, o CALLIS que é organização estudantil fez uma publicação com discurso de ódio às radfem como eles chamam, falando que elas não tinham espaço no serviço social, a partir daí, sem querer acabei comentando sobre a carta que leram com uma colega da minha sala, enfim, agora ela acha que sou transfóbica e não fala mais comigo. Aí recebi vários relatos das minhas colegas que estudam aqui que sofrem perseguição e tudo, resolvi apagar minhas publicações da rede e não toco mais no assunto porque sei que vão me cancelar, tá sendo bem difícil ver tudo isso e ser obrigada a ficar quieta, piorou na frente de pessoas que se consideram trans mesmo, pode nem sonhar em conversar sobre isso que é certeza que vão ser violentas."
80. "Não faço faculdade ou tenho um trabalho que me impeça de dar opinião mas já tive discussões com mais de 5 pessoas sobre isso, inclusive uma amiga se afastou, nunca vou deixar de falar sobre o quão injusto isso está se tornando para as mulheres."
81. "Os que mais me marcaram foram dois episódios. Um no qual eu fui/estou sendo excluída academicamente por expressar minhas opiniões em redes sociais. Sou "marcada" como uma pessoa que propaga o "fascismo" e como sendo extremamente preconceituosa, o que não é verdade. Isso já me levou a receber intimidações pessoais como ameaças de violência sexual no ponto de ônibus da faculdade e dentro do campus. Violência proferida por alunos transidentificados mulheres com frases do tipo: "verá que sou mulher quando sentir meu pau feminino em você" e "a vontade que eu tenho de amassar a cabeça de rad é enorme." O segundo foi no ambiente de trabalho onde fui "pedida" em tom passivo agressivo que eu parasse de compartilhar minhas opiniões no meu Instagram pessoal, uma vez que iria "manchar" a imagem da empresa. Uma das donas é queer e me trata como uma pessoa super inferior comparada aos

demais. Desde então nada é publicado fora do meu Close Friends devido ao medo de ser demitida, pois preciso muito do emprego.”

82. “Nos últimos anos tem sido muito difícil de se expressar sobre a realidade material das pessoas nascidas fêmeas sem que isso chateie quem está ao redor. Até alguns anos atrás quando eu era mais ativa em coletivos e grupos políticos eu me posicionava com cuidado declarando minha rejeição a teoria de identidade de gênero e sim isso gerava muita briga entre outras pessoas nascidas mulheres e sempre foi desgastante. Atualmente não estou fazendo parte de qualquer grupo e tenho poucas situações de socialização, no trabalho (que é remoto) já houve algumas vezes os assuntos de xingar pessoas (sempre mulheres) consideradas transfóbicas que rejeitam a teoria de identidade de gênero ou simplesmente defendem que mulheres menstruam por exemplo, no caso J K Rowling, eu me pronunciei dizendo que ela não promovia a ideia de violência com pessoas trans e sim estava afirmando a realidade material das mulheres, mas a discussão se mostrou impossível com meus colegas e para evitar ser cancelada no trabalho não tentei continuar isso. Sou graduanda de design gráfico e faço uma materia com turma do 3o período, tem pelo menos 4 pessoas trans, sendo que não havia nenhuma nas outras turmas anteriores, uma dessas pessoas é uma mulher trans que 2 anos atrás conheci como sendo um homem branco hetero de 20 e poucos anos e casado, essa pessoa que há alguns meses toma hormônios, usa peruca e roupas consideradas femininas tem como único assunto falar sobre ser trans, gosta de brincar sobre ser "cisfobico" sendo o objeto de crítica sempre é uma mulher "cis", o que eu considero basicamente misoginia. Curioso sobre essa pessoa é que era hetero e se relacionava com uma mulher há anos, ao transicionar terminou o relacionamento e passou a se relacionar com outros homens transicionados para mulher, o que me faz achar isso tudo homofóbico. Essa pessoa me faz me sentir agoniada porque sempre tem como assunto xingar mulheres "cis" ou julgar as pessoas como transfobicas, eu nunca exponho o que sinto ou o que penso porque sei que seria perseguida nessa turma, sinto que ele só espera eu falar algo errado para me cancelar, mas essa pessoa insiste na minha amizade e companhia e eu não consigo fugir. Outro dia na faculdade encontrei alguém que era uma mulher biologicamente e eu não tinha ideia da sua identidade de gênero, tratei no feminino sem querer e ela ficou ofendida e virou a cara pra mim, ficou um clima terrível entre as pessoas e eu saí.”
83. “Desde que comecei a me manifestar contrária ao transativismo nas redes sociais, já recebi xingamentos por parte de uma pessoa trans do sexo feminino, fui excluída por antigos “amigos” e descreditada.”
84. “Em uma conversa com amigos estava expondo minha opinião sobre a participação de homens em esportes, assim como defendendo os espaços públicos separados por sexo.
Na conversa fui coagida diversas vezes a mudar de opinião, e como não mudei, fui chamada de transfóbica e comparada com pessoas que acreditam que a terra é plana (veja a incoerência).
Em outro momento, compartilhei nas redes sociais minha posição sobre espaços separados por sexo e fui chamada de transfóbica por seguidores.
Diferente do esperado, no trabalho consigo expor a falar sobre o tema sem represálias, já no meu grupo de amigos sou sempre tachada de violenta e transfóbica.”

85. “Não posso dizer que já sofri esse tipo de coação porque eu simplesmente tenho que me abster de opinar ou me manifestar por medo do que vejo outras mulheres passarem. Na escola pública onde trabalho todos têm o mesmo alinhamento em relação à identidade de gênero e consideram fascistas quem vai contra, não há a menor possibilidade de manifestação. No grupo de amigos, a mesma coisa. Com alguns eu até consigo expor, para outros, é uma discussão sem fim que ainda não tive forças para iniciar.”
86. “Seguia alguns perfis de mulheres cientistas nas redes sociais e deixei de segui-las porque elas ameaçavam bloquear todos os que fizessem qualquer pergunta sobre a teoria de identidade de gênero. Uma vez compartilhei uma postagem no Instagram que explicava porque não é possível mudar de sexo e recebi uma ameaça de processo por “ser transfóbica”. Não me sinto à vontade de questionar no colégio dos meus filhos o porque ensiná-los sobre a Teoria da Identidade de Gênero por medo de pagar multa ou ser presa ou coisa pior. Na verdade não me sinto à vontade de questionar nada a respeito da Teoria da Identidade de Gênero em qualquer outro lugar que não seja em minha casa com minha família.”
87. “Não sofri coação, perseguição, intimidação, ameaças, violências verbais ou físicas porque só consegui expressar a minha opinião contrária à teoria de identidade de gênero com pessoas que eu me sinto confortável em dividir opiniões divergentes com respeito mútuo. O medo de sofrer retaliações ainda me impede de me posicionar e não encontrei pessoas que compartilhem o pensamento contrário a essa teoria para ter conversas abertas e discussões que me ajudem a sentir confiança em me expressar sobre esse assunto. Ainda estou em processo de construção de argumentos para embasar minha opinião.”
88. “Em algumas situações em redes sociais, ao compartilhar postagens de feministas radicais (postagens bem estruturadas e fundamentadas) fui interpelada por amigos gays e acusada de ser transfóbica por simplesmente não querer abdicar do termo mulher para identificar meu lugar na sociedade e não ser tratada como uma sub-categoria. Fui afastada de grupo de amigos, perdi a amizade de minha irmã, mas, por outro lado, conheci e reconheci outras mulheres que felizmente já estão racionalizando sobre o perigo do movimento trans (patriarcado com glitter).”
89. “Quando estava me organizando no Subverta/PSOL, eu levei uma dúvida sobre geração de secreção por indivíduos do sexo masculino para alimentar crianças recém nascidas e quais seriam os riscos sobre, eles me disseram que desconheciam isso e que feministas radicais não eram bem-vindas porque elas viviam uma utopia de “querer acabar com o gênero”. Fui desconvidada a continuar. Uma professora que me seguia nas redes me acusou de compartilhar conteúdo transfóbico e cancelou as minhas aulas. Isso ocorreu depois de ter compartilhado uma reportagem que mostrava a transição de crianças de 4 anos de idade. E já fui chamada de transfóbica diversas vezes nas redes, bem como fascista e burra por não defender a teoria de identidade de gênero. Um camarada do PCB me acusou de transfóbica porque compartilhei o comunicado do partido comunista inglês e disse que eu compartilhava da mesma opinião. Fora os perfis políticos que me bloquearam e expuseram ao ridículo compartilhando minhas redes e comentários e me chamando de burra.”

90. “Sou professora de redação e estava explicando sobre pobreza menstrual para uma turma de terceiro ano ensino médio de um colégio particular e as alunas progressistas da sala tentaram me intimidar a dizer que homem menstrua ou usar menstruante ou pessoa que menstrua, visto que, em minha fala, só utilizei termos como meninas, garotas, mulheres. Elas ficaram me arremedando toda vez que eu nominava o grupo afetado pela pobreza menstrual (o único, aliás) e tentavam repetir após a minha fala. Eu falava mulheres e elas "e homens trans" ou "e pessoas menstruantes". Ao final da aula, elas me questionaram do porquê não mudei minha fala e eu respondi que seguia a biologia. Reclamaram entre si e depois tentaram me expor nas redes, mas sem sucesso. Porém, fui advertida pela coordenação de que elas reclamaram que minha postura era excludente e no ano seguinte fui demitida da escola sem explicações.”
91. “Sou advogada - sócia e amiga do advogado Paulo Iotti que é o responsável pela criminalização da transfobia - mas desde que tomei conhecimento da violência e do silenciamento que as mulheres têm sofrido eu me reafirmei ativamente como radfem. Desde então, é normal nas palestras e colocações públicas ou discussões eu ser acusada de transfóbica, simplesmente por trazer argumentos políticos e discussões teóricas ao debate, recebo relatos de professoras em universidades que sofrem perseguições por falsas acusações de crime de transfobia e são perseguidas por alunos e coordenação. Comigo, especialmente, o pior tipo de linchamento público é o que instituições sujas como o ANTRA fazem, tentamos debater algum post deles - eles são muito misóginos - eles nos bloqueiam para comentários, logo, respostas e ficamos lá sendo covardemente agredidas, sofrendo um linchamento diário sem possibilidade de resposta. Um silenciamento forçado simplesmente porque somos mulheres defendendo nossos direitos, sendo acusada de praticar crime e vítimas de violência pública - linchamento virtual! Não conseguimos apagar o post tb...tudo é feito para expor, massacrar e humilhar a mulher nos excessos do transativismo. E essa instituição agressiva está com livre acesso ao Ministério dos Direitos Humanos, enquanto somos caladas dia a dia.”
92. “A Sociedade Brasileira de Pediatria reconhece a existência de criança trans e por isso não posso medicamente negar este reconhecimento, pois estaria incorrendo em má prática.”
93. “Houve duas situações em que sofri por ter expressado o que penso acerca desse assunto. E foram praticamente as duas únicas vezes em que ousei me expressar sobre esse assunto com pessoas que não se posicionam abertamente com tendo o mesmo posicionamento que o meu.
- Na primeira vez, foi conversando com um homem (sexo masculino), branco, hétero, que era um de meus melhores amigos. Ele não se abriu para tentar entender minha posição, me tratou mal, e nossa amizade nunca mais foi a mesma. Ele me envia conteúdos associando feministas radicais a nazistas/fascistas.
- A outra situação foi em um grupo de whatsapp supostamente voltado para trocas entre mulheres, que nasceu a partir de uma comunidade profissional (de mulheres das áreas de criação publicitária, comunicação, design e afins). Nessa ocasião, estava em alta o assunto sobre os “redpills”, que são uma expressão clara dos estereótipos do gênero masculino. Então chamei atenção para esse fato, para o significado de gênero em si e defendi a abolição do

gênero como algo importante para as mulheres. Fui chamada de transfóbica e coagida a parar de falar ou elaborar sobre o assunto.”

94. “Embora não tenha sofrido diretamente nenhum tipo de violência por não compactuar com a política identitária atual, me sinto ameaçada em meus direitos enquanto mulher. A confusão foi instalada por tal ideologia de propósito, jogando trabalhador contra trabalhador, o que traduz o objetivo concreto da burguesia.”

95. “Meu relato é contra os profissionais de saúde mental.

Minha filha tinha 15 anos quando teve depressão grave e tentou o suicídio duas vezes, sendo internada em clínica psiquiátrica nestas duas ocasiões.

Os profissionais da clínica foram ótimos e, atualmente ela está razoavelmente bem, acompanhada por psiquiatra e usando a medicação adequada ao seu quadro. Mas saiu da clínica dizendo que era menino e passou a se vestir como um. Até hoje se veste assim, embora às vezes diga que gostaria de usar roupa de mulher. No entanto, fica orgulhosa quando um desconhecido a confunde com um menino, referindo-se a ela como "ele". Acredito que ela absorveu a cultura misógina da sociedade brasileira e sente-se superior como "homem".

À época, procuramos por psicólogos para acompanhá-la e foi então que tivemos péssimas experiências. Alguns profissionais (homens e mulheres) chegaram a ser agressivos conosco, embora nós tenhamos aceitado essa situação em alguma medida. Explico melhor: não nos opomos ao uso de cabelo e roupas masculinas, mas ela queria usar um binder para esconder os seios e nós ficávamos preocupados em não machucar suas mamas (além de tudo ela é obesa), e também com o fato de ela querer, com a faixa, entrar no banheiro masculino. Quando chamados a conversar com os profissionais de psicologia, perguntávamos o que fazer com estas duas questões e simplesmente não recebíamos NENHUMA RESPOSTA. Como se nossas preocupações não importassem, como se a saúde física não importasse, como se o risco de ser agredida por homens no banheiro não importasse. Minha filha guardou esse desejo durante anos (seis anos) e no começo deste ano, comprou por conta própria um binder. Resultado: experimentou e devolveu na mesma hora, simplesmente disse que não suportaria usar aquilo.

No começo, expressava algumas vezes a vontade de fazer a retirada das mamas, e nós a aconselhávamos a esperar até os dezoito anos, quando então poderia tentar conseguir pelo SUS, pois não possuímos recursos. Mas depois de completar seus dezoito anos, ela não tem mais manifestado essa vontade. Esta também foi uma questão com os(as) psicólogos(as), pois parecia que eles(as) queriam que concordássemos com tudo que minha filha imaginava ser melhor para ela.

Claramente, nenhum desses profissionais teve qualquer preocupação com a saúde física da menina, com o nosso sofrimento, e, mesmo com a sua SAÚDE MENTAL, pois não questionavam o porquê de ela desejar ser um menino e não uma menina, quando é óbvio que ela estava profundamente confusa, sem noção de quem era (até porque era uma adolescente), sem noção de qual caminho tomar. Tudo se resumia a "apoiá-la" em suas confusões mentais. Minha decepção com a psicologia é TOTAL. Considero uma agressão tudo que eu e o pai dela passamos com esses profissionais, queriam nos silenciar, queriam

nos impor suas teorias na base da chantagem emocional; foi muito duro, difícil, sofrido ter que lidar com essa gente porca, ignorante, fria, interesseira, nojenta, desonesta, burra.”

96. “Uma vez escrevi um post desabafando que uma reunião feminista sobre menstruação foi criticada por ser considerada transfóbica e o post foi denunciado e excluído do Facebook.”

97. “Estou falando de feminismo radical desde 2018 nas minhas redes sociais e desde então nenhum emprego que me candidatei, consegui a vaga. Tenho certeza que é porque me coloco abertamente contra o trans/queerativismo. Sou jornalista e nosso meio está tomado por essas ideias e quem ousa discordar é banida de qualquer espaço.

Ameaças de processo e violência física foram mais do que consigo lembrar. Ameaças psicológicas são constantes. Tive que bloquear e restringir minhas redes sociais para ter um mínimo de controle.

Perdi amizades por me opor a isso.

Já fui reprimida por pessoas próximas e não próximas. Todos dizem que é culpa do meu ativismo eu não ter sucesso profissional. Que preciso falar de forma mais branda porque se não, não conseguirei mais empregos...

Me sinto cansada e desanimada. Porque é o mesmo que saber a verdade e ser punida por isso.”

98. “Por sorte tenho poucos relatos para falar e preciso dizer que é porque eu mesma me censuro com frequência para não expor minhas opiniões fora de um meio em que sei a opinião das pessoas ali presentes, pois acompanho a história de várias mulheres na Internet e tenho medo de passar por qualquer uma dessas coisas.

No entanto me ocorreu duas vezes, a primeira foi enquanto cursava a faculdade de psicologia e deve ter sido em torno do começo de 2022, fiz um TCC sobre transtorno do orgasmo feminino e nosso foco era obviamente somente mulheres, nada do TCC em si foi mudado a única coisa foi que obrigaram a acrescentar a terminologia "Cisgênero" em todo o momento que falava a palavra mulher, para "especificar mais". Houve uma breve discussão acerca disso com minha orientadora que não me permitiu falar mais por medo de me reprovarem, minha dupla de TCC ficou ao lado da banca pois concordava que foi erro nosso. Nunca mais voltei a falar de nada que fizesse referência direta a essa questão de gênero por medo de ser desmerecida já que na psicologia a teoria queer é extremamente aceita inclusive pelo próprio Conselho.

Hoje em dia atuando eu ainda evito me expor muito por medo de perder meu CRP.

Outra situação foi durante uma discussão com amigos no começo de 2023 em que falei que a base da opressão é reprodutiva e isso gerou uma discussão enorme que terminou com meus amigos e meu namorado me chamando de transfóbica, por ressaltar que precisamos de espaços separados, alguns depois postaram indiretas no Instagram comparando separar banheiros com a segregação nos EUA.”

99. “Meu relato será resumido, pois essa história me traz muitos gatilhos emocionais. Situações que me deixaram com medo (e ainda deixam).

O mais marcante ocorreu no direct do Instagram e a pessoa começou assim: "Pensei que você (eu) fosse uma pessoa boa". Daí para frente foram todas aquelas acusações clássicas que vemos todos os dias na internet: "transfóbica, TERF, vc nega a existência de pessoas trans, discurso de ódio, o Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo, retire esse conteúdo das suas postagens, pense bem antes de falar e postar sobre isso outra vez". Me senti tão acuada que bloqueei e excluí da minha lista de contatos, mas toda vez que posto algum conteúdo que questiona o transativismo fico apavorada pensando "será que alguém está dando prints para me processar por transfobia? Como vou me defender se todos os setores estão contaminados e já há jurisprudência sobre transfobia e ideologia de gênero?" Surreal o que estamos vivendo."

100. "Comecei a postar sobre esse assunto no Instagram e a questionar a teoria queer em postagens. E já recebi muitas ameaças de processo por "fobia" (que é a mais frequente). Me chamam de n4z1 por proteger espaços, cotas e direitos separados por sexo. Já recebi ameaças de uma mesma pessoa, que me perseguiu pela internet duas vezes (dois perfis diferentes). Ele dizia que estava fazendo aulas de Muay Thai para acabar com mulheres como eu, me enviava emoticons de caixão e, então tive que bloqueá-lo. Eu sei que esse mesmo homem já ameaçou outras mulheres críticas de gênero."
101. "Bom, na verdade me sinto coagida e policiada o tempo inteiro no instituto de ciências humanas onde estudo, em relação às pautas de gênero. Nunca sofri nada pessoalmente justamente porque não falo abertamente sobre o que penso, por medo da reação das pessoas. Já fui repreendida por transativistas no Twitter tempos atrás por dizer que estavam apagando o sexo feminino e silenciando a luta feminista ao se referirem às mulheres como "portadoras de útero" "pessoas que menstruam" "cis", motivo pelo qual nem utilizo mais essa rede."
102. "Tenho 31 anos, sou branca, trabalho como advogada e sigo a espiritualidade pagã da bruxaria. Uma vez, na rede social Instagram, comentei com raiva e indignação num post sobre um homem conhecido que se identifica como mulher (se nomeou Ana Carolina Apocalipse) e que no passado compartilhou em seu Facebook uma imagem que sugeria que embebedar uma lésbica poderia diminuir sua resistência para estuprá-la. Após meu comentário, sofri um ataque coordenado ao meu Instagram com vários comentários em postagens minhas, mensagens diretas etc, pois um homem printou meu perfil e expôs em seu Stories me chamando de "transfóbica". Isso se espalhou e logo outros HOMENS gays também estavam compartilhando. Tive muito medo de ter meu perfil derrubado pois também o uso profissionalmente para meus trabalhos paralelos à advocacia, e tive de expor a situação nos Stories, falar que estava sendo atacada e perseguida e pedir a ajuda de pessoas para denunciar esses perfis. Não surpreendentemente, TODAS que se dispuseram a ajudar eram mulheres, com a exceção de um homem gay amigo de uma delas que soube da situação. Foram dias de terror e angústia e jamais quero sofrer isso de novo, por isso diminuí minhas postagens nos Stories com relação ao tema (mas não parei, às vezes ainda posto algo mais "contido"), e nunca postei nada muito incisivo no feed, para evitar que isso aconteça novamente pois me senti impotente, fraca e à mercê de pessoas perversas que poderiam destruir algo que levei muito tempo construindo que é a pequena audiência que tenho no Instagram. É a rede social mais importante pra mim assim como para outras mulheres que têm diminuído sua

atividade com relação a este assunto por medo de retaliações vindas de pessoas que colocam a crença no gênero acima da realidade material dos sexos.”

103. “Sou professora universitária, atuei 11 anos na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e estou há 2 anos na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atuante desde a juventude em movimentos estudantis, sociais, partidários e sindicais de cunho progressista, feminista e antirracista. Coordenei o Grupo de Trabalho GTPCEGDS - Políticas de Classe para as Questões Etnicorraciais, de Gênero e Diversidade Sexual da Associação de Docentes da UFES (ADUFES) por 3 anos e fui membro por mais 5 anos, membro da Comissão de Direitos Humanos da Faculdade de Medicina (CDHFM/UFRJ) desde 2021 e Coordenadora do Grupo de Pesquisa CNPq - Terapia Ocupacional e Cultura também desde 2021. Durante o semestre 2023.1 na disciplina Terapia Ocupacional e ética da UFRJ, em uma aula sobre postura ético-político profissional, no dia 13 de abril de 2023, realizei um exercício de dramatização com os estudantes atuando em diferentes situações. Ao realizar a orientação a um grupo específico comentei sobre a ida ao ginecologista e esqueci o nome do clínico sexo oposto, e perguntei para turma, como chama, as meninas vão ao ginecologista e os meninos onde? é urologista? me ajuda? Nisso um estudante trans responde, não é assim né professora, e digo que não é sobre isso o assunto e que só quero o nome da especialidade, interferindo no meu raciocínio, me interpelando e ninguém respondendo e ficando difícil a generalização ao exemplo que daria, pergunto com quem ele se consultava e disse ginecologista e com isso, faço a orientação a turma sobre quando vão ao ginecologista, seguimos a aula e logo finalizamos. Na aula seguinte o estudante não foi e outros colegas apresentaram seus seminários sobre estatutos como ECA, do idoso, da pessoa com deficiência, e nenhuma intercorrência ocorreu. Na semana seguinte foi a apresentação do estudante com seu grupo sobre o PL Diversidade Sexual, sendo que não esperou meus comentários acabarem para o grupo que antecedeu, e já foi para frente do quadro, batia os pés e estava com semblante fechado, achei inclusive ser pelo horário e o último grupo a se apresentar. Alguns estudantes riem da situação. Nisso outros estudantes se retiram da sala, alguns se dirigem aos colegas questionando, como você vai embora agora? Eu fiquei incomodada e sem entender o que se passava com a turma. Da metade ao fim da apresentação, o estudante relata sobre a situação dos homens trans, da falta de apoio, de movimentos, de serviços, políticas e fecha o seminário sobre a reflexão que fez com os colegas de como os professores não têm conhecimento sobre questões relacionadas a gênero e sexualidade, apontando a troca de pronomes e dizendo que meninas vão ao ginecologista e meninos ao urologista. Ao final realizei meus comentários, da importância do tema, exemplos da minha prática e experiência profissional e pergunto se aquela frase seria relativa ao dia que esqueci o nome da especialidade. E o estudante começa a gritar o quanto ficou ofendido, que eu não pedi desculpas nem o procurei, eu tentei explicar o ocorrido, que naquele momento não foi possível abordar a diversidade envolvida no atendimento clínico que não era este o tema, e gritando não me deixou falar, a turma também falava junto e me julgava pela atitude e nisso falo, mas ela não me deixa falar, nisso uma aluna grita, viu, você chamou ele de ela, eu sem entender o que se passava, respondi, eu falei, nossa, se eu falei desculpas, muita gente está falando ao mesmo tempo, não consigo me expressar, nisso o estudante grita que a aula acabou e chama os colegas para saírem da sala com ele e sai batendo a porta. Continuo tentando explicar para alguns estudantes e eu mesma tentando entender o que havia ocorrido, se ele tinha algo contra mim, eu

não estava entendendo toda aquela situação violenta, uma amiga do estudante justifica que pode ser a forma como ele se expressa e digo que existe regras de cordialidade no âmbito acadêmico e que tudo tinha sido um absurdo e me emociono. Na semana seguinte, um dia anterior à aula, na reunião de departamento do curso o Centro Acadêmico pede pauta para informar que um professor tinha sido transfóbico e que iriam entrar com processo administrativo e civil, inclusive estavam em contato na ALES com a deputada trans recém eleita. No momento, todos presentes sem entender a situação, pois não apresentaram nomes, nem os fatos da aula somente, mas vários outros, me confundindo até se era algo comigo mesma. Alguns professores falam do sofrimento psíquico que se encontrava o estudante após os fatos e o tom de desagravo e ameaça se mantém culpabilizando as atitudes docentes. Ao final falei sobre a necessidade de diálogo, mesmo não tendo certeza se era comigo as ameaças e coação. Dou exemplos de como a comissão de direitos humanos tem atuado na mediação de conflitos, na necessidade de averiguar fatos, de acolhimento, entre outros. Todos os docentes se sentem muito coagidos pelas ameaças e muitos se justificam sobre algo que já tinham vivenciado com o estudante. O C.A. reafirma que não irá tolerar injustiças, inclusive, o estudante em questão é membro da atual gestão do CATO. No dia seguinte o estudante coloca várias páginas impressas sobre o que é transfobia na porta dos professores, e fotos são enviadas por um professor ao grupo de whatsapp do departamento e todos se sentem muito incomodados com a situação, pois na reunião anterior o C.A. deixa claro que não deseja dialogar e que a coordenação e o departamento não resolviam nenhuma situação envolvendo conflito entre professores e estudantes. Com isso, o departamento chama todos os professores para discutir o tema. Nesse meio tempo, eu e alguns colegas de trabalho concluímos ser eu mesma a acusada. Durante a reunião são expostas diferentes visões sobre o comportamento dos estudantes e o tempo todo defendo a necessidade de diálogo. Fiquei bastante fragilizada durante a reunião, relato com detalhes e contexto todo do ocorrido, pois tenho uma doença autoimune, sou PCD e o quanto não estava bem no dia das aulas e senti atitudes capacitistas e misóginas durante as falas e atitudes da turma e do estudante. Os professores que acolheram o estudante trazem a proposta de que ele aceitou uma conversa e em prontidão me coloquei à disposição. E assim ficou acordado que a conversa seria mediada pela Coordenação de Acompanhamento Acadêmico do curso. O estudante pede para levar dois acompanhantes, aceito. No dia o estudante leva três acompanhantes, dois colegas de curso, sendo um do C.A, outro da turma e a mãe. Eu levo somente uma docente do curso que se disponibilizou a me acompanhar. A coordenadora da COAA organiza a conversa, sendo somente eu e estudante aptos a falar e restante como observador. O estudante apresenta sua versão dos fatos, eu apresento a minha e a conversa se torna bastante violenta verbalmente, o estudante se descontrola, me ofende, me desqualifica e exige uma retratação por escrito para ser divulgada para todo curso, no qual esteja escrito que minha atitudes foram transfóbicas. Devido à situação, me sinto coagida e aceito fazer uma carta de desculpas sob minha autoria o conteúdo. É questionado, mas aceitam. Mantenho minha postura respeitosa durante toda conversa. No final a mãe me aborda reafirmando que o filho precisa do pedido de desculpas. Após todos saírem me fragilizo bastante e sigo para casa bastante emocionada. Tive uma semana para responder a carta. Nisso, acesso orientação jurídica e respondo por e-mail à COAA: “Prezada, Durante a reunião coordenada por esta comissão e com testemunhas foi possível dialogar sobre os fatos ocorridos no âmbito da disciplina Terapia Ocupacional e ética e acordado naquele momento a escrita de um pedido de desculpas. No entanto, como não cometi nenhum ato ilícito, se faz proibido por lei

criar provas contra si mesmo, com isso não posso celebrar nenhum documento que não se constitua no âmbito administrativo. Mantenho minha colaboração para a manutenção de relações respeitadas, cordiais e dialógicas nos espaços de trabalho e da vida social. Coloco-me à disposição quando necessário.”

Envio a resposta com uma manhã de atraso, comunicando previamente a COAA, pois na manhã seguinte ao prazo ministrei aula da disciplina e avaliei ser menor o impacto, e mesmo assim acontece o fato que registro e envio para ciência da coordenação e departamento:

“Venho relatar que hoje, dia 25/05, por volta das 10h, durante a disciplina Terapia Ocupacional e ética, o estudante adentrou a sala e se manteve na porta ao lado da mesa ao qual eu estava sentada consultando o notebook e em voz bastante alterada se dirigiu a mim questionando se havia enviado a carta para COAA. Respondi de pronto que não tinha sido possível e seria respondido o e-mail COAA no período da tarde. Bastante alterado e agressivo disse que era um absurdo, como eu tinha tido 7 dias e não tinha respondido. Que tinha tido crises aguardando a carta e como eu aparecia ali com a cara blasé. Novamente digo que seria à tarde com a COAA. Em gritos, falou que era um absurdo eu ainda ser professora, e ainda estar dando aula para a turma, e ainda mais de ética depois de tudo. Pergunto se ele vai entrar e que precisaria continuar a aula. Saiu gritando que se eu não entregar a carta tomará outras providências e que nela deve estar escrito transfóbica e sai batendo a porta com força. Em todo momento, a turma se mantém em silêncio. Mantive o respeito e o máximo de tranquilidade possível em todo momento e pedi um minuto à turma para me recompor, pois fiquei bastante fragilizada, após segui com o fechamento da aula ainda um pouco instável.”

Ao final da aula, três estudantes me acolhem. Na disciplina do dia anterior uma estudante veio me acolher pois o CA estava me difamando como professora e como ela era do primeiro período não estava entendendo, pois me achava muito respeitosa e se colocou à disposição para mediar qualquer necessidade com a turma. Encontrei outros professores e estudantes que também me apoiaram e se colocaram à disposição, criando assim uma rede de apoio. E nesse mesmo dia, uma estudante, Madana, leva a situação para coletivas de mulheres e tenho conhecimento de outros casos e recebo apoio para encaminhar a situação, através de Clarice e Sabrina Stamato.

Após o estudante receber minha devolutiva, este escreve no whatsapp da turma no qual também estou, questionando minha posição de tutora, me difamando e acusando de transfóbica. A coordenação e chefia me chamam novamente para explicações e também convocam o estudante em outro momento.

Em devolutiva negociaram com o estudante que meu pedido de desculpas seja de forma oral e esclarecem os riscos acadêmicos e processuais que podem ocorrer a ele devido às atitudes que tem cometido. Com isso, aceito ler uma carta na reunião de departamento ao qual o teor será de minha autoria e contará com argumentação de que não houve transfobia, mas um movimento de perseguição, silenciamento e desejo de punição, e me desculpo caso a situação tenha gerado sem intenção algum desconforto ao estudante. A partir do dia 15/06

estarei afastada da disciplina em questão, não podendo realizar seu fechamento com a turma e a tutoria da turma que acompanho será substituída por outra docente.”

104. “Recentemente fui “cancelada” e sofri afastamento por parte de um grupo de amigos. Do dia para a noite, após uma breve manifestação minha em rede social sobre o absurdo que é comparar feministas com fascistas, recebi das pessoas mais próximas de mim bloqueios, ghosting, mensagens com comunicado de “término de amizade”. Moro em cidade pequena. Minha melhor amiga finge que não me conhece na rua, depois de ouvir o que outros disseram para ela e eu não vou saber o que foi exatamente. Parei de frequentar alguns espaços e adquiri uma tristeza profunda que tem sido difícil de mandar embora.”
105. “Sou psicóloga e atendia uma pessoa do sexo masculino que se identifica como mulher em psicoterapia, e muitas das intervenções, questionamentos, dúvidas sobre a demanda da pessoa no processo terapêutico “não podiam” ser realizadas, porque sempre era apontada essa conduta como transfóbica. Houve rechaçamento uma vez que errei o pronome da pessoa (pois esta não tinha feito modificações corporais para adequação ao “gênero” feminino). Falava sobre as mulheres da Universidade Pública onde estudava serem transfóbicas por chamarem segurança quando entrava no banheiro feminino, dentre outras coisas, sempre num tom muito agressivo, o que me fazia sentir medo de me colocar enquanto terapeuta. Tentando compreender o fenômeno encontrei o feminismo radical, e decidi por encerrar o processo de terapia e encaminhar a pessoa a uma psicóloga que atende na perspectiva de afirmação de gênero.
106. “Não havia respondido antes porque, como não me expressei, não havia sofrido sanções ou “cancelamentos”. Por isso, também, minhas respostas são negativas. Ao não me expor, por medo, é claro que não vou sofrer coação direta e sanções. Observando quem se expõe e a maneira com que são tratadas, ainda não tenho coragem.”
107. “10 anos atrás eu estava no transativismo, porque era nova no feminismo e não queria “excluir ninguém”. Uma menina da minha cidade era feminista radical e qualquer menção a ela era seguida de “terf” para afastar qualquer pessoa de falar com ela. Eu fui uma das pessoas que fizeram isso com ela. Um tempo depois uma amiga parou de falar comigo e me cortou de todas as redes sociais. Eu perguntei o que aconteceu e ela disse que eu era terf. Eu não tinha o mínimo conhecimento do que era feminismo radical, não me associava com nada do tipo, porque eu realmente não tinha contato, então fiquei sem entender. Agora estou na universidade pública e em uma discussão sobre o assunto começaram a xingar a JK Rowling. Eu não me senti segura pra entrar no debate por medo de que iam me xingar também. Um menino rebateu apresentando outra visão, ninguém falou nada pra ele. Eu tenho certeza que se fosse uma mulher dando a opinião que ele deu seria perseguida. Nas redes sociais, meus colegas de faculdade já postaram foto da JK Rowling com “maldita” escrito na cara dela. Eu achei isso muito forte e me deu mais medo de me pronunciar, mas ao mesmo tempo eu vi o nível a que o ódio chegou, porque chamar de maldita é uma coisa muito séria. Outro colega postou sobre indícios para reconhecer “terfs”. Tudo isso me levou a não falar nada fora do meu grupo seguro de amigas.”

108. "Sou professora de Biologia no Ensino Médio e acabo me sentindo coagida a ter muito cuidado com o que falo durante as aulas. Tento sempre abordar as questões Biológicas, mas nunca abordei diretamente sobre a ideologia de gênero/queer/transição."
109. "Sou enfermeira obstetra (aliás, fica a sugestão pro grupo de pesquisa inserir "enfermeiras; obstetrizes e técnicas de enfermagem" na pergunta que elenca os profissionais de saúde. (profissões consideradas subalternas têm ainda mais risco de serem coagidas por quem deseja impor teoria queer goela abaixo de cuidadores).
- Nunca sofri advertência direta. Mas no "meio" do movimento de humanização do parto no Brasil (que é com o que trabalho), os profissionais (de medicina, enfermagem e obstetrícia) mais respeitados e influentes já subscrevem à teoria queer. Reforçam constantemente a "obrigatoriedade" de mudança da linguagem para se referir aos sujeitos que recebem nossa assistência profissional (as meninas e mulheres), com a justificativa de inclusão e, junto com isso, muito julgamento velado - como se quem não adota esse tipo de postura é um mau profissional. Os grandes eventos como Simpósios, organizações como Rehuna, adotam igual postura. Universidades igualmente. Sinto-me advertida antes mesmo de abrir a boca!
- A exemplo, tenho planos de buscar um mestrado para estudar a assistência prestada a meninas e mulheres em situação de abortamento por violência sexual, mas imagino e temo a criminalização que poderei sofrer por me recusar a utilizar expressões como "pessoa que gesta/que aborta/que tem útero" para me referir às mulheres que serão os sujeitos do estudo."
110. "Na experiência de coação, o mais percebido é o silenciamento. Percebo que não posso ter uma opinião acerca de banheiros públicos e/ou cotas em esportes acerca das pessoas do sexo masculino que se identificam como mulher por o que elas vivem/sentem ser mais importante do que o que eu como mulher vivo/sinto, não existindo espaço para um senso em comum, para uma solução justa para TODOS, mas sim, para as pessoas do sexo masculino. E ao discorrer sobre o assunto, poucas vezes existe escuta e troca, sempre uma retaliação e acusação em primeiro lugar. A proteção para as pessoas do sexo masculino segue sendo prioridade."
111. "Perdi trabalhos na área cultural por ter muitas pessoas que acreditam em identidade de gênero. Na USP de Ribeirão Preto. Em outros eventos também, apesar de sempre ter trabalhado com o público LGBT. Em minha família a situação está muito difícil, fui chamada de fascista, minha mãe disse ter pena do meu filho por eu ter essa opinião. Meu irmão se autoidentifica como mulher. Quando disse que somos diferentes, nunca mais falou comigo. Me senti má e burra. Outras colegas também deixaram de falar comigo, o que só reforçou esse sentimento sobre mim comigo mesma. Perco trabalhos pois sempre trabalhei com gays e lésbicas, e hoje não mais por ser vista como transfóbica. Ter o caráter posto em dúvida é muito cruel."
112. "Eu traduzi e postei no twitter a carta da JK Rowling esclarecendo a questão transativistas e mulheres, viralizou entre o grupo radical, muitas meninas falaram bem, outras pessoas da minha cidade viram com maus olhos e já me acusaram de transfobia (mesmo não tendo nada de transfóbico na carta).

Nisso um homem amigo de uma ex amiga minha que eu morei com eles por um mês, aproveitou que estavam falando dessa carta e fez uma thread sobre mim falando coisas horríveis e que eu havia sido demitida da empresa onde trabalhei por ter brigado com uma trans no banheiro, isso nunca aconteceu (tenho documentos comprovando que eu pedi para sair para focar nos meus estudos, e tenho testemunhas que trabalharam comigo lá), essa thread virou fofoca em Maceió e pessoas que não me conhecem começaram a me xingar, me agredir e ameaçar, todo o twitter de Maceió naquela noite estava falando de mim, minha irmã que na época era graduada em Direito me orientou de desativar o twitter para recorrer posteriormente, mas não recorremos e até hoje essa thread se encontra no twitter e as pessoas comentam em fotos que eu estou. Fiquei 2 meses sem sair da casa, alguns lugares onde vou as pessoas me conhecem e falam dessa situação como se fosse verdade, isso me fez ter crises de ansiedade e várias outras coisas. Meu twitter na época era @thaenarey tem até hoje os insultos e o twitter do meu agressor Sérgio Peixoto Mago é @MagoPeixoto.

113. “Em 2015 eu era aluna do curso de ciências sociais na UFSC. Eu emitia opiniões contrárias às teorias pós modernas de gênero e tinha interesse nesse debate... achava que um curso de humanas seria um espaço fértil para a conversa. Entretanto, percebi que a própria abertura do diálogo era muitas vezes considerada por si só transfóbica. Certas crenças eram dadas como inquestionáveis. Comecei a ser exposta e degradada na internet por duas estudantes travestis. Passou pro meio físico também. Gritavam atrás de mim quando eu passava. Colocavam cartazes com meu nome me difamando. Me denunciavam por nazismo na ouvidoria. Após isso fui intimada na pró-reitoria e fui obrigada a ouvir sermão sem espaço para defesa. Recebia ligações e mensagens e isso durou meses. Não demorou para que eu tivesse meu primeiro ataque de pânico no caminho da universidade. Parei de ser capaz de pegar transporte público. Não conseguia sequer ficar sozinha. Tranquei o curso. Fui ao psiquiatra e comecei a me medicar. Perdi 10kg e demorei de 6 meses a 1 ano pra me reerguer. Depois disso fui fazer outro curso em outra universidade. Só hoje, 8 anos depois, voltei para as ciências sociais UFSC. Tive diarreia na primeira semana inteira de tanto nervoso e trauma. Hoje está tudo bem. Mas me foi arrancado um sonho de carreira à força. Me foi arrancado um ano da minha vida. Me arrancaram a sanidade mental e muito dinheiro gasto para recuperá-la. Mas acima de tudo me arrancaram a dignidade. E incluo a UFSC nisso, que não soube lidar e que me tratou com uma cidadã digna de menos direitos ao não me ler como vítima da situação mas como merecedora da caça às bruxas do século XXI.”

114. “Faço um curso da área da saúde, terapia ocupacional, e também faço parte de um coletivo jovem de esquerda. Nesses espaços, como também nos círculos de amizade fora da faculdade, todos reconhecem homens como mulheres. Além disso, há um ódio disseminado contra mulheres que criticam gênero. Ao não me posicionar contra gênero nesses espaços, concluem automaticamente que sou a favor, já que a maioria das pessoas de esquerda também são, e pregam para mim ou na minha frente que mulheres críticas devem ser lidadas com violência. Minhas relações estão sendo minadas, pois não posso ser eu mesma com ninguém. Também há uma pressão para que eu compartilhe conteúdos pró auto-identificação de gênero e preciso fazer malabarismo social para evitar isso. Recentemente, uma professora minha, repito, da área da saúde, está sofrendo retaliações por dizer que mulheres vão à ginecologista, sendo submetida a

processo administrativo de acusação de crime. Não posso defendê-la publicamente pois prejudicaria minha graduação, e eu sofreria ainda mais que ela.”

115. “Tenho muitos relatos sobre redes sociais, eu disse que pessoas homossexuais gostam do sexo oposto, e se uma lésbica fica com uma mulher trans ela é bissexual ou hétero, não lésbica. Disseram que eu era uma "vadia burra" e que não é a toa que gays morrem todos os dias. Também vi transsexuais postando que mulheres são culpadas pela morte deles, transsexuais excluindo a categoria mulher para "pessoas que menstruam" entre outros absurdos. Me chamam de privilegiada por eu ser "cis". Em um jogo online que joguei, disse que não aceitaria pessoas trans nos meus espaços e um homem disse "tinha que ser mulher, por isso são oprimidas desde sempre. Transfóbica de merda, se eu vejo feminista na rua tiro o pau pra fora mesmo." Pessoalmente minha cunhada me chamou de criminosa, disse que eu era transfóbica e segundo ela isso é pior que ser racista. Disse que eu era transfóbica por eu ter dito que homens não podem ser mulheres. Várias vezes transsexuais disseram que eu precisava de um pênis pra parar de falar, sabendo que eu sou lésbica, e vejo milhares e milhares de meninas lésbicas sofrendo ameaças por não aceitarem se relacionar com homens que se autodeclararam "mulheres". No Brasil uma moça de uma faculdade se suicidou por causa da perseguição que os ativistas trans fizeram contra ela, é um caso que ficou oculto para a grande mídia não ser acusada de transfobia.”
116. “Sou uma mulher negra, mãe e psicóloga, mas no momento estou afastada dos atendimentos clínicos por conta da maternidade, então estou no momento dependente financeiramente do meu companheiro. Meu companheiro é homem branco, apoiador do movimento transativista. Eu enquanto mulher e feminista radical, sou crítica de gênero e tenho muitas críticas ao movimento transativista. Já tive em casa muitos embates com o meu companheiro ao defender o que é ser mulher, ou defender por exemplo banheiros separados por sexo, e por isso já fui comparada/chamada de nazista, conservadora, bolsominia, transfóbica e racista. Vejo meu casamento indo de mal a pior por eu me posicionar como feminista radical crítica de gênero. Toda crítica que eu faço é vista como ataque pelo meu companheiro. Hoje evito conversar sobre o assunto porque sei que vou ser chamada de coisas das quais não gosto de ser chamada, inclusive sendo acusada de um crime. Como profissional me vi evitando falar/postar sobre qualquer crítica ao identitarismo por medo de ter meu registro cassado pelo conselho de Psicologia.”
117. “Perdi meu trabalho no UNASP, uma faculdade cristã. Fui demitida sendo chamada de FEMINISTA E REBELDE, quem me demitiu era devoto do bolsonaro e suas ideias.”
118. “Eu e minha namorada já fomos atacadas na Internet (Twitter), por acreditarmos no sexo biológico. Na verdade isso é bem comum, impossível poder se expressar abertamente sobre o assunto, principalmente no estado em que as pessoas se encontram, onde absolutamente tudo que possa refutar a teoria medíocre e preferencial aos homens que eles possuem, é considerada transfobia ou qualquer tipo de agressão que eles acreditem que possa ser. Enfim, temos medo de nos expressar em lugares públicos principalmente, chega a ser até difícil criar vínculos com outras pessoas.”

119. “Disse que era contra homens vestidos de mulheres usando o banheiro feminino porque o banheiro feminino é um lugar seguro para a mulher (sabemos que homens não entram lá) e um rapaz homossexual me disse para eu ir me acostumando porque eles iriam dominar tudo e se eu estivesse incomodada que eu fosse então fazer as minhas necessidades na rua.”
120. “Eu disse “lésbicas não ficam com homens, lésbicas não gostam de pinto” e então uma não binário disse que iria me matar e distorceu minha fala para meu grupo de amigos repetidamente. Um homem trans e a não binário como ela mesma disse para outra pessoa que ela queria se vingar de mim, sofri abuso sexual do homem trans onde ele tirou fotos nua minhas sem meu consentimento e enviou para a "nb", tentou me convencer a dizer que eu era pansexual e um dia ele forçou relação e quando eu briguei com ele, ele disse que eu queria ver ele sendo estuprado na cadeia masculina pois eu era transfóbica.”
121. “Já aconteceu em uma balada: invadiram o banheiro e entraram na nossa frente no espelho querendo caçar briga. Mas o pior foi em um evento na UFG. Uma menina, sapataozinha, quase me bateu porque a chamei de moça, afinal ela se achava homem. Nesse dia fui estuprada ao voltar pra casa... Mas o pior até agora foi perder minha melhor amiga por quase 20 anos: ela se acha homem e está com barba. E.. ela é passiva 😏”
122. “A maioria das situações não ocorreram comigo e sim eu presenciei acontecer com outras mulheres principalmente em redes sociais e em espaços que seriam destinados a mulheres e a mulheres lésbicas, como: banheiros, bares e festas voltados a lésbicas e em redes sociais principalmente o Twitter, onde ameaças de estupro, agressões, perseguições são muito comuns e acontecem de uma forma muito agressiva. Pessoas trans e apoiadores coagindo homossexuais principalmente do sexo feminino a se relacionar com o sexo oposto porque se não, essas mulheres são transfóbicas, esses grupos ameaçam, proferem agressões verbais homofóbicas e misoginas. E sobre bares: acontece muito de proprietários de bares e festas que se dizem ser para o público homossexual e bissexual feminino apoiarem a coação a mulheres lésbicas.”
123. “Há alguns anos participei de um grupo no facebook voltado ao público LGBT e simpatizantes. Durante certo período tudo correu bem, era um espaço bastante acolhedor e eu como mulher lésbica me sentia à vontade para conversar sobre qualquer assunto desse universo. Até que, em determinado momento, comecei a questionar certa imposição de algumas pessoas autodeclaradas "não binárias". Essas pessoas simplesmente ameaçavam e intitulavam de "transfóbico" qualquer um que não aderisse à "linguagem neutra" e isso gerou uma grande gastura e rompimento no grupo. Eu em particular fui muito atingida visto que, ao me posicionar publicamente contra, fui extremamente atacada não apenas no grupo como fora dele também, tive meu perfil exposto em redes sociais diversas, fui ameaçada de morte, recebi centenas e mensagens de ódio, grupos contra a minha pessoa foram criados com o intuito de derrubar o meu perfil e fazer "chacota" de mim simplesmente porque não aderi a essa linguagem a meu ver elitista e sem sentido. Enfim, até hoje sou conhecida como "A transfóbica do grupo x" e por conta disso deixei de comparecer em eventos, não por medo mas para evitar possíveis retaliações. O mais interessante é que em momento algum me posicionei contra pessoas trans, até porque tive o privilégio de acompanhar a transição de 2 pessoas próximas a mim e elas sempre tiveram meu

total apoio (até financeiro). Desde então tenho me policiado e acompanhado centenas de outras pessoas que passaram/passam por situações semelhantes. Desenvolvi um enorme desgosto das siglas TQ+ visto que, com base em minha experiência e vivência, muitas pessoas com disforia de gênero atacam diretamente pessoas gays, lésbicas e bissexuais por estas não terem interesse sexual em pessoas trans. Usam e abusam da palavra "transfobia" para despejar ódio carregado de homofobia e misoginia contra homossexuais (especialmente mulheres) que de nada tem a ver com identidade de gênero. Já ocorreu de me chamarem de transfóbica por me recusar a me relacionar com uma mulher trans. Mas se eu o fizesse, estaria invalidando minha própria homossexualidade para validar a identidade de gênero dela! O fato dela se identificar como mulher não altera em nada o fato de que a mesma possui um corpo e membro masculinos que não me atraem pois sou uma mulher homossexual e me atraio por mulheres nascidas mulheres. Respeitar minha própria natureza não faz de mim transfóbica. Essa imposição doentia de que devo aceitar caso contrário sou "algumacoisafóbica" é absurdamente abusiva e soa como estupro corretivo. Enfim, sigo na luta diária de ser mais uma mulher que já sofreu muita misoginia nessa vida, mas definitivamente jamais deixarei de lutar pelo que acredito."

124. "Ter medo de ser chamada de transfóbica e fascista apenas por querer discutir acerca da problemática com outras mulheres do meu ciclo social. Ver pessoas trans recebendo tratamento diferenciado em espaços femininos - já ocorreu de uma vez eu estar na fila para o banheiro, quando chegou minha vez uma travesti cortou a fila inteira e falou "Deixa eu ir na sua frente, eu sou travesti." como se isso justificasse algo, e até nessa situação fiquei em silêncio por medo de ser expulsa do local e ser taxada de transfóbica."
125. "O primeiro contato com a dissidência de gênero foi em 2017, quando estava concluindo meu TCC sobre mulheres no cinema brasileiro e minha orientadora acusou meu texto de "panfleto de igreja", porque eu defendia mulheres com base no sexo biológico. Na época, estava em trabalho com uma orientadora que é fiel ao movimento Queer e que questionou minha abordagem por "não ser interseccional", uma vez que baseei meus estudos em arcabouços teóricos orientados à materialidade do sexo feminino. Nesse trabalho fui tolhida, tive o processo interrompido por desavenças teóricas e não pude concluir da forma como gostaria, uma vez que essa orientadora seguia uma teoria acadêmica (ecumênica) que ela afirmava ser respaldada cientificamente diferente da minha, cuja a mesma havia falado que parecia ser um "panfleto de igreja". Alterei todo o arcabouço que eu havia proposto com base em teorias feministas por solicitação dela, uma vez que meu embasamento teórico não abarcava pessoas transidentificadas no conjunto de reflexão sobre mulheres. Ao longo da minha vivência, parti para outra graduação onde encontro problemas semelhantes, nos quais pessoas que se dizem advogar pela "ciência" defendem a teoria Queer como marco científico das últimas décadas. Venho sendo coagida a concordar com as máximas de que "mulheres são sentimentos" e que a materialidade é questionável, uma vez que "não existe natural para o ser humano". Como pessoa, mulher, formada academicamente, enxergo essas afirmações como misoginia, pois não podemos questionar o patriarcado que foi imposto em nosso sexo, sendo o gênero uma ferramenta de manutenção das teorias greco-romanas da submissão da fêmea humana adulta. Se concordamos em viver em sociedade e celebramos o avanço da ciência com vacinas contra doenças, não seria muito inteligente da parte das humanidades questionar a própria biologia, por mais que seus estudos linguísticos sejam

filosóficos façam tentativas dias após noite. Talvez tenhamos encontrado um limite de questionamento da ciência, onde os mesmos que julgam os "anti-vacina" querem advogar sobre a "não existência" do sexo na espécie humana (eles ainda não chegaram aos mamíferos). Gostaria de deixar para a pessoa da ONU que as realidades das mulheres realmente são muitas e que não excluamos nenhuma fêmea humana adulta do gênero como queiram chamar. Usar o termo "gênero" não retira a socialização vivida pelos "corpos" e não exige que as mulheres sejam oprimidas pelo seu SEXO diante de um raciocínio hegemônico do SEXO masculino, pessoas com pênis, sejam elas como "se identifiquem".

126. "Primeiramente, gostaria de esclarecer que as ameaças por expressar minha opinião sobre os direitos das mulheres baseados no sexo são tão grandes, que coloquei nome e sobrenome falsos na pesquisa. Meu e-mail é verdadeiro, por isso, sintam-se à vontade para entrar em contato comigo. No geral, sinto-me coagida a concordar publicamente com a teoria de identidade de gênero por conta das retaliações que posso vir a sofrer, tanto no trabalho quanto no círculo de amigos. Todos os amigos que tenho desde o ensino médio aderem à teoria, a ponto de utilizar termos como "todes" como se as pessoas no geral fossem entender, e acreditarem que gênero seja um sentimento. Isso vai contra absolutamente tudo o que eu acredito, pois apenas mostra o quanto estamos mascarando a real opressão das mulheres que é baseada na realidade material. Nunca sofri violência e ostracismo por conta disso, já que me escondo. Eu não falo o que penso em NENHUM momento quando surgem discussões sobre identidade de gênero. "Você acha que mulheres trans e mulheres devem usar o mesmo banheiro?". Eu não respondo. Nunca. Porque eu SEI que serão violentos comigo! Quando foi que a misoginia se disfarçou de tal forma que ameaçar mulheres de estupro agora é algo permitido? Estamos falando de uma teoria que possui total embasamento científico, afinal, sexo é IMUTÁVEL. Temos que negar a ciência, a biologia, para que nos adequemos a meros delírios? Parecem fanáticos religiosos. É muito, muito triste. Sinto-me completamente sozinha, sem poder conversar sobre isso profundamente e promover um debate saudável, uma vez que NINGUÉM da minha roda iria entender. Eles sequer me permitiriam começar a explicar. Entendem o buraco que estamos afundados? É impossível contribuir com a evolução no debate acerca de questões sociais que a realidade material implica, já que posso ser ameaçada de estupro e acusada de um crime que NÃO cometi. Não somos nós quem matamos pessoas trans. Mas eles precisam de um espantalho para bater, e como somos oprimidas em todos os sentidos, é mais fácil nos ameaçar do que fazer o mesmo com líderes da extrema-direita. Agradeço desde já a atenção e ficaria lisonjeada caso entrassem em contato comigo por email para que eu possa fazer parte da rede de apoio de maneira silenciosa, grupos do WhatsApp, etc. Evito seguir páginas feministas radicais porque podem ver quem eu sigo e posso ser ameaçada."

127. "Eu tocava em uma banda e uma integrante "não-binária" me denunciou ao dono da banda como transfóbica, o dono apenas disse que isso era um problema entre vocês mulheres, mas o clima ficou bem chato e preferi sair do grupo.

E em conversas entre amigos em diversas oportunidades amigos sempre me alertam, cuidado com o que você fala, olha não fala isso que você vai ficar mal vista, e etc..."

128. “As primeiras vezes que me posicionei fui advertida por amigas, familiares, sempre mulheres, até as que se dizem feministas, me disseram que eu sou transfóbica e era uma decepção, segundo uma menina de 15 anos que quer ser homem, falou que por eu ser de esquerda ela nunca imaginou que eu fosse preconceituosa “machista” e que esse discurso de feminista radical era coisa de extrema direita. Minha preocupação é como os adolescentes estão sendo convencidos de que mulheres não são mais fêmeas adultas humanas e sim um homem de saia.”
129. “Me formei em ciências sociais em uma universidade pública. Pouquíssimas vezes tive coragem de expressar, mesmo que de maneira superficial e velada, minha opinião acerca de questões envolvendo feminismo e teorias queer; nas raras vezes que me posicionei, sofri “ameaças” de ser declarada como transfóbica e conservadora.
- Dentro de meu curso, demorei a identificar outras mulheres que não subscrevessem à Teoria de Identidade de Gênero. Apenas em um momento de lazer com UMA amiga, fora da universidade, soube que ela via questões relacionadas à Teoria de Identidade de Gênero da mesma forma que eu... ambas sentimos um alívio em saber que tínhamos ao menos uma pessoa com quem contar, uma vez que o ambiente universitário (tanto dentro da universidade quanto fora, como festas e confraternizações) é extremamente hostil com quem discorda.
- Nas redes sociais, nunca me posiciono e evito curtir posts por medo de sofrer represálias principalmente por parte de meus amigos e ex-colegas de turma. Nunca sofri algum tipo de violência mais direta, no entanto, viver sob constante vigilância e risco de ser atacada por defender os direitos das mulheres é um sofrimento constante.”
130. “Tenho uma carreira sólida conquistada em mais de vinte anos de trabalho árduo. Respondi que não sofri ameaças ou censura porque, vendo como está a situação, não ousou trazer em público minha perspectiva teórica sobre o assunto com medo das repercussões. Percebo já em nível íntimo e pessoal como opera essa lógica de cancelamento, além de ver o que tem acontecido a mulheres muito mais “blindadas” que eu. Munida dessa experiência, não arrisco levar para o trabalho em alto e bom som o que eu penso ou observo, o que além de gerar profundo desconforto prejudica também a própria atividade profissional que pressupõe poder se expressar livremente. A ameaça de ser “processada” (“isso é crime viu”) por apontar a realidade material paira no ar ainda que não seja explicitada e a interdição da minha fala sob rótulos que desqualificam o conteúdo que eu trago me desestimulam a conversar sobre esse assunto fora dos círculos de extrema confiança que eu tenho. A censura traz a reboque uma cara-metade, tão poderosa quanto: a auto-censura. Não devemos deixá-la de lado.”
131. “Estudei numa universidade federal e quando os colegas descobriram que eu era feminista radical, me expuseram, ameaçaram, disseram que eu merecia sofrer violência. Dedicaram um grupo no WhatsApp pra falar mal de mim. Pessoalmente, ficavam me provocando nos corredores e me excluíram dos grupos. A situação ficou insustentável e eu fui obrigada a sair da universidade porque desenvolvi síndrome do pânico. Passaram-se 7 anos e ainda tenho pavor de sair sozinha na rua e realmente me baterem.”

132. “Sou Mariana Waechter, artista visual e moradora de ocupação desde janeiro de 2022. Sempre tive um papel de coordenação cultural neste espaço desde que nele me integrei - no primeiro ano de moradia, organizei junto das companheiras e companheiros muitas ações e eventos que agregaram positivamente nosso trabalho de base enquanto movimento de luta, o que fortaleceu a ocupação.

Em abril de 2023 organizei um evento que propunha uma discussão acerca do meu livro infantil "com que roupa?", que aborda questões trabalhistas e de gênero de forma lúdica. Minha intenção era promover o bom debate público acerca das contradições do assunto, já que o tema se tornou um tabu mesmo para a esquerda. A mesa contava também com a participação de Guilherme Terreri (rita von hunty) e Aleta Valente, na mediação de Jairo Malta.

Dias antes do evento, uma moradora do sexo feminino que se identifica como pessoa não binária (moradora recente da ocupação, desde os meses iniciais de 2023, quando também iniciou um relacionamento afetivo com uma das coordenadoras) me perguntou de forma veemente se acredito que mulher trans não seria mulher de fato, mas homem. Tentei evitar a situação de confronto que a pergunta trazia, mas respondi honestamente que, de fato, não subscrevo à teoria de gênero - ao que a pessoa ficou contrariada e começou a me tratar com hostilidade, chegando a dizer - quando perguntei se ela estava bem, buscando compreendê-la - que gostaria de me "dar um soco na cara".

Esse episódio foi citado no próprio debate, quando as feministas se pronunciaram acerca das ameaças sofridas justo por discordarem da teoria, ao que Aleta respondeu com indignação à escalada de violência sobre o assunto que eu "deveria abrir um b.o." pela ameaça. E este foi o momento em que ela deixou a mesa de debate, acompanhada de outras feministas presentes. Dias após o ocorrido, a despeito de um projeto coletivo que estava sendo discutido de comum acordo junto da coordenação para melhorias nos espaços comuns da ocupação, foi decidido de forma arbitrária e sem diálogo a mudança da moradora que havia me ameaçado, do 7º andar para o 11º - ou seja, literalmente AO LADO do meu espaço de moradia desde que comecei a viver na ocupação. Não conheço outra palavra para essa situação a não ser coação - e desde então tenho vivido isso diariamente, ainda que a coordenação tente apaziguar quão delicada e desagradável é a situação ao repetir que "desculpas já foram pedidas" e que eu deveria apenas aceitar pois "está tudo bem".

133. “Em 2021 tomei consciência acerca dos riscos para nós mulheres e crianças nos avanços das políticas de identidade de gênero e logo nasceu em mim uma necessidade de alertar outras pessoas. Comecei no meu círculo de amizade e já sentia uma forte reprovação. Passei a buscar mais conhecimento sobre o tema e quanto mais me aprofundava, mais se tornava urgente para mim disseminar as informações que adquiria. Resolvi falar mais abertamente sobre o tema em minhas redes sociais, fazia alguns post no meu story.

Sou filiada ao PDT e no partido não acontecia nenhum debate sobre esse tema. Assim como outros partidos de esquerda, o PDT abraçou, sem questionar, toda a agenda queer. Decidi, também, criticar abertamente as políticas de identidade de gênero dentro do partido, como uma tentativa de provocar o debate. Comecei fazendo alguns posts nos grupos de Whatsapp do partido. E logo fui rechaçada.

Em um desses grupos, após um post meu, iniciou-se uma discussão com membros do movimento diversidade, alguns transfemininos e outros gays, um deles inclusive era o Leo Lupi, filho do presidente do partido e hoje Ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, que não aceitaram o post e alguns deles acusaram a mim e outras mulheres de sermos transfóbicas. Uma travesti que participava da discussão, printou parte da conversa, expondo o meu nome e de outras mulheres e postou no Twitter com a seguinte legenda: "Abaixo está um aperitivo de radfem que até se une com homens para vomitar seus preconceito contra mulheres trans." O movimento de mulheres AMT, ao qual eu fazia parte e, inclusive, era vice-presidente, não deu nenhum apoio às mulheres, ainda fez uma nota em favor da travesti que nos expôs, isso tudo sem me falar nada, sem nem mesmo me convidar para esclarecimentos. Me senti sem chão, pois além de ser atacada, não encontrei apoio no movimento das mulheres. Com isso o meu afastamento do movimento foi inevitável. Logo depois recebi um link de uma matéria no portal O Cafezinho, na qual Duda Salabert comentou o ocorrido. Pedi para responder a matéria e me foi concedido o direito de resposta. Depois desse episódio, deixei de ser atuante dentro do partido. Nem piso mais lá. Resolvi intensificar minha atuação no Instagram e foi nas redes sociais que recebi os ataques mais violentos e misóginos. A cada post que fazia, posts sem violência alguma, apenas argumentos, recebia uma enxurrada de ameaças. Chegavam em bando, parecia um grupo organizado. Me chamavam de transfóbica, me ameaçavam de processo, de me mandar pra cadeia. No privado era pior, eram xingamentos muito pesados e misóginos. Me chamavam de vagabunda, de puta, falavam pra eu dar minha buceta podre, etc. Até um dia que recebi ameaça de morte.

Uma pessoa mandou uma mensagem tão violenta, onde dizia que queria enfiar uma bala na minha cara, que se tivesse onde eu moro, ia me caçar no inferno, me xingou muito, acho que de puta ele deve ter me chamado umas 10 vezes, ele estava empenhado em me deixar em pânico. Além dos ataques a mim, minha página no instagram também foi atacada. Eles denunciaram minha página até o instagram retirar do ar, fiquei sem página por 15 dias. Tive que recorrer para reaver minha página. Teve uma vez que uma chefe de cozinha, que participou de um Reality Show, que tinha milhares de seguidores, começou a incitar seus seguidores contra mim, convocando para denunciar minha página, ela dizia nos stories: "denuncie a página dela, antes que pessoas se suicidem por causa dela". Lembro que corri pra trocar do modo público para privado da minha página, porque certamente iam derrubar novamente.

Com o tempo fui percebendo que estava adoecendo, sentia algo como uma exaustão emocional. Certa vez uma pessoa que comentou um post meu disse que tinha me enviado uma mensagem no privado. Eu não consegui abrir a mensagem. Levei três dias para conseguir abrir. E uma outra vez eu pedi para uma amiga abrir a mensagem e ler para ver se era agressão, porque eu não queria mais. Tudo aquilo realmente estava me afetando. Comecei de tempo em tempo, a me obrigar a não entrar nas redes sociais.

O que eu percebi nisso tudo, que ficou muito claro para mim, foi a tentativa de silenciamento. Eles não admitem que a gente fale. Alguns que me mandavam mensagem, tentando me convencer de que eu era errada, quando eu argumentava, me ordenavam a não responder mais.

Muitas mulheres já sofreram ataques violentos só porque fizeram um comentário em algum post e entraram em estado de pânico. Recebi muitos relatos.
Fico por aqui e espero que possamos cessar essa violência. Acredito que estamos avançando com muita luta.
Verô Moraes”

134. “Sendo militante há cerca de 20 anos, sempre mantive 2 redes sociais, uma para expressar opinião e outra para contatos profissionais.

Sofri milhares de banimentos no facebook devido a isso, bastante comum entre as mulheres que compartilhavam desta visão de sexo como realidade material. Fui expulsa de vários grupos de esquerda apenas pelo fato de questionar a teoria de gênero. Perdi vários amigos e fui chamada de transfóbica inúmeras vezes. Também recebia xingamentos de pessoas cheias de ódio por alguma discussão em um post e até ameaças por inbox de vários fakes, sobre estes, diziam se tratar de um trans (sexo masculino). O stress causado por isso fez com que eu desativasse este perfil e mantivesse apenas a outra conta sem opiniões.

Estou me preparando para frequentar um novo local, como postei opiniões no perfil atual, já sei que em breve terei que desativar este também, pois percebi ser política da instituição utilizar palavras como TodEs, o que é absurdo, visto se tratar de um instituição pública em que deveria ser respeitada a norma culta exigida para ingresso.

O medo de ser enquadrada em alguma investigação de "vida pregressa" ou ser vista como agressora aos direitos humanos é real e faz com que a gente viva escondida.

Parece algo tão banal a militância virtual...mas recebo mensagens de mulheres gratas e confessando ter medo de falar sobre isso como eu ou sequer dar like, pois podem ser vistas.

Por conviver em um meio mais conservador, não sofri agressões pessoalmente, mas observando a universidade federal que frequentei, soube que em cursos de humanas as alunas não podem falar sobre isso senão perdem todas as oportunidades e são isoladas como criminosas. Pela minha experiência com este grupo de ódio e silenciamento às mulheres, considero essa hipótese bem plausível. E algo tem de ser feito pois é uma minoria que está conseguindo passar por cima de todas nós, com a anuência da esquerda.”

135. “Uma mulher que mantém um relacionamento com um homem trans identificado descobriu minha linha de feminismo através das minhas curtidas, páginas e pessoas que sigo nas redes sociais. Ela investigou meu perfil e veio tirar satisfações comigo exigindo que eu me retratasse publicamente pelas minhas curtidas (??) e pedisse perdão (???). Uma das minhas curtidas (no vídeo da influenciadora Pietra de Pinho no qual ela afirma o óbvio: lésbicas não gostam de pênis) estaria deslegitimando “mulher trans lésbica” assim como o relacionamento dessas pessoas, com o qual não tenho nada a ver. Além disso, mandou publicações curtidas por mim em desacordo com o transativismo para outra travesti e ambas gravaram vários stories dizendo que quem curtia tais vídeos eram coisas terríveis, comparadas com Hitler e etc. Não mencionaram meu nome, mas sei que a quem pergunta no privado o meu nome é mencionado. Essa mulher passou dias me fazendo pressão psicológica e atribuindo a mim os transtornos de “várias pessoas”, segundo a mesma. Passei dias com crise de ansiedade achando que eu poderia sofrer algum tipo de represália física, deixando de frequentar locais por medo.”

136. “Sofri intimidação por membras de um coletivo feminista que eu fazia parte, composto por alunas da UFSM-CS, por alunas da UFSM-CS que não faziam parte do coletivo. Sofri intimidação, violência verbal e ameaça por homens transidentificados como mulher no twitter, exclusivamente por apontar misoginia e rivalidade feminina em seu discurso. E sofri intimidação por membras de um coletivo político marxista da minha cidade, por defender que homens identificados como mulher não devem utilizar presídios femininos porque isso coloca a integridade das mulheres em risco, com base em todos os casos que temos conhecimento e que não são casos isolados. E obviamente, em comentários em posts no Instagram.”
137. “Já tive problemas com um grupo de amigos por me colocar contra a violência direcionada a uma YouTuber americana que estava jogando e exibindo via Twitch o jogo Hogwarts Legacy, pois o jogo estaria financiando uma transfóbica. Falei o quanto a violência dirigida à menina era absurda, e que não fazia o menor sentido chamá-la de transfóbica por simplesmente ter jogado um jogo, e fui rechaçada. A amizade está balançada até hoje. Segundo os “amigos”, direitos das pessoas trans é algo absoluto e que não pode ser questionado de forma alguma, então se o movimento pede pra você não jogar um jogo, esse jogo deve ser banido da existência humana.”
138. “Já recebi ameaças de morte de transativistas no Facebook e twitter, e hoje vivo com medo de ser exposta e ser boicotada na minha transição de carreira (estou saindo da área da educação para me tornar doula).”
139. “Durante uma aula para o primeiro semestre dos cursos de *** da Universidade Federal de ***, defendi a postura e a atuação política da escritora J. K. Rowling, que foi apontada como transfóbica e antisemita pela maior parte dos/as presentes. Rebatí acusações à autora e finalmente disse que, embora não discrimine quaisquer identidades, entendo que mulheres são mulheres e mulheres trans são mulheres trans. Seguiu-se um debate acalorado, retirada da imensa maioria dos estudantes da sala, hostilidade e ataque verbal por parte de estudante de outra turma e, então, acusação formal sobre minha fala à coordenação. Os estudantes dessa turma fizeram denúncia formal ao Centro Acadêmico dos cursos, ao Núcleo de Gênero (doravante “NÚCLEO”) da Universidade e publicaram petição pública com acusações acerca do debate em sala de aula, complementando com uma denúncia de que eu havia me negado a tratar um aluno trans pelo nome indicado, o que é infundado. Em vários comunicados e postagens os estudantes afirmaram que eu os havia destrutado em sala de aula. Surgiram também acusações de racismo, capacitismo, “bifobia” e perseguição de pessoas trans. Eu mesma sou uma pessoa com deficiência – fui recentemente diagnosticada como autista – e bissexual, e desde sempre agi de forma humana, empática e acolhedora com alunos e alunas, em especial aqueles para quem as políticas públicas ainda são falhas ou discriminatórias. A petição pública representou uma manifestação de calúnia e difamação contra a minha pessoa e minha atuação como funcionária pública.
- As acusações feitas pelos estudantes foram levadas à Ouvidoria da Universidade, que acabou por estabelecer uma Sindicância, para a qual fui convocada a depôr em março de 2023. Desde os fatos ocorridos em sala de aula (em 14 de outubro de 2022), solicitei uma reunião com o “NÚCLEO”, com os estudantes envolvidos, Centro Acadêmico, Coordenação e Direção do Centro, a fim de expôr meu lado dos ocorridos e debater sobre as questões mal entendidas. Fui recebida de forma hostil pela maioria dos estudantes presentes e, de uma

carta aberta enviada, tive recepção hostil e novas acusações, quando ocorreu a própria acusação informal de crime de transfobia por parte de várias pessoas (entre professores/as, grupos de pesquisa e estudantes, assim como posteriormente até de partidos políticos da cidade, o que me causou outro grande constrangimento).

A partir desses eventos, fui impedida de coordenar um grupo de trabalho em um evento sobre gênero por conta de ameaças; fui citada explicitamente e indiretamente nas redes sociais como fascista, transfóbica; “acusada” de ser feminista radical, desonesta, incompetente; hostilizada e desumanizada por muitos estudantes, que passaram também a colar adesivos derogatórios nas portas das salas em que eu ministrava disciplinas, fazer manifestos em frente aos prédios dos cursos e pichações nos arredores do campus e nos banheiros, algumas das quais apontavam feministas radicais (eu e as estudantes que me apoiaram abertamente) como “cadelas do fascismo”, “ratazanas”, “fascistas”, “nazistas” e “eugenistas”. As pichações e postagens em redes sociais também são profundamente desumanizadoras, misóginas e odiosas, incluindo ameaças indiretas de estupro e agressões físicas.

No final de 2022 precisei de uma licença de saúde. Na época, comecei a reforçar a psicoterapia com acompanhamento de uma psiquiatra devido ao stress, ansiedade e agravamento de meu quadro de depressão (que antes disso já havia sido controlado) provocados pela situação após os acontecimentos citados.

Ao retornar para minhas atividades em final de janeiro de 2023, por ocasião do início do calendário letivo, continuei recebendo o mesmo tratamento hostil por parte de estudantes, somando-se aos comentários em redes sociais, pichações e ameaças indiretas – que não foram interrompidos com minha licença de saúde ou com o recesso escolar. Comecei a desenvolver extrema ansiedade em lidar com quaisquer estudantes ou frequentar o campus da Universidade, grande dificuldade de concentração, problemas com o sono e a apresentar picos de stress acompanhados de ideação suicida, em especial após o depoimento para a Comissão de Sindicância. Finalmente, ao final do primeiro semestre letivo de 2023, entrei novamente em licença médica, por no mínimo 90 dias, com atestado de Transtorno de Stress Pós-Traumático e agravamento de quadro depressivo.

O caso trouxe extremo prejuízo para minhas atividades laborais – e para os colegiados para os quais eu ministrei disciplinas obrigatórias; para minha saúde mental e para a minha família, que também foi afetada – em especial meu filho de sete anos. Antes de sair em licença de saúde, tive dificuldade em conduzir as aulas, pois já havia aberto mão da espontaneidade com que desenvolvo minha relação com os estudantes em sala de aula e também passei a sentir medo de confrontos e, por fim, do próprio convívio com alunos e alunas.”

140. “Sou graduada em Comunicação Social por uma universidade pública, venho de uma família de classe média que sempre conseguiu me sustentar, mas nunca foi rica. Atualmente, curso mestrado em “políticas públicas em direitos humanos” em uma universidade pública. Embora tenha começado a trabalhar antes mesmo de iniciar a faculdade, me encontro desempregada há quase 2 anos – o que, em parte, tem relação com as situações que irei descrever.

Durante uma seleção de trabalho, em 2020, para uma ONG que trabalha com direitos reprodutivos no Brasil, além de ter que responder na inscrição qual era a minha identidade

de gênero (o que tem se tornado padrão em praticamente todos os processos) e, por me sentir extremamente mal em ter que selecionar “mulher cis”, respondi “prefiro não informar”), fui coagida durante a entrevista responder “qual era a minha vertente do feminismo”. Essa pergunta, da maneira que foi feita, não tinha nenhuma relação com as minhas atribuições da vaga. Além disso, a pergunta foi feita de maneira violenta claramente para me constranger.

No final de 2020, uma mulher que era minha amiga postou algo falando mal de mulheres que não incluem mulheres trans nas pautas feministas e eu - porque acreditei que ela era alguém com quem poderia ter uma conversa respeitosa - respondi que não concordava com aquilo e que mulheres têm, sim, o direito de priorizar questões relativas ao sexo feminino e que eu também não concordava que signos de feminilidade eram sinônimo de ser mulher. Ela me respondeu me chamando de ignorante, transfóbica e dizendo que havia estudado muito já e que o que eu estava falando era “islamofóbico, racista, colonizador, coisa de branca rica”. Eu disse a ela que eu também estudava e que, provavelmente, estávamos bebendo de fontes teóricas muito distintas porque o que eu lia sobre feminismo materialista não era nada daquilo. Pedi que ela me enviasse essas tais leituras que haviam feito ela chegar àquela conclusão. Ela nunca me respondeu, me bloqueou e nunca mais falou comigo.

Em 2021, após ter recompartilhado no Instagram uma postagem criticando os ataques à JK Rowling, um (ex)amigo gay começou a me tratar de forma extremamente agressiva. Na época, eu estava passando um tempo hospedada na casa dele, em um estado do centro-oeste, então estava muito vulnerável naquele espaço. Ele não falava comigo, me dirigia olhares de raiva até que um dia me abordou de maneira super violenta dizendo ser um absurdo eu defender ela, que ela era uma transfóbica e que ela dizia que pessoas não podem mudar de sexo (!!!!). Eu, super coagida, tentei acalmá-lo e dizer que não achava correto a forma que a estavam tratando e que, independente de concordar ou não com ela, achava que ela devia ter o direito de tecer críticas e falar. Então, ele começou a me questionar sobre como eu agia no meu trabalho (que na época era junto a um projeto social para mulheres), se eu selecionava mulheres trans. Expliquei que eu não era a responsável pela seleção das mulheres e que eu só fazia a gestão do projeto. Depois, perguntou se eu falava também de mulheres trans na pesquisa que estava iniciando no mestrado - que fala sobre MÃES! - e eu disse que minha pesquisa era sobre mulheres-mães e ele começou a me atacar dizendo que mulheres trans também são mães. Eu, totalmente encurralada pela situação em que me encontrava - sozinha e na casa dele em outro estado - disse que podia ser uma questão interessante e válida, mas que na minha pesquisa eu não iria ter tempo para expandir o tema. Resolvi adiantar minha volta porque fiquei totalmente em pânico de continuar ali e, passado algum tempo, no Dia Internacional da Mulher, fiz um story dizendo que naquela data era importante que focássemos em pautas particulares de pessoas do sexo feminino (como aborto, pobreza menstrual, mutilação genital, maternidade), ele respondeu ao story dizendo que era impossível continuar falando comigo. Eu achei melhor não discutir e ele nunca mais falou comigo. Nós éramos parte de um grupo que havia morado juntos no exterior, e quando isso aconteceu, o grupo praticamente inteiro também passou a me excluir. Ninguém nem veio perguntar minha versão dos fatos, simplesmente me tiraram do convívio e passaram a falar mal de mim para outras pessoas, dizendo que eu era transfóbica. Recentemente, chegou até mim a informação de que esse rapaz hoje diz que é mulher - mesmo que não tenha

mudado absolutamente NADA na sua aparência - e que as pessoas do grupo falam que não tem como falar comigo por respeito a “ela”.

Na mesma época da postagem sobre a JK Rowling, uma mulher que considerava amiga me respondeu no Instagram com um texto ENORME me xingando das mais diversas coisas. Nesse período eu estava me recuperando de um abuso psicológico muito grave que eu havia sofrido com um ex-namorado que morou comigo. Na mensagem, essa mulher usou essa relação e o trauma que tinha passado contra mim, dizia que não era porque eu tinha sofrido na mão de homem que eu tinha que me tornar uma pessoa odiosa daquela forma, que meu trauma tinha me transformado em alguém irreconhecível, que nunca imaginou que eu seria tão nojenta e violenta daquela forma. Eu não respondi e printei tudo, caso algo mais acontecesse. Ela parou de me seguir e nunca mais falou comigo.

Em 2022, durante uma aula online do meu mestrado (em uma universidade pública), o tema era “políticas públicas para mulheres”, a professora que havia sido convidada especialmente para falar do assunto começou a dizer que havia se afastado de alguns movimentos feministas quando eles passaram a excluir “mulheres trans” das pautas e debates e que ela não achava que era certo usar sexo como definidor e sim gênero. Eu disse a professora que identidade de gênero era um conceito muito subjetivo e perguntei: “como planejar e avaliar políticas públicas para mulheres sem um conceito definido do que é mulher?”. A professora, então, disse que não podíamos excluir mulheres trans, que achava uma violência não acolher mulheres trans. E não deu uma resposta prática para a minha pergunta. Depois disso, o professor responsável pela organização da disciplina chamou um nome feminino, dando uma risadinha, e falando: “Acho que você vai querer comentar isso, né?”, convidando diretamente essa pessoa a falar. Então descobri que a pessoa em questão era um homem que se autoidentifica como mulher, e ele era aluno daquela disciplina. A situação ficou super constrangedora para mim, pois, ainda que não tenha falado nada de mais, estava sendo exposta de uma forma que me fazia parecer alguém preconceituosa. Depois desse dia, várias pessoas da turma que estavam nessa aula pararam de falar comigo, de me seguir em redes sociais, e, inclusive, já viraram o rosto para mim quando encontrei pessoalmente e fui tentar cumprimentá-las. Isso tem afetado não apenas meu desenvolvimento no mestrado como profissionalmente, já que aquele era um espaço onde estava tentando construir conexões de trabalho e hoje eu tenho medo de não conseguir encontrar emprego porque na minha turma havia muitas pessoas com cargos importantes no meu setor - inclusive uma que virou o rosto para mim é hoje presidente de um instituto bem grande. Não fiz nada sobre isso porque seria difícil provar o constrangimento e exposição que foi aquela situação e suas consequências, além de que temo ainda mais retaliação por parte da coordenação do curso.”

141. “Como jornalista, fui perseguida, difamada e cancelada. Comecei a escrever para a versão em português do Huffington Post em 2015 e pude escrever sobre feminismo, mas quando minha editora saiu em 2016, a próxima profissional a ocupar o cargo passou a vetar matérias falando de questões femininas. Soube mais tarde que ela era “trans aliada”. Em 2017, denunciei o cancelamento nas redes e a fundadora de uma publicação feminista, agora extinta, me ofereceu a plataforma dela para publicar matérias.

Mas em 2018 a fundadora também passou a vetar meus textos. A gota d'água para mim foi quando ela acrescentou, em uma matéria sobre saúde feminina, o termo “cis” antes das

palavras mulher e homem, e retirou um parágrafo inteiro que descrevia a anatomia feminina. Denunciei a censura nas redes, e fui acolhida pela QG Feminista naquele mesmo ano, para quem escrevo até hoje.

Em janeiro de 2017, fui ver minha família no Brasil. Levei meus filhos e meu marido estava na Espanha, começando um trabalho novo e procurando apartamento para alugar. Soube de uma prima que seu filho adolescente passou a se vestir com roupas femininas. Nos encontramos para um lanche na casa da minha mãe e tivemos uma conversa amigável, onde eu expliquei para o garoto que ele não era uma mulher, e ele e minha prima pareciam estar de acordo. Em maio, fui marcar as mulheres da minha família em um post de dia das mães, e descobri que minha prima já não era minha amiga no Facebook. Mande mensagem no inbox dela perguntando se o FB tinha desfeito a amizade sem ela saber, o que era comum, e fui bloqueada. A conta do meu marido ainda era conectada com a conta da minha prima e minutos depois de ser bloqueada, meu marido passou a receber mensagens vindas da conta da minha prima. As mensagens diziam que eu havia transado com o namorado da minha prima enquanto estive no Brasil, alguém chamado Moisés (nunca conheci pessoalmente ninguém com esse nome e na visita minha prima não havia falado que tinha um namorado). As mensagens difamatórias vieram em levas (me acusaram de viajar ao Brasil "sozinha" - sem marido - para traí-lo), e meu marido bloqueou a conta. Tempos depois, contei para a afilhada do meu marido esse ocorrido e ela disse que conhecia meu primo, e que ele fazia parte de um núcleo regional do PSOL. Ele e seus amigos se declaram trans ou transaliados viviam no centro da cidade fazendo arruaça, então entendi que não era a minha prima falando da conta dela e enviando a acusação, mas o filho dela e seus amigos, como ficou evidente com as mensagens recebidas em levas, que vinham com digitação diferentes, ora com todas as palavras em letra maiúscula, ora sem letra maiúsculas no começo de frases, ou com emojis entre as palavras, etc.

Enquanto moramos na Espanha, eu fazia ensino doméstico com meus filhos, porque sabíamos que a nossa estadia era temporária. Eu era abertamente feminista radical nas redes sociais. Em dezembro de 2018, dois policiais foram à minha casa na parte da manhã dizendo que eu fui denunciada por não matricular meus filhos na escola. Eu disse que nossa estadia era temporária e meu marido tinha uma entrevista de emprego naquele dia à tarde, e eles foram embora, não sem serem truculentos e assustarem meus filhos. Perguntei a vizinhos de confiança a respeito e eles me garantiram que não foram eles. Em janeiro de 2019 outros dois policiais truculentos retornaram dizendo que eu tinha sido novamente denunciada, e disseram que se eu estivesse na Espanha em Março, meus filhos tinha que estar matriculados e frequentando uma escola, ou eu e meu marido iríamos pra cadeia e nossos filhos iriam ser tirados de nós. Isso foi na época que os relatos de perseguição, cancelamento e agressão atingiram o nível de violência atual, como Maria MacLachlan, que foi agredida no Reino Unido em dezembro de 2018 quando filmava trans ativistas agredindo mulheres que iam a um evento da Women's Place UK. Meu FB recebeu, de 2017 a 2018, vários pedidos de mensagem me chamando de vagabunda, latão de lixo, velha tranqueira, parasita deformada, anomalia, aberração da natureza, velha cagada, "paga pau de macho, tanto que tem um safado dentro de casa. Te sustenta né cadela?" Sei também que as denúncias anônimas vieram de transativistas porque soubemos posteriormente de usuários do Twitter denunciados em outros países, como a Alemanha, mesmo estando no Reino Unido. Eu fui

suspensa do Twitter e FB temporariamente e muita gente tinha perdido suas contas de forma permanente, como a Meghan Murphy, do Feminist Current, suspensa em 2018. No meu caso, como eu me atenho a falar de questões femininas de forma firme e clara, os transativistas não conseguiam me denunciar para a polícia por "transfobia" porque para isso eles teriam que dizer que falar de anatomia feminina e de questões femininas era "transfobia", por isso fui denunciada por fazer ensino doméstico num país com leis rígidas contra o ensino doméstico. Minha suspensão temporária durou pouco por esse mesmo motivo, porque me atenho a falar de questões femininas e nas redes sociais onde estou, nunca conseguiam encontrar a tal da "transfobia". O mesmo ocorreu com o filho de minha prima, que fez acusações de infidelidade ao meu marido por não ter provas de uma alegada "transfobia" da minha parte. Eu pesquisava questões femininas, eu sou ativista do parto humanizado desde 2012.

Em agosto de 2019, estava muito perturbada com as acusações falsas de transfobia justamente por falar de anatomia feminina e procurava dizer para as pessoas, mas e menstruação, gravidez, endometriose, ovários policísticos, etc? Ninguém ligava. Nessa época eu queria fazer um fio no Twitter falando de práticas nocivas que as mulheres sofreram como o pé de lótus das chinesas, a venda de esposas, casamento forçado, etc. Quando postei sobre a ideia, incluindo a prática da mutilação genital feminina, uma sobrevivente dessa prática me explicou que ela ainda existe e afeta milhões de mulheres e meninas. Fiquei estarecida e passei a procurar matérias de jornal a respeito. Juntei 50 links sobre os mais variados assuntos, desde aborto seletivo de fetos do sexo feminino, cabanas de menstruação, achatamento dos seios com pedra quente, gravidez adolescente etc. Opressão e discriminação feminina, e também questões de saúde, desde a concepção até a velhice, e fiz o fio. Mulheres trouxeram várias questões que eu nem tinha ideia, tipo mercado ilegal de leite materno para fisioculturistas, exame de papanicolau sem consentimento em mulheres inconscientes no hospital, fibroides uterinas. Os ataques online aumentaram por causa do fio, e fui suspensa novamente depois de denunciada em massa mas, como eram questões femininas, as redes sociais não podiam admitir que falar delas era "transfobia", e eu voltava rápido.

Em julho de 2019, tentei vaga de jornalista para a publicação NewsDirect. Pareciam bem receptivos e pediram uma matéria sobre um assunto da atualidade que estivesse em decisão, como consultas públicas. Escolhi falar da atualização da lei do certificado de gênero britânico, que passava naquele momento por consulta pública, e ia permitir que qualquer homem pudesse mudar o marcador de sexo até na certidão de nascimento. No dia seguinte recebi resposta de que a publicação avaliou as matérias recebidas com base nos critérios de atualidade, qualidade do texto e se a matéria estava dentro do tópico, falando de uma consulta pública. Disseram que minha matéria "não se classificou entre as finalistas porque não atendeu a todos os critérios estabelecidos." Só não falaram que o critério que me eliminou foi falar do certificado de gênero porque a publicação era capturada pelo transativismo - eles tinham me enviado um formulário para preencher que perguntava qual era a minha identidade de gênero, meus pronomes etc.

Em outubro de 2019, fui a um café com minha vizinha após nosso curso de francês, perto de Paris. Falávamos em inglês (ela é australiana) sobre questões femininas, o meu fio no Twitter e sobre o sexo de nascimento importar no contexto médico. Vi uma moça passar pela gente

com a cabeça raspada, pensei "que legal ninguém estar enchendo o saco dela por raspar a cabeça." Saímos do café e esperávamos o sinal de trânsito abrir para atravessar uma rua, ainda discutindo sobre a importância do sexo de nascimento, quando a tal mulher me puxou por um ombro e começou a gritar comigo em inglês, algo como "toma tento!" Eu me desvencillei, achei que era só uma pessoa perturbada, drogada ou bêbada, e tentei ignorar. Foi então que ela me esmurrou diversas vezes na parte de trás da cabeça, enquanto gritava "para você aprender uma lição". Nessa época, tinha uma hashtag que viralizou no Twitter e estava nos trends há pelo menos um mês, que dizia "espanque uma TERF."

Mais tarde nesse mês, me candidatei a uma bolsa de pesquisa de um grupo que dizia lutar contra a censura, Index on Censorship. Fizemos chamada de vídeo e eu falei sobre o meu fio no Twitter para que virasse um projeto de pesquisa da opressão feminina na atualidade. Também não fui aceita. A impressão que dá é que censurar mulheres quanto a questões femininas é permitido.

Em 2020, passei a ter matérias publicadas pela 4W, em inglês, meu primeiro trabalho pago em jornalismo desde 2006. Por volta de junho do mesmo ano, a socióloga Marília Moschkovich escreveu que a categoria mãe deveria ser abolida e eu escrevi sobre isso para o meu Medium. Enviei meu texto para a publicação Women Are Human e a fundadora publicou uma matéria a respeito, citando a fonte (meu texto no Medium). Por causa disso, Marília tentou me difamar no Instagram dizendo que eu liderava uma campanha internacional contra ela.

Também publiquei o "Guia (mal-humorado) do Feminismo Radical", e transativistas faziam avaliações ruins na Amazon, dizendo que o livro trazia bons pontos mas parecia que eu achava que mulher era só quem nascia no sexo feminino e "excluía fêmeas transgêneras", o que era "triste e uma grande falha", ou que era mal escrito, ou que era apenas um apanhado de citações da Wikipedia, ou que definia mulheres como pessoas nascidas com genitais femininos, desprezando pessoas trans.

Tornei a me candidatar a uma bolsa de pesquisa sobre questões femininas em 2021. O tópico era se a mídia era tendenciosa ao reportar sobre homicídios no ambiente doméstico, e enviei informações sobre a minha pesquisa de questões femininas, e sobre ser uma jornalista formada que já pesquisava de forma independente a reportagem jornalística tendenciosa quando se tratava de parto - estudo há anos a narrativa da mídia ao noticiar que o "bombeiro/médico/motorista "fez" o parto de uma mulher" ou noticiar que a mulher fez um "parto cesárea" (cesárea não é parto, é cirurgia de médio porte), que tiram o protagonismo da mulher. Também não fui aceita, ninguém quer nada com uma feminista radical.

Em 2022, a organização ANTRA passou a me difamar nas redes sociais porque eu criei uma Ideia Legislativa para substituir a palavra gênero por sexo biológico feminino na Lei Maria da Penha. Como já mandaram a polícia na minha casa quando eu morava na Espanha, bloqueei a Antra em todas as redes. Antra não citou meu nome porque não querem ser acusados de misoginia, mas fizeram vários posts falando da "transfobia" de uma Ideia Legislativa para especificar sexo biológico feminino.

Andreia Nobre”

Em primeiro lugar, parabéns pela iniciativa. Parabéns por fazerem aquilo que órgãos oficiais, universidades, partidos, movimentos sociais, mídia e demais se recusam a fazer: ouvir aquelas que se recusam a negociar os direitos de mulheres e crianças. Fico feliz que este relato chegue à Excelentíssima Relatora da ONU, Ms. Reem Alsalem.

Meu nome é Eugênia Rodrigues, sou jornalista, moro no Rio de Janeiro, capital e sou porta-voz da campanha [No Corpo Certo](#). Também colaborei e colaboro com outros projetos ligados a mulheres e crianças. Venho, neste texto, contar alguns episódios que aconteceram comigo ao longo dessa década na qual questionei e questiono (e sempre questionarei) as políticas de apagamento do sexo, em especial a ideia de “crianças trans” e os procedimentos realizados nos corpos de menores de idade nos ambulatórios de “identidade de gênero” de nosso país. Eu escolhi apenas alguns episódios, repito, porque foram inúmeros. Alguns deles relatei no site da campanha, mas não todos. Todos os prints tiveram seus conteúdos transcritos ao final, a fim de garantir a acessibilidade.

FATO 1 – TRANSATIVISMO, SEUS APOIADORES E O ISOLAMENTO SOCIAL DE MULHERES

Uma das táticas de punição de transativistas e seus apoiadores às mulheres que os questionam é isolá-las.

Por volta dos anos de 2013/2014, eu tinha em meu círculo de amizade uma professora da UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (professora essa cujo nome, para evitar consequências jurídicas, prefiro omitir). Esta acadêmica é abertamente defensora da ideia de que mulheres são um sentimento na cabeça de certos homens (“identidade de gênero”) e de que prostituição seria o que ela chama de “trabalho sexual”. No Brasil, em especial em cidades conhecidas por seu “turismo sexual”, sabemos, estas duas ideias caminham juntas. À época, ela se colocou como uma “líder” do nosso grupo de amigas sobre o que ela chama de “questões de gênero”. Ela era, de nós, a única acadêmica, ao menos na época, o que fez com que nós a seguissemos, num primeiro momento. Ela pediu a nós que seguissemos ou adicionássemos nas redes sociais um conhecido travesti cafetão do Rio e uma também conhecida cafetina de outro Estado, ambos com grande penetração nos movimentos sociais e partidos ditos progressistas.

Quando eu atentei para o que estava acontecendo e comecei a questioná-la, ela me acusou de “transfobia” e foi atrás de amigas em comum exigindo que elas me excluíssem de suas redes sociais e de suas vidas. À época, eu já estava recebendo ataques virtuais de pessoas que eu não conhecia, mas foi muito mais doloroso ser isolada socialmente por pessoas com quem eu convivia, que frequentavam a minha casa e com quem eu circulava pela cidade.

Esta professora não foi a primeira a fazer isso comigo, é claro, mas, por ter sido a primeira ou uma das primeiras punições que eu receberia por dizer a verdade, foi, repito, extremamente doloroso à época esse isolamento. Hoje, vejo o quanto as redes sociais em particular e a internet em geral incentivam comportamentos de seita e de sectarismo como os praticados por ela, do tipo “quem é amiga de Fulana pode me excluir”, “quem curte a página tal pode me deletar” etc. Felizmente, hoje, mais velha, mais experiente e mais consciente do meu dever para com mulheres e crianças do meu país, esse tipo de comportamento não me abala mais.

Jamais deixarei de lutar por mulheres e crianças e quem não quiser a minha amizade por isso é melhor que vá embora mesmo. Lamento que estudantes universitárias (os) estejam sendo submetidas (os) a essa lavagem cerebral nos bancos das faculdades brasileiras por professores e professoras como ela, além das próprias crianças e adolescentes nas escolas.

Registro que a tal acadêmica, como muitos apoiadores do transativismo, se diz “antirracista”. Mas o “antirracismo” dela se limita às mulheres negras que fingem acreditar que somos sentimentos, “gêneros”. Ela não pensou duas vezes em prejudicar a mim, uma mulher negra – inclusive, exigiu a minha saída de um grupo de estudos de raça e etnia alegando que eu “poria as trans em risco” (incluindo o famoso travesti cafetão da nossa cidade que é amigo dela).

Vale registrar que, para muitas de nós, o isolamento social tem consequências muito mais graves: coloca em risco nossa permanência em determinados lugares, nossas bolsas de estudos, pequenos negócios... nossa subsistência, enfim, e a das nossas famílias.

FATO 2 – TRANSATIVISMO, SEUS APOIADORES E OS RISCOS À SEGURANÇA FÍSICA E MENTAL DAS MULHERES

Vou contar apenas dois episódios em que temi pela minha segurança física (felizmente, a mental não foi abalada ao longo dos anos, o que não significa que não experimentei sofrimento, dor e medo). O primeiro, ocorrido na construção do 8M em minha cidade, Rio de Janeiro, e o segundo quando eu confraternizava com amigas no bairro da Cinelândia, no mesmo município.

Primeiro, sobre o 8M. Ao longo dos anos, participei de muitas reuniões de construção do 8M local. Elas já são problemáticas pelo controle realizado pelos partidos de esquerda. Não sou filiada a partidos e nem tenho interesse em ser; participei das reuniões e das marchas de maneira independente, enquanto cidadã e ou membra de grupos pequenos exclusivamente compostos por mulheres. Fato é que estes partidos, através de suas filiadas e filiados, dão os rumos do ato de cada ano e, nos últimos anos, transativistas impuseram sua presença em reuniões, seus termos (“mulheres trans”, “as travestis”, “cisgênero”) e pautas (“nome social”, “direito à identidade de gênero” e o reconhecimento da prostituição como um “trabalho sexual”, por exemplo). Segue um trecho de um [texto que publiquei no site da No Corpo Certo](#) no dia 26 de maio deste ano no qual menciono um episódio ocorrido comigo em 2018:

“No início de 2018, e já falei sobre essa experiência publicamente, fui atacada por um transativista no Rio de Janeiro que chamarei de ‘W’. Ele era assessor do parlamentar Tarcísio Motta, do PSOL, e alega ser ‘uma mulher trans’. Como outros homens que fazem a mesma alegação, ele tinha e tem livre entrada em qualquer construção, reunião ou encontro exclusivo para mulheres nos movimentos sociais, como era o caso da construção do 8M carioca, que acontece anualmente marcando o Dia Internacional da Mulher. ‘W.’, a quem eu nunca tinha visto ou dirigido a palavra, foi até mim aos gritos porque, em uma das reuniões do 8M, pedi o afastamento da construção de ‘J’, transativista do mesmo partido dele, considerando que ‘J.’ havia ameaçado de quebrar os dentes de uma jovem estudante que eu conhecia. E mais: ao

publicizar o ocorrido, outra moça me procurou para contar que 'J.' também havia ameaçado bater nela.

Mesmo eu estando obviamente certa e mesmo eu utilizando pronomes femininos para se referir a 'J.', 'W.' ficou enlouquecido – nada do que estes senhores fazem pode ser criticado, nem mesmo seus crimes – sim, porque ameaça é crime. Se não estivéssemos em uma sala cheia de mulheres e alguns homens que também se afirmam como do sexo oposto, certamente esse senhor teria me agredido. No dia seguinte, exigi publicamente em meu perfil desativado no Facebook que Tarcísio se posicionasse, mas ele não só me respondeu dias depois (e após muita pressão de minhas seguidoras e seguidores) como sua resposta foi, resumidamente, que não ia se meter”.

Nesse texto que do qual tirei o trecho abaixo, eu não tinha mencionado [esta outra análise, publicada no Medium “Violência Masculina” por uma outra mulher e que detalha as ameaças praticadas por “J.”](#) Também não mencionei que, ao sair do prédio em que a reunião acontecia, o mesmo estava cercado não só por mulheres que conversavam entre si, mas também por homens travestidos do PSOL. Temendo pela minha segurança, fui obrigada a telefonar para um homem da minha família me buscar. Nunca imaginei que o movimento de mulheres se tornaria perigoso para as próprias mulheres a esse ponto!

Finalmente, eu também não havia posto no texto o print da resposta que o parlamentar me deu. Ele, que era à época, repito, superior imediato de “W.”; era como representante do seu gabinete, como membro de sua assessoria, que “W.” atuou e fez tudo o que fez. Eis o print:



Tarcísio Motta ✓ Cara Eugênia,

Não é uma tarefa trivial oferecer uma resposta à sua nota. Sou um homem cis branco profundamente comprometido com a luta contra as opressões, e exatamente por isso não posso nunca me esquecer que construo esta atuação política a partir de um lugar de fala específico, com enorme respeito ao protagonismo daquelas que são efetivamente afetadas pelas opressões estruturais da nossa sociedade. Esse é um ensinamento que chega pela própria força das lutas sociais colocadas, com as quais aprendo sempre e que me impõem a tarefa de revisitar os lugares de privilégio que ocupo. Neste sentido, e entendendo a importância desse ensinamento, não considero que seja adequado ocupar uma posição de resolução ou mediação de conflitos que surgem dentro de espaços de construção da luta feminista, antes mesmo que as próprias mulheres que participam desse espaço tenham analisado ou dado tratamento aos acontecimentos e relatos. Tenho profundo respeito ao protagonismo das mulheres e à construção de espaços autônomos de luta.

(#pratodosverem: ver conteúdo ao final do texto)

Observação rápida sobre a resposta dele: COMO as mulheres podem ter “protagonismo” em qualquer coisa quando um pequeno mas poderoso grupo de homens decretou que eles também são mulheres?! COMO não é possível ver que o transativismo faz exatamente o que o Tarcísio diz ser contra, que é desrespeitar o nosso lugar, a nossa vivência (material e não um discurso acadêmico ou médico)? COMO as citadas “mulheres que participam desse espaço” – eu inclusive, mas também as filiadas a partidos – podem agir da forma que gostariam quando a resistência delas foi rotulada de “transfobia”?

Sigo agora para o segundo trecho do texto que publiquei em maio.

“Em 2022, coincidentemente na mesma rua, fui novamente atacada, desta vez por um ator de teatro chamado Alexandre (“Alê”). Ele, que é gay, se diz ‘um LGBT’ e havia sido apresentado naquela noite por uma conhecida, também atriz de teatro. ‘Alê’ e se revoltou quando discordei dele que homens são mulheres e me posicionei contra a hormonização infanto-juvenil e manteve sua posição mesmo quando o alertei que isso está sendo realizado, inclusive, como forma de ‘cura gay’ por pais homofóbicos. O ator começou a gritar comigo e, como eu não me curvei, começou a incitar meu linchamento, como se eu fosse uma bruxa da Idade Média. Gritava para quem passava: ‘GENTE, TEM UMA TERF AQUI!!! ATENÇÃO,

ATENÇÃO, UMA TRANSFÓBICA!!! GENTE, VOCÊS NÃO VÃO FAZER NADA???. Felizmente, ninguém aderiu a ele; pelo contrário, os berros histéricos acabaram chamando a atenção de um amigo meu que, fingindo que queria conversar comigo um certo assunto, me levou para outro grupo. E explicou: 'te tirei dali porque ele ia te bater. Estava na cara que ele ia te bater'.

Estes são apenas dois exemplos de ocasiões em que transativistas e seus apoiadores me atacaram, ainda que não fisicamente. É assim que são quando estão longe dos holofotes; bem diferentes da forma como se colocam nas redes sociais e demais meios de comunicação, quando concorrem a cargos eletivos e quando ministram cursos, palestras, capacitações e formações sobre pseudociência de 'gênero'. Não, não há nada de real em seus apelos à 'diversidade', 'inclusão' e 'pluralidade'".

FATO 3 – TRANSATIVISMO, SEUS APOIADORES E A CENSURA ACADÊMICA

Um dos pilares sobre o qual se ancoram transativistas e seus apoiadores, no Brasil como no mundo, é a academia. Universidades, públicas e privadas, legitimam o apagamento do sexo e já vi seleções para artigos que já avisam que não aceitarão trabalhos alicerçados em racismo, homofobia, misoginia e... "transfobia" (como se o transgenerismo não fosse ancorado nesses mesmos pilares, o que é assunto para outro texto). Eu consegui furar essa bolha, não sem esforço e consequências, como através do meu trabalho de conclusão de curso ("A 'criança trans' no jornalismo brasileiro") e da publicação dos artigos "História das políticas baseadas em 'identidade de gênero' no Brasil e no mundo" e "Novas diretrizes médicas e terapêuticas para questões de gênero e o Princípio do Melhor Interesse da Criança e do Adolescente", que podem ser lidos, respectivamente, [aqui](#) e [aqui](#). Participei de alguns poucos eventos acadêmicos em que pude falar o que penso – não sem consequências, repito.

Por outro lado, também já fui proibida de falar em diversas oportunidades. Para ficar em apenas duas...

No ano de 2018, transativistas e seus apoiadores, incluindo um indivíduo que faz parte da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) [organizaram um evento pelo Facebook](#) para impedir duas palestras minhas na Semana de Psicologia da UFF, Universidade Federal Fluminense, localizada na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro. O evento foi chamado "Na Psicologia da UFF não vai Transfobia e Fascismo!".

Na Psicologia da UFF não vai ter Transfobia e Fascismo!

ICHF / UFF - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia

Sobre Discussão

Detalhes

377 pessoas responderam

Event by Grupo Transdiversidade Niterói, Antra - Associação Nacional de Travestis e Transexuais and 2 others

ICHF / UFF - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia

Monday, June 4, 2018 at 7 PM UTC-03 – 10 PM UTC-03

Price: Free · Duration: 3 hr

Público · Qualquer pessoa dentro ou fora do Facebook

SEGUNDA FEIRA, DIA 04/06 - 19:30H NA UFF TERÁ UMA PALESTRA NA SEMANA DA PSICOLOGIA QUE DIZ QUE TRANSEXUALIDADE É RE-PATOLOGIZAÇÃO DA HOMOSSEXUALIDADE E QUE NÃO EXISTE CRIANÇA TRANS* com Eugenia Rodrigues (Que irá fazer a mesma palestra na quinta, 07/06)



ICHF / UFF - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia

Campus do Gragoatá - Rua Professor Marcos Waldemar de Freitas Reis, Blocos N e O, Niterói

(#pratodosverem: ver conteúdo ao final do texto)

Na época, a No Corpo Certo ainda não existia, mas já existia seu antecessor, o site [Não Existe Criança Trans](#), pelo qual eu era uma das responsáveis. Eles enviaram e-mails em massa àquela faculdade e inclusive alguns foram pessoalmente até os responsáveis pressionar. Até que, no dia 30 de maio de 2018, eles me enviaram um e-mail me desconvidando, cujo print está abaixo. Falei sobre o ocorrido publicamente diversas vezes, inclusive no site da campanha No Corpo Certo ao mencionar um projeto de lei oriundo de um outro indivíduo de Niterói direcionado a menores de idade rotulados de “trans”.

XI Semana de **Psicologia** > Caixa de entrada x



Semana de Psicologia UFF <semanapsiuff@gmail.com>
para mim ▾

qua., 30 de mai. de 2018, 17:15 ☆ ↶ ⋮

Boa tarde, Eugenia!

Estamos acompanhando pelo Facebook a repercussão das duas atividades propostas por você.

A Semana de **Psicologia** sempre teve por característica a aceitação de toda e qualquer atividade inscrita. Diferente de outros eventos, nós não temos uma comissão de análise do conteúdo de cada atividade, pois apostamos na multiplicidade. Nunca tivemos grandes problemas com isso. Todas as atividades eram de alguma forma voltada ao tema e/ou a saberes e práticas psi. Contudo, nas últimas edições, o evento aumentou de alcance, o que tem trazido diferentes reverberações nas posições que a comissão organizadora teve de tomar.

Não havíamos percebido, pelas descrições de suas atividades, a resposta que elas teriam do público LGBT, mais especificamente da comunidade trans. Recebemos uma notificação assinada por trinta coletivos LGBT, expressando a inquietação gerada entre seus membros frente às duas atividades na programação da Semana.

143. Tendo em vista que

Tendo em vista que

- a Semana de **Psicologia** visa propor um espaço de respeito às minorias;
- um grande grupo de pessoas se sentiu diretamente atingido e ofendido com as proposições que você defende;
- a Semana de **Psicologia** tem por objetivo criar um espaço de troca respeitosa e no qual nenhum discurso percebido como discriminatório seja tolerado;
- o Instituto de **Psicologia** não possui capacidade de fornecer reforço na segurança dos proponentes - reforço este que se faz necessário, de acordo com sua reivindicação no e-mail anterior;
- Não permitimos que os eventos sejam filmados;
- estamos a pouco tempo do início do evento;

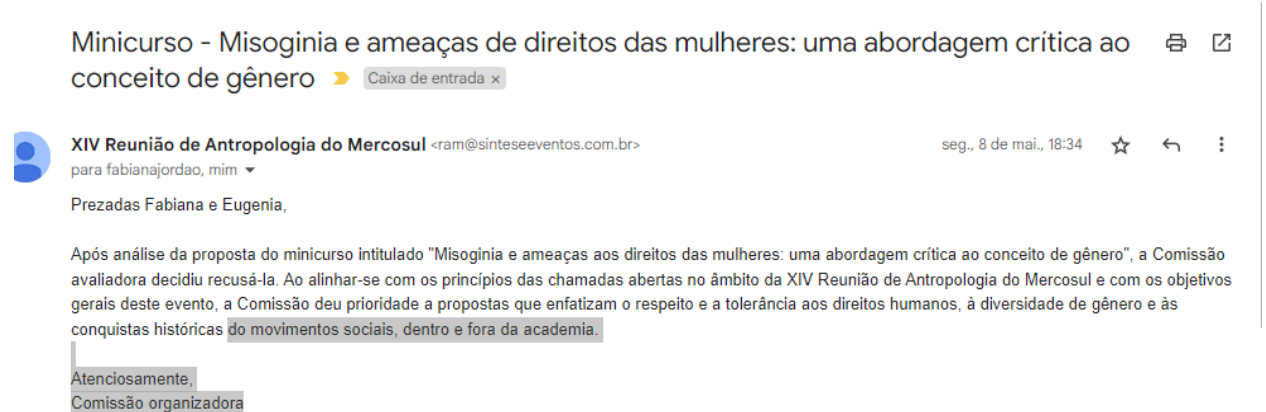
Informamos que decidimos coletivamente, juntamente com o Instituto de **Psicologia**, retirar as duas atividades da programação da Semana.

Adiantamos que estamos à disposição para conversarmos sobre nossa decisão e esperamos que compreenda nosso posicionamento, tendo em vista o cenário gerado.

Atenciosamente,
Organização da XI Semana de **Psicologia** da **UFF** - Niterói.

(#pratodosverem: ver conteúdo ao final do texto)

No presente ano, 2023, o evento chamado Reunião de Antropologia do Mercosul me proibiu de dar um curso, ao lado da acadêmica Fabiana Jordão Martinez, que visava a explicar o impacto do conceito de “gênero” para os direitos das meninas e mulheres. A WDI Brasil se posicionou sobre o assunto. Eis abaixo o print do e-mail enviado no dia 8 de maio (3):



(#pratodosverem: ver conteúdo ao final do texto)

Meu relato chega perto do fim. Até hoje, sigo sendo isolada, ignorada, agredida e ameaçada por transativistas e seus apoiadores. Recebi pouquíssimo apoio; basicamente, de três grupos: mulheres alinhadas ao Feminismo Radical, homens e mulheres conservadores e alguns poucos progressistas que me enviam suas aflições privadamente e morrendo de medo de serem “cancelados”. Não busquei reparação no Judiciário brasileiro por saber que o mesmo foi sequestrado por esse grupo faz tempo e, sinceramente, porque prefiro dedicar meu tempo a conscientizar as pessoas.

Registro que, ao destruir os espaços separados por sexo e os corpos de crianças e adolescentes em ambulatórios de “identidade de gênero”, o transativismo e seus apoiadores precisam ser encarados como forças antimulheres e anticrianças – ainda que parte desse grupo possa, eventualmente, defender em paralelo outras causas justas. E, ao destruir direitos de toda a sociedade, como a liberdade de expressão, acadêmica, de cátedra etc., obrigando a todas e todos, mulheres e homens, a mentir sobre o que somos, nos proibindo de dizer fatos inquestionáveis sobre a nossa espécie, eles devem ser encarados, também, como forças antissociais.

Há muito mais que eu gostaria de escrever, mas sei que o que relatei já é relevante, como são relevantes todos os outros depoimentos das mulheres que têm a coragem de reafirmar sua humanidade. Somos seres humanos, repito, e não um sentimento. O mesmo ocorre com meninos e homens.

Talvez demore, mas sei que a Organização das Nações Unidas, um dia, irá não só nos ouvir, como nos dar razão e lamentar o tempo perdido.

Abraços solidários,

Eugênia Rodrigues

Jornalista

Porta-voz da campanha No Corpo Certo.

(Nota final #pratodosverem, com a transcrição dos prints apresentados)

Print 1:

“Cara Eugênia,

Não é uma tarefa trivial oferecer uma resposta à sua nota. Soum um homem cis branco profundamente comprometido com a luta contra as opressões, e exatamente por isso não posso nunca me esquecer que construo esta atuação política a partir de um lugar de fala específico, com enorme respeito ao protagonismo daquelas que são efetivamente afetadas pelas opressões estruturais da nossa sociedade. Esse é um ensinamento que chega pela própria força das lutas sociais colocadas, com as quais aprendo sempre e que me impõem a tarefa de revisitar os lugares de privilégio que ocupo. Neste sentido, e entendendo a importância desse ensinamento, não considero que seja adequado ocupar uma posição de resolução ou mediação de conflitos que surgem dentro de espaços de construção da luta feminista, antes mesmo que as próprias mulheres que participam desse espaço tenham analisado ou dado tratamento aos acontecimentos e relatos. Tenho profundo respeito ao protagonismo das mulheres e à construção de espaços autônomos de luta.”

Print 2:

“Evento de Antra – Associação Nacional de Travestis e Transexuais, Grupo Transdiversidade Niterói e outras 2 pessoas

ICHF / UFF – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia

Duração: 3 h

Público · Qualquer pessoa dentro ou fora do Facebook

SEGUNDA FEIRA, DIA 04/06 – 19:30H NA UFF TERÁ UMA PALESTRA NA SEMANA DA PSICOLOGIA QUE DIZ QUE TRANSEXUALIDADE É RE-PATOLOGIZAÇÃO DA HOMOSSEXUALIDADE E QUE NÃO EXISTE CRIANÇA TRANS* com Eugenia Rodrigues (Que irá fazer a mesma palestra na quinta, 07/06)

A UNIVERSIDADE NÃO PODE SER PROPAGADORA DE TRANSFOBIA E FASCISMO

Reafirmamos nosso compromisso na defesa dos explorados e oprimidos da classe trabalhadora. E convocamos todas as pessoas que lutam contra todo tipo e opressão para estaremos juntxs lutando contra mais esta investida de pessoas que propagam o ódio e tem tido lugar de destaque nas universidades. Precisamos nos unir e reagir!

Vejam uma das falas dela na revista Medium:

”Então estamos presenciando uma nova e sofisticada forma de “cura gay”, referendada pela esquerda, pelo movimento LGBT e pela mídia, que transforma meninos “afeminados” em “meninas trans”. Além de comprovar que a homofobia também está internalizada por pessoas supostamente progressistas, isso comprova o poderio da indústria farmacêutica: os pais (ou o hospital público) terão que comprometer uma quantia significativa.”

(link: <https://goo.gl/kV1Wx1>)

E tem video com mais atrocidades: <https://goo.gl/EoHWeV>

Fiquemos atentxs!

A S4r4h W1nt3r já plantou sua semente do fascismo na UFF!!! Não vamos deixar esse tipo de gente se criar...

Cis-ativismo Radical é Trans Excludente por ideologia!

Quero ver o mesmo apoio de vocês quando falamos da vida da das pessoas Trans!!!

<https://semanapsiuff.wixsite.com/20.../dia-18-09-segunda-feira> ”

Prints 3 e 4:

“XI Semana de Psicologia

Boa tarde, Eugenia!

Estamos acompanhando pelo Facebook a repercussão das duas atividades propostas por você.

A Semana de Psicologia sempre teve por característica a aceitação de toda e qualquer atividade inscrita. Diferente de outros eventos, nós não temos uma comissão de análise do conteúdo de cada atividade, pois apostamos na multiplicidade. Nunca tivemos grandes problemas com isso. Todas as atividades eram de alguma forma voltada ao tema e/ou a saberes e práticas psi. Contudo, nas últimas edições, o evento aumentou de alcance, o que tem trazido diferentes reverberações nas posições que a comissão organizadora teve de tomar.

Não havíamos percebido, pelas descrições de suas atividades, a resposta que elas teriam do público LGBT, mais especificamente da comunidade trans. Recebemos uma notificação assinada por trinta coletivos LGBT, expressando a inquietação gerada entre seus membros frente às duas atividades na programação da Semana.

Tendo em vista que

- a Semana de Psicologia visa propor um espaço de respeito às minorias;
- um grande grupo de pessoas se sentiu diretamente atingido e ofendido com as proposições que você defende;
- a Semana de Psicologia tem por objetivo criar um espaço de troca respeitosa e no qual nenhum discurso percebido como discriminatório seja tolerado;
- o Instituto de Psicologia não possui capacidade de fornecer reforço na segurança dos proponentes - reforço este que se faz necessário, de acordo com sua reivindicação no e-mail anterior;
- Não permitimos que os eventos sejam filmados;
- estamos a pouco tempo do início do evento;

Informamos que decidimos coletivamente, juntamente com o Instituto de Psicologia, retirar as duas atividades da programação da Semana.

Adiantamos que estamos à disposição para conversarmos sobre nossa decisão e esperamos que compreenda nosso posicionamento, tendo em vista o cenário gerado.

Atenciosamente,

Organização da XI Semana de Psicologia da UFF – Niterói.”

Print 5

“Minicurso – Misoginia e ameaças de direitos das mulheres: uma abordagem crítica ao conceito de gênero

Prezadas Fabiana e Eugenia,

Após análise da proposta do minicurso intitulado “Misoginia e ameaças aos direitos das mulheres: uma abordagem crítica ao conceito de gênero”, a Comissão avaliadora decidiu recusá-la. Ao alinhar-se com os princípios das chamadas abertas no âmbito da XIV Reunião de Antropologia do Mercosul e com os objetivos gerais deste evento, a Comissão deu prioridade a propostas que enfatizam o respeito e a tolerância aos direitos humanos, à diversidade de gênero e às conquistas históricas do movimentos sociais, dentro e fora da academia.

Atenciosamente,

Comissão organizadora”

144. Em julho de 2022 aconteceu um cine debate promovido pelo Centro Socialista da Penha Circular, no Rio de Janeiro, RJ .

O filme: Amor Maldito da cineasta Adélia Sampaio, fala sobre amor lésbico e eu Gisela Carvalho Santos, mulher, negra e lésbica fui convidada para participar da mesa de debate com outras pessoas, porém dias depois fui informada que não era mais bem vinda porque entenderam que uma publicação no meu perfil do Instagram era transfóbica, como também a minha presença deixaria Indianara Siqueira, uma das integrantes da mesa de debates, constrangida.

Antes da comunicação do desconvite o Centro Socialista da Penha Circular, publicou o card do evento com a minha foto.



145. Uma violência comum que ocorre comigo em mais de uma ocasião (mas não percebi estar contemplada claramente nesta pesquisa - possivelmente por ser uma violência mais difícil de medir pra além de sua intrínseca subjetividade) é a intimidação verbal por pares sem necessariamente a efetivação de uma perda concreta, por exemplo empregatícia ou penal; intimidações no ambiente acadêmico, como uma espécie de interdição à possibilidade argumentativa, se crítica à teoria queer e ao transativismo - inclusive em áreas de estudo que se pretendem a tais análises da cultura e da sexualidade, como na Antropologia. Professores e alunos comungam nessa interdição.